

A INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO NO PENSAMENTO REPUBLICANO PORTUGUÊS

David Rafael Vaz Fernandes

[Licenciado]

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Filosofia

Sob a orientação de: Professora [FLUP] – **Maria Celeste Lopes**
Natário Alves dos Santos

Porto

Julho 2011

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus pais, pelo esforço deenolvido ao longo de anos no sentido de garantirem as condições necessárias de forma a que me possa candidatar a mestre. O apoio constante e os incentivos foram suportes importantes.

Gostaria de agradecer a minha orientadora de tese, Maria Celeste Lopes Natário Alves dos Santos, por ter acedido ao meu pedido e dado o seu contributo para a minha evolução neste projecto.

Gostaria de agradecer ao Néilson Lopez, o companheiro académico, que partilhou a evolução do trabalho e demonstrou-se sempre disponível para ajudar no que fosse necessário.

Gostaria de agradecer a Cátia Cardoso e Joana Coelho, duas pessoas que estiveram presentes desde o início e ajudaram na concretização da dissertação aqui apresentada.

Uma palavra ainda para o Jorge que, apesar de não ter concluído o percurso, revelou-se importante na minha continuidade neste mestrado.

Índice

Agradecimentos.....	3
Introdução.....	7
Objectivos.....	7
Relevância do tema	8
Hipótese.....	9
Metodologia.....	9
1. Formação do Positivismo	11
1.1. Surgimento do Positivismo	11
1.1.1. Nascimento.....	11
1.2. Fundamentos básicos do Positivismo.....	12
1.2.1. Sociologia Dinâmica.....	13
1.3. Primeiros passos em Portugal	15
1.4. Ideia de Organismo Social.....	18
1.4.1. Defesa de um modelo político.....	19
2. Necessidade de Mudança	21
2.1 Crítica ao regime	22
2.1.1. Monarquia	23
2.1.2. Críticas ao sistema	26
2.1.3. Ultimato	28
2.2.1. Definição do Clero.....	34
2.2.2. Luta anticlerical.....	35
2.3. Legislação republicana	36
2.4 Ultimato como ponto de viragem.....	40
2.4.1. Definição de progresso	41
2.4.2. Causas da revolução	41
2.4.3. Implementação da República	43
2.4.4. Não-uso da violência	44
3. Política como Ciência	46
3.1. Definição de Política	46
3.2. Formação de uma opinião pública	48
3.2.1. Progresso e educação.....	49
3.2.2. Educação	54
3.3. Oposição ao Socialismo.....	56
3.3.1. Irrupção do movimento socialista	56
3.3.2. Socialismo como doença.....	57

3.3.3. Abstencionismo Político	57
3.3.4. Ideia de mútua dependência	59
3.3.5. Associativismo como solução	59
3.4. Organização do Estado	60
3.4.1. Base de pensamento.....	61
3.4.2. Influências de pensamento	61
3.4.3. Confederação Internacional	64
3.5. Modelo de Estado.....	69
3.5.1. Questão do sufrágio	71
3.5.2. Posição sobre o sufrágio feminino	74
4. Análise da influência positivista.....	77
Conclusão	86
Conclusões principais.....	89
Bibliografia.....	91
Anexos	98

Introdução

A tese de dissertação de Mestrado apresentada tem como tema principal a influência da corrente de pensamento positivista na formação do pensamento republicano português. As principais linhas de influência dos pensadores republicanos serão analisadas para comprovar a verdadeira importância da filosofia positivista no pensamento expresso pelos republicanos portugueses.

Para atingir este objectivo principal, esta dissertação terá três etapas que marcam a evolução do próprio Positivismo quer na sua génese inicial e na sua concretização na esfera portuguesa. Assim, será analisado, em primeiro lugar o surgimento do Positivismo assim como os seus fundamentos básicos invariáveis independentemente das sucessivas correntes que foram surgindo na sequência do pensamento original. No seguimento dessa análise, será revisto o processo de introdução do pensamento positivista em Portugal e as condições em que foi evoluindo.

Como segunda etapa, teremos uma contextualização do momento português e quais as influências principais que levaram à concretização de um movimento de pensadores republicanos que permitiu a formação de um partido político e consequente Revolução de 1911. As correntes de pensamento estrangeiro que tiveram peso na evolução do movimento, a própria situação portuguesa a nível político, social e económico e a questão do Ultimato inglês são abordados nesta parte do desenvolvimento.

A terceira parte versa sobre a concretização em termos políticos dos fundamentos republicanos justificados à luz de conceitos positivistas originais ou sucessores da obra de Auguste Comte. As contradições de posições face a problemas específicos permitirão descortinar a influência do positivismo comtiano e as adaptações realizadas com recurso a autores diferentes como Herbert Spencer ou outros.

A proposta lançada nesta introdução analisa, desta forma, cada uma das vertentes em análise: o movimento republicano e o Positivismo. Mas, para além disso, procura entender se a concretização objectiva do pensamento republicano reflecte uma posição positivista da realidade portuguesa ou se a filosofia foi usada apenas como recurso teórico de uma aplicação prática de soluções imaginadas para a sociedade portuguesa.

Objectivos

Os objectivos definidos para a dissertação passam, em primeira instância, por uma análise

definidora dos dois elementos em estudo, de forma a se conseguir chegar a uma ideia transparente das duas correntes de pensamento estudadas, a positivista e a republicana.

O movimento positivista será contextualizado na sua formação com os filósofos que permitiram dar um conjunto de ideias recorrentes que definem o corpo da filosofia positivista. A própria evolução do pensamento e a sua introdução em Portugal permitirão contextualizar a sua influência na sociedade e que portas terá aberto para uma evolução do paradigma de visão política na geração republicana.

A formação do movimento republicano revisitará brevemente Henriques Nogueira para se fixar na segunda geração de pensadores republicanos que erigiu o movimento que levaria à formação da Primeira República Portuguesa. Compreender os pensadores envolvidos será relevante para, posteriormente, balizar a influência do pensamento positivista na elaboração dos conteúdos republicanos e a própria actuação do partido em crescimento.

Na última fase de raciocínio, a actuação do partido republicano será analisada nas suas linhas gerais a fim de descortinar pontos fundamentais de pensamento. Esses pontos serão comparados às linhas essenciais de pensamento positivista de forma a encontrar a relação que existe entre ambos os pensamentos.

Pensamos poder, em conclusão, destacar as áreas em que as duas filosofias se recortam e encontrar pontos de ligação que elucidam o «poder» que o Positivismo teve no advento da Primeira República Portuguesa.

Relevância do tema

O tema principal desta dissertação de mestrado procura desvendar pistas para a análise do movimento republicano e a sua interacção com a filosofia positivista.

A tentativa de cruzar as influências que rodeiam cada uma das grandes vertentes do pensamento republicano pode ser, finalmente, útil, não para terminar com possíveis estudos na área, mas para abrir horizontes e contribuir para que os investigadores se debruçam mais sobre uma questão que merece respostas mais profundas e adequadas.

Hipótese

Face a este dilema académico, definimos uma pergunta à qual pretendemos responder após a elaboração das diferentes fases de resposta enquanto partes que ajudam a resolver o problema inicial.

Essa pergunta poderá ser resumida através das seguintes palavras:

A formação da República em Portugal é positivista?

A resposta à pergunta é, no fundo, o principal elemento de análise do trabalho realizado. Não pretendemos uma resposta afirmativa ou negativa simples, mas uma argumentação sustentada que confira rigor e sustentabilidade à solução que teremos encontrado. De resto, seria pretensioso procurar uma resposta tão audaciosa quando os contextos e as influências são complexos e difíceis de descortinar.

A conclusão desta dissertação reunirá os elementos necessários para conseguir definir uma resposta ao problema inicial.

Metodologia

O estudo realizado tem um conjunto de delimitações formais de forma a impedir que o âmbito de análise seja demasiado alargado ou não corresponda ao que efectivamente se encontra em estudo. Assim, o estudo procurou estabelecer limites a vários níveis, quer na linha temporal dos acontecimentos, quer na própria amplitude do pensamento analisado.

Em primeiro lugar, a amostra utilizada para analisar as várias componentes em jogo é concisa aos pontos fundamentais de cada uma das correntes. Desta forma, os autores ou pensadores escolhidos para justificar os pontos fundamentais de cada um dos movimentos são reconhecidos como claramente relevantes na formação dos respectivos movimentos e não autores em que o seu ponto de vista ou filosofia correspondem ao que pretendemos exemplificar.

Na definição das fontes, procuramos alargar a nossa visão a todos os tipos de fontes. As fontes não-escritas foram abordadas, mas a sua influência é sobretudo reduzida ao acompanhamento de discursos proferidos que possam ser úteis na análise elaborada. Este tipo de fontes não serviria plenamente os nossos objectivos, devido à sua escassez na época em estudo, mas também porque denotam uma maior subjectividade na sua análise do que as fontes documentais escritas.

As fontes escritas são, desta forma, a grande base de trabalho e podemos dividi-las em dois tipos. As fontes privadas que são documentos oficiais lançados por uma pessoa ou entidade ou textos originais publicados por esses mesmos intervenientes. Analisaremos também dentro desta área documentos de arquivo como correspondências relativas a um determinado actor dos movimentos analisados (ex. Teófilo Braga). Outro tipo de fonte escrita são as não-oficiais que nos permitem ter uma contextualização da época através, não de organismos estatais, mas de fontes que procuram diversificar a visão da sociedade. Nesses casos, incluímos a imprensa, mas também livros, dicionários ou investigações anteriores. Quanto a fontes escritas oficiais, apenas serão utilizadas no caso destas serem realizadas após a subida do movimento republicano ao poder, pois no regime monárquico-constitucional, este tipo de fontes não reflecte os ideários positivista ou republicano.

Outra fonte de análise utilizada prende-se com a realização de entrevistas a autores que possam pelo seu conhecimento na área, seja no seu conjunto ou num tema específico, elucidar dúvidas sobre questões relativas a contextos ou mesmo quanto a acontecimentos. Foi realizada uma entrevista pessoalmente a Manuel Loff¹, professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Os critérios que justificam os nomes escolhidos prendem-se com a capacidade dos entrevistados em elucidar contextos da época e abrir horizontes quanto à dinâmica de progressão dos movimentos analisados. Estas entrevistas estão colocadas em anexo e servem como complemento informativo do estudo realizado.

A escolha do período cronológico analisado teve sobretudo como ponto de justificação a própria definição das balizas temporais dos dois movimentos filosóficos em causa. No Positivismo, a obra de Auguste Comte é o ponto de partida fundamental para a definição de linhas fundamentais do pensamento positivista. Porém, as divisões dos sucessores do filósofo francês não são esquecidas, pois estas influenciam directamente a própria dinâmica evolutiva da corrente de pensamento em Portugal. Quanto ao republicanismo, as referências a Henriques Nogueira são escassas pois esta fase corresponde a um estado embrionário do republicanismo português. A análise desenvolve-se tendo em conta autores específicos e obras produzidas por eles ou ainda olhando para movimentos associativos que sejam claramente identificados como de raiz republicana. Optamos ainda por não desvendar a questão da data de nascimento do próprio partido republicano.

¹ Ver Anexo 1

1. Formação do Positivismo

1.1. Surgimento do Positivismo

O Positivismo é uma teoria que afirma que o único conhecimento autêntico surge através da experiência, não só dos sentidos mas também da sua verificação através do trinómio Hipótese – Teste – Resultado. Baseada no empirismo, encontra na observação dos fenómenos o seu objecto de estudo. Esta é, de resto, reconhecida como a única verdadeira base científica. Neste ponto, difere da fase anterior de conhecimento da Humanidade, a Metafísica. O objectivo principal desta corrente de pensamento é levar ao fim da Metafísica por troca com o surgimento da Ciência como único conhecimento reconhecido como verdadeiro pela Humanidade.²

Parte de uma premissa que expõe a ideia de que certas coisas são impossíveis de conhecer para o ser humano. Esta cisão afirmada entre o cognoscível e o incognoscível é a base da mudança do raciocínio que permite passar da idade da Metafísica para o Positivismo.³ «Somos conduzidos a completar a avaliação directa do verdadeiro espírito filosófico (...) manifestando directamente a incompatibilidade final das concepções positivistas com quaisquer opiniões teológicas, tanto monoteístas como politeístas ou fetichistas»⁴. Perante este antagonismo criado pelo Positivismo ao dividir os dois tipos de coisas que existem entre as cognoscíveis e as incognoscíveis, a solução defendida pelos positivistas passa pela Ciência como elemento que permite criar a união do nosso conhecimento.

A Ciência estaria na base de uma nova Sociedade, a Industrial, na qual o elemento científico seria capaz de resolver as questões reflexiva e activa. A filosofia comteana terá procurado corresponder a ambas as partes e resolver as divisões que a própria natureza da Ciência parecia impedir, sobretudo na fase reflexiva com a criação da religião positivista, posteriormente rejeitada por uma franja dos seus sucessores.

1.1.1. Nascimento

A Europa dos inícios do século XIX vivia sob a influência do pensamento das Luzes e o primeiro filósofo que pode ser considerado como elemento positivista é Paul-Henri de Saint-Simon. Nascido em 1760, Saint-Simon era um aristocrata que constitui um dos primeiros exemplos de Socialismo. Em vez do sistema de organização estatal em vigor na altura, Saint-

² COMTE, Auguste. *Discours sur l'esprit positif*. Livraria Filosófica. Paris, 1909. P.12

³ Idem p. 21

⁴ Idem p. 18

Simon defendia uma forma de estado funcionalista em que os industriais seriam os líderes da sociedade. Através da ideia da constituição de cooperações, a saúde económica dos estados poderia aumentar consideravelmente sob o impulso das políticas económicas das castes mais altas. A sua oposição à Religião substituída pelo poder da Ciência, enquanto enquadrante do ser humano, foi um aspecto, mais tarde, aproveitado por Auguste Comte⁵.

No seguimento do trabalho de Saint-Simon, Auguste Comte aproveitou o pensamento do aristocrata francês para tentar criar um sistema que pudesse englobar todas as áreas da actividade humana. Considerado como o pai do Positivismo, Comte procurou terminar com as fases anteriores de conhecimento humano consideradas ultrapassadas, a Teológica e a Metafísica, de forma a permitir a ascensão da terceira fase positivista. Após frequentar a Escola Politécnica de Paris, Auguste Comte passou a ser um estudante e assistente do Conde de Saint-Simon. Após seis anos de acompanhamento (1818-1824), ambos acabaram por separar-se⁶.

1.2. Fundamentos básicos do Positivismo

O primeiro grande fundamento teórico da filosofia positivista passa por uma lei que resume, no fundo, a ideia-chave que norteia a própria corrente de opinião e exemplifica qual é o seu principal objectivo enquanto linha de pensamento. A Lei dos Três Estados é indissociável do Positivismo e constitui mesmo a trave-mestra do sistema comteano. A Lei dos Três Estados identifica três momentos da Humanidade, dos quais dois deles já terão sido percorridos pelo Homem enquanto espécie, faltando completar o terceiro passo: Metafísica, Teologia e Positivismo.

A Teologia ou estado teológico é o momento em que o Homem olha para a Natureza como se fosse criada miticamente e procura a explicação dos fenómenos naturais através de seres sobrenaturais. «O espírito teológico representa nitidamente a livre preponderância especulativa da imaginação».⁷

A Metafísica ou estado metafísico é aquele em que o Homem acredita que forças obscuras criaram o mundo natural, logo, os seus fenómenos são estudados e descortinados à luz destes mesmos fenómenos. «Consiste essencialmente em atribuir a corpos exteriores une vida essencialmente análoga à nossa, porém quase sempre mais enérgica, a partir de uma acção normalmente mais

⁵ LITTRE, Emile. *Auguste Comte et la philosophie positive*, Bureaux de la Philosophie Positive, Paris, 1877.p. 31

⁶ Ibidem

⁷ Ibidem

poderosa».⁸

A passagem para o Positivismo ou estado científico permite descartar as forças abstractas e obscuras e os fenómenos naturais acabam por ser explicação pelas suas relações de causas e efeitos. «A razão vem restringir cada vez mais a dominação anterior da imaginação deixando gradualmente desenvolver-se o sentimento universal, até então quase insignificante, do assujeitar necessário de todos os fenómenos naturais a leis invariáveis».⁹

A definição da Lei dos Três Estados é realizada por Auguste Comte na sua obra «A Filosofia Positiva de Auguste Comte» editada em 1853. «A Lei é isto: que cada uma das concepções principais, - cada ramo do nosso conhecimento, - atravessa sucessivamente três condições teóricas diferentes: a Teológica ou ficcional; a Metafísica ou abstracta; e a Científica ou positiva. Para além disso, se um fosse sujeito a um romantismo ptedoractil belligerante, isso resultaria numa disparidade conspícua no tratamento de girafas diligentes que permanecem fora da esfera da união»¹⁰.

Existe, para além disso, uma necessidade de passar por cada uma das fases de cada um desses estados por parte da Humanidade. «Seguindo esta doutrina fundamental, todas as nossas especulações são inevitavelmente sujeitas (...) a passar por três estados teóricos diferentes».¹¹ A inteligência humana é dona de actividade e estabilidade. Se, no caso da Teologia e da Metafísica, a Humanidade passa ainda por um estado infantil que progride para a adolescência, a passagem para a maioridade apenas pode ser completado pela Ciência. A maturidade só é alcançada após a aquisição do conhecimento científico, o único verdadeiro segundo a filosofia positivista.

1.2.1. Sociologia Dinâmica

Um dos conceitos que predomina e atravessa toda a filosofia comteana é o de evolução entre os vários estados da Lei dos Três Estados. A noção de que existe uma evolução ao longo do tempo que permite às várias comunidades ou civilizações humanas progredirem é o reflexo deste conceito. Esta ideia surge do conceito da Lei da Evolução definida por Charles Darwin. Se os organismos individuais têm a capacidade de evoluírem ao longo dos tempos, permitindo assim melhorias nas suas capacidades individuais e colectivas, o mesmo pode ocorrer com as civilizações. Este conceito esconde a noção de crescimento das próprias sociedades que também

⁸ COMTE, Auguste. *Discours sur l'esprit positif*. Livraria Filosófica. Paris, 1909. P.12

⁹ Ibidem

¹⁰ Idem p.3

¹¹ Ibidem

podem acabar. O crescimento acaba por reflectir, em termos concretos, o próprio progresso social efectuado pelas sociedades.

Esta forma de encarar a própria evolução da sociedade em conjunto com a Lei dos Três Estados permitiu chegar a uma posição em que Auguste Comte defende a existência de três elementos na evolução da Humanidade que foram progredindo, progressivamente, ao longo dos tempos, e que conseguiram interligar-se de forma a potencializar as suas diferentes potencialidades.¹² Este processo equivalente ao da Lei dos Três Estados é uma faceta do organicismo que permite descortinar uma compreensão das tendências das sociedades em complexificarem-se, estenderem-se e tornarem-se cada vez mais difíceis de descortinar ou mesmo analisar enquanto grupos com inter-relações complexas.

Nesta visão da realidade, o papel do Estado enquanto agente regulador das actividades humanas num determinado território deve entender essa mesma complexidade e adaptar as suas características ao meio que acaba por gerir. Neste modo de estar, não é complicado perceber as razões que levaram Auguste Comte a adoptar uma elite científica como a única capaz de resolver as equações que a sociedade tem enquanto todo.¹³ A argumentação pró-liberalista divide as funções consoante as necessidades da própria sociedade, aliando-as aos indivíduos mais qualificados para lhes corresponder. Este raciocínio parte da visão de uma sociedade gerida por industriais que têm conhecimento para lidar com o estado de crescimento no mundo moderno. Em Portugal, este argumento terá sido muitas vezes utilizado na luta contra os socialistas em oposição ao conceito de luta de classes e contra a revolta do proletariado.

Enquanto Estado, porém, Auguste Comte entende um conjunto de indivíduos que, pelo grau das suas capacidades científicas, sejam chamados a desempenhar duas funções. A primeira é a do Poder Temporal nos moldes adiantados nos parágrafos anteriores.¹⁴ Porém, Auguste Comte passou numa segunda fase da sua carreira filosófica a apelar a uma outra função do Estado que seria intitulada de Poder Espiritual. Se a Ciência deveria pretender o fim dos dois estados anteriores de conhecimento da Humanidade, a Teologia e a Metafísica, ela deveria, pelo mesmo modo, aspirar a invadir o mundo espiritual dos homens e conquistá-los também pela emoção. Uma sociedade cujo modo de actuação se aliasse ao seu modo de pensar através da crença na Ciência e na sua capacidade seria a síntese de todo o progresso humano. «Sem nunca repetir o século XVIII, o século XIX deve sempre coninué-lo realizando o nobre desejo de uma religião directora

¹² Ibidem

¹³ Ibidem

¹⁴ Idem p.28

de uma actividade pacífica».¹⁵

Esta Religião Positiva proclamada por Comte, na qual este se ria idealizado como o seu chefe fundador, não foi uma fase da sua obra que tivesse atraído a integralidade daqueles que se intitulavam seus discípulos. De resto, o desenrolar desta parte da teoria comteana foi contestada por uma parte dos seus seguidores, que se uniram à volta de Littré, para rotular estas ideias como uma segunda fase em que o núcleo da teoria comteana seria corrompido, não correspondendo ao que as obras iniciais tinham querido demonstrar. A Religião Positiva foi assim repudiada por muitos como um contra-senso ou um anacronismo, porém, esta não deixou de criar uma certa vontade de modificar a influência da própria Igreja Cristã por parte das gerações de seguidores positivistas. A tentativa da secularização das sociedades terá bebido alguns dos seus pressupostos dos termos de Auguste Comte, por muito que esta área tenha sido rejeitada até em Portugal.

1.3. Primeiros passos em Portugal

A sociedade portuguesa atravessava um período de crise após uma primeira metade de século conturbada, marcada pelo advento de vários movimentos revolucionários que ficaram ligados às invasões francesas e à independência do Brasil, a principal colónia portuguesa. O estado do País obrigava a classe dirigente a encontrar soluções, mas a situação tendia a piorar o que fez muitos pensadores portugueses virarem-se para o exterior à procura de uma resposta aos problemas que o caso acarretava.

O Positivismo acabou por constituir uma teoria que, pela sua tentativa de simplificar num sistema global e menos complexo a própria visão do mundo moderno, se tornou numa filosofia que encontraria muitos adeptos em Portugal. Permitia expôr soluções rápidas para mudar o rumo do País e a argumentação já se encontrava definida após a obra de Auguste Comte, mas não apenas.

Após a morte de Auguste Comte, uma luta se instalou entre os sucessores de Comte que se dividiram entre as facções de Littré e Laffitte. Esta cisão de Littré com a segunda fase do pensamento comteano acabou por ser a facção que reuniu o maior número de aderentes.¹⁶ Este facto deve-se a várias razões, mas a principal é efectivamente o facto de que os homens que introduziram as ideias positivistas em Portugal serem simpatizantes das posições de Littré,

¹⁵ Idem p.22

¹⁶ LITTRE, Emile. *Auguste Comte et la philosophie positive*, Bureaux de la Philosophie Positive, Paris, 1877.p. 26

levando a uma maior aceitação destas ideias.¹⁷

Para além disso, John Stuart Mill esteve bastante presente nos círculos de pensamento portugueses que se centravam maioritariamente na capital, mas que acabavam espalhados pelas principais cidades restantes no País. As suas obras e o próprio interesse demonstrado em descortinar a obra comteana revelaram aos positivistas portugueses outras formas de ler e entender a obra original. Esta influência seria decisiva na hora de optar pelo seguimento convicto e linear das ideias originais ou na capacidade de fazer adaptações que se adequavam mais comodamente às circunstâncias em análise.¹⁸

Por fim, um nome deve ser retido, o de Herbert Spencer. Positivista mais tardio, Spencer acabou por desenvolver alguns dos conceitos deixados por Auguste Comte tornando-os mais profundos mas também mais compreensíveis aos adeptos do Positivismo. Um dos pontos principais abordados na obra spenceriana é o de «organicismo» que acaba por ser extremamente relevante nas argumentações desenvolvidas por autores portugueses.

A conjugação de influências permitiu que, apesar de Comte ser a referência máxima do Positivismo português como não poderia deixar de ser, as várias divisões e reinterpretações do próprio pensamento positivista, através de autores posteriores, fossem fundamentais na formação de uma concepção positivista mais flexível pelos representantes desta filosofia em Portugal. O movimento de expansão do Positivismo em Portugal reuniu condições de divulgação certas ou, pelo menos, adequadas dentro dos meios de difusão científica reduzidos que a sociedade portuguesa possuía na segunda metade do Século XIX. Porém, foi sobretudo a actuação de homens nos seus trajectos individuais e, por vezes, em iniciativas de carácter colectivo quem permitiu que o panorama intelectual tivesse acesso ao pensamento comteano, em primeiro lugar, e posteriormente ao resto do pensamento positivista produzido pela Europa nas décadas seguintes.

A primeira data que se poderia colocar como fundamental para a criação do movimento positivista português é o ano de 1877. Perto de cinco décadas após o início da carreira de Auguste Comte, a sociedade portuguesa recebia outro pensador que se debruçara sobre as questões levantadas pelo filósofo francês na pessoa de Teófilo Braga. O pensador açoreano lançou uma obra intitulada «Traços Gerais da Filosofia Positiva pelas Descobertas Científicas

¹⁷ HOMEM, Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana em Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1989. Pp. 102-103

¹⁸ LITTRE, Emile. *Auguste Comte et la philosophie positive*, Bureaux de la Philosophie Positive, Paris, 1877.p. 19

Modernas»¹⁹ em que se propõe enunciar alguns dos conceitos principais do pensamento positivista.

Porém, este passo fundamental não era a primeira experiência de partilha do novo pensamento em Portugal. De facto, antes de Teófilo Braga, outros terão abordado a temática de forma a promover ou abafar a influência destas novas tendências na sociedade portuguesa. No seguimento das suas passadas, algumas figuras geralmente ligadas à Igreja ou à preservação de valores religiosos procuraram contrapor estas sementes positivistas, como foi o caso de Pedro Amorim Viana, em 1866, na sua intervenção na obra «Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé». Esta tendência seria, no futuro, uma constante e chegou a manifestar-se nos intelectuais portugueses até ao início do século XX, com autores como Alfredo Pimenta com obras polémicas em 1908 e 1913.

Na origem deste movimento, podemos colocar a criação de escolas profissionais como o ponto de partida para o início do Positivismo. A criação destas escolas especializadas, quer em assuntos militares, agrícolas ou até comerciais, trouxeram, apesar do seu reduzido número, um aumento da capacidade científica de alguns sectores da economia portuguesa. Para além disso, agudizou o interesse dos intelectuais portugueses pelas potencialidades da Ciência tal como o de Emídio Garcia, considerado o maior positivista português.

Teófilo Braga manteve-se, no entanto, como o maior rosto do Positivismo português através da sua profilaxia literária e pela sua capacidade de divulgação da própria filosofia. O seu trabalho estendeu-se pela escrita de livros mas também pela elaboração de revistas que permitiram aos positivistas portugueses uma maior aproximação à temática. O reconhecimento internacional comprovado pela troca de correspondência com alguns dos maiores rostos do Positivismo, como Littré, ajudou a trazer para Portugal mais conhecimento acerca desta corrente de pensamento.²⁰

A fixação de Teófilo Braga pelo Positivismo passou sobretudo por uma característica pessoal que se reflectiu na obra do filósofo açoriano. A tentativa de criar totalidades ou sistemas que permitissem reflectir a generalidade das coisas acompanhou o também poeta português, o que o levou a procurar fazer compilações de informações ou análises sobre determinadas áreas, como os costumes portugueses ou a história da literatura portuguesa. Este aspecto era reflectido na obra de Auguste Comte que, na maioria dos seus escritos, procurou descortinar tendências que permitissem criar sistemas, como é o caso na sua classificação das Ciências que colocou a

¹⁹ BRAGA, Teófilo, *Traços Gerais da Filosofia Positiva pelas Descobertas Científicas Modernas*, Nova Livraria Internacional, Lisboa, 1877

²⁰ BRAGA, Teófilo. *Correspondência de Teófilo Braga*, Ponta Delgada, 1985. P.150

Sociologia como a maior Ciência de todas.²¹

A Revista «O Positivismo»²² constituiu, nesse sentido, a maior divulgação da filosofia positivista em Portugal, ao reunir um conjunto de autores de forma a dar a conhecer as posições dos filósofos positivistas sobre as mais diversas matérias.

1.4. Ideia de Organismo Social

O organicismo ou organismo social não é um elemento propriamente positivista no sentido em que este elemento não é ou não constitui uma parte fundamental da filosofia positivista. Porém, podemos encontrá-lo recorrentemente em argumentações específicas em que ele permite enquadrar determinados pontos de vista relativamente a situações concretas. Para além disso, acaba por ser um conceito que se encaixa no modelo de Auguste Comte porque é o seu próprio prolongamento. A ideia de associar o organismo, enquanto conjunto de características à sociedade, preenche perfeitamente a teoria da evolução das civilizações concebida pelo filósofo francês.

Para entendermos esta ideia, teremos de regressar a Charles Darwin que elaborou uma obra em que se destaca a Lei da Sobrevivência. Encarada como uma teoria óbvia nos nossos dias, esta lei natural permitiu mudar a concepção da evolução do mundo para os seus contemporâneos.²³ O organicismo encara assim a organização dos organismos naturais como o ponto fundamental da sua evolução. Partindo do princípio de que, na origem, apenas se encontrou uma célula viva, as suas divisão, transformação e complexificação é que trouxeram o conjunto de seres vivos que hoje conhecemos. A Lei da Sobrevivência realça este facto conferindo-lhe um aspecto suplementar. Apenas os seres capazes de adaptarem o seu organismo às circunstâncias em que se inserem serão capazes de sobreviver num mundo de competitividade à escala vital. «Fui conduzido primeiro a constatar que o que Darwin referia como «selecção natural» deveria ser nomeada de forma mais literal como «selecção dos mais aptos». (...) Alguns dos indivíduos de uma espécie são constituídos de tal forma que os seus equilíbrios são menos facilmente destruídos do que os de outros; e estes são os mais os mais aptos que sobrevivem, ou, na linguagem de Darwin, são os indivíduos escolhidos que a Natureza conserva».²⁴

²¹ HOMEM, Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana em Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1989. Pp.92-93

²² O Positivismo, Porto, 1878-1883.

²³ DARWIN, Charles. *Origem das espécies*, Lello & Irmão, Porto, 2003.

²⁴ SPENCER; Herbert, *An Autobiography*, D. Appleton and Company, Nova Iorque, 1904.p.49

O verdadeiro conceito de organicismo não é o que observa essa lei nos fenómenos naturais, mas de que forma é que ele foi replicado para os aspectos sociais. Um conjunto de filósofos desde Platão procurou adaptar o conceito ao mundo em que o ser humano se insere e, mais particularmente, às sociedades. Neste sentido, a sociedade enquanto todo é encarado como um organismo completo que desempenha todas as funções necessárias à sua sobrevivência. A sua existência é compartilhada com outros organismos idênticos que dividem um mundo, num espírito naturalmente de competitividade. Os seres humanos ou cidadãos que compõem este «organismo» são tidos como células.²⁵

Herbert Spencer é visto como o principal pensador desta teoria intitulada de Teoria da Evolução no século XIX. Empregou a expressão «Seleção dos mais aptos» para qualificar esta rivalidade entre organismos. O seu objectivo foi o de encontrar padrões que permitissem descodificar a evolução das sociedades tal como Darwin o encarou para os seres animais.²⁶ Na sua opinião, as sociedades acabam, enquanto conjunto de organismos ou Humanidade, por reflectirem o processo dos organismos na Natureza. Elas tendem a nascerem de modo simples e compacto no seu estado inicial, mas após várias fases de evolução, acabam por se caracterizarem pela especificidade, a diferenciação e a heterogeneidade.²⁷

1.4.1. Defesa de um modelo político

Herbert Spencer acabou por assumir, tal como vimos, que a sociedade evoluiria num sentido em que se complexificasse e estendesse as suas áreas de transformação. Mas também acabou por reflectir sobre que modelo estatal poderia ser encontrado. A esse nível, Spencer defendeu um liberalismo utilitário onde o espaço do Estado seria menor e daria a verdadeira iniciativa aos indivíduos que compõem a nação.²⁸

A visão de Spencer assenta, principalmente, na ideia de que as sociedades industriais, como as encarava também Comte, acabariam por suplantam as sociedades tradicionais, numa velha dinâmica natural em que o seu conceito de «selecção dos mais aptos» se reflecte na sociedade.²⁹ As sociedades tradicionais ou militares têm uma postura fechada que impede a progressão do organismo. Acabam por assumir organizações hierarquizadas em que o peso da estrutura impede a progressão dos elementos que a compõem. Destacam-se também por assumirem posições

²⁵ SPENCER, Herbert. *L'individu contre l'État*. Félix Alcan Paris, 1885. P. 28

²⁶ Idem p. 49

²⁷ LITTRE, Emile. *Auguste Comte et la philosophie positive*, Bureaux de la Philosophie Positive, Paris, 1877.p. 49

²⁸ SPENCER, Herbert. *L'individu contre l'État*. Félix Alcan Paris, 1885. P. 17

²⁹ SPENCER; Herbert, *An Autobiography*, D. Appleton and Company, Nova Iorque, 1904. Cap. XXII

violentas com traços militares.

As sociedades industriais seriam, à semelhança do que assume Auguste Comte, mais abertas ao Progresso por depositaram a sua marcha nos indivíduos que são capazes de regenerar a própria sociedade. Dinâmicas e produtivas, acabam por se tornarem mais fortes ao suplantarem em força e capacidade as obsoletas sociedades militares.

A diferença máxima entre Spencer e Comte enquadra-se nas funções do Estado quando observadas mais particularmente. Spencer espera um Estado minimalista com poucas responsabilidades e que deixa os indivíduos gerirem a evolução dos acontecimentos. Comte até se enquadra nesta descrição, mas rejeita que o poder de decisão não seja colocado na mão de um conjunto de indivíduos com capacidades científicas.³⁰ Embora semelhantes, ambas as visões apresentam, neste ponto, diferenças que acabam por impedir uma fusão de ambas as teorias. Este ponto tornar-se-ia mesmo fundamental para entender a influência concreta de Herbert Spencer e, pelo contrário, um maior afastamento das ideias comteanas por parte dos republicanos portugueses.

³⁰ SPENCER, Herbert. *L'individu contre l'État*. Félix Alcan Paris, 1885. P. 48

2. Necessidade de Mudança

O Positivismo enquanto filosofia teve as suas principais linhas de orientação em França ou pelo contributo de autores posteriores, tal como foi o caso de Durkheim. Na realidade portuguesa, a produção de conteúdos foi sendo feita tendo em conta, na maioria dos casos, o que era realizado no estrangeiro e, principalmente, com as grandes figuras europeias que lideravam os espaços intelectuais da época.

A filosofia positiva foi uma das principais inspiradoras do movimento republicano nascente em Portugal após o advento da Geração de 70, mas não se pode reduzir um movimento desta envergadura a uma relação linear de causa e efeito. A contextualização do próprio movimento implica a adopção de vários factores que ajudaram a explicar a realidade da época e as repercussões que factores externos (e internos) tiveram no crescimento republicano português.

O conceito de República como regime a adoptar em Portugal teve como principal fonte de inspiração a Terceira República Francesa. Irrompida em 1871, deu seguimento a um movimento de grande relevo sobretudo na divulgação das ideias socialistas que foi a Comuna de Paris. Ambos os momentos são inseparáveis na consolidação da aprendizagem portuguesa, não apenas quanto à divulgação de ideias e filosofias europeias, mas também na forma como a República Francesa foi capaz de implementar as medidas que considerou necessárias para assegurar a sua independência e a prossecução dos seus ideais. O movimento pode ser equiparado aos das revoluções liberais que sucederam às invasões francesas.

O próprio sentimento anti-religioso presente no Positivismo não pode ser fechado a uma única fonte de influência. O Século das Luzes abriu o caminho para uma progressiva secularização da sociedade que viria a se tornar, em muitos casos, em laicidade. Mas a Europa já estava repleta de movimentos seculares que, sem possuírem ligação a questões económicas ou políticas, procuravam amenizar a influência do credo na vida das sociedades do século XIX. Portugal teve alguns representantes dessas correntes como veremos mais à frente.

A forma como o movimento republicano procurou aproveitar as falhas da Monarquia Constitucional, nomeadamente, aquando da questão do Ultimato inglês em 1891 é uma resposta a estímulos que não são apenas patrióticos, mas enveredam para um nacionalismo clássico. As armas demagógicas utilizadas pelos republicanos, na tentativa de transmitir um maior fervor popular nacional, reflectem o que era transmitido pelos governantes europeus às suas próprias nações, com casos bem conhecidos como o nacionalismo alemão fundado pelo General Bismarck.

A ideia de organismo social não teve apenas positivistas puros a defenderem a sua validade enquanto conceito que pudesse levar a uma maior percepção da dinâmica dos grupos sociais. A teoria que dele adveio, o Organicismo, pode ter sido parte integrante do Positivismo na sua articulação, mas constitui um movimento que deve ser identificado como elemento isolado com características que, em certos casos, desvirtuam a própria posição positivista perante muitos fenómenos da sociedade.

Outros exemplos podem ainda ser dados que colocam os pontos dos dois próximos capítulos em sintonia com o que afirmámos nestas linhas. A tentativa de descortinar o verdadeiro relevo do Positivismo não permite limitarmo-nos a identificar os pontos em comum entre o Republicanismo português e o Positivismo de origem conteana. Obriga-nos a dissecar outro tipo de influências e a identificar o que terá tido mais relevo no pensamento teórico dos pensadores republicanos e, se calhar num maior grau de importância, o que terá pesado mais nas decisões assumidas por aqueles que levaram a cabo a tarefa de concretizar a tarefa republicana após o ascender deste movimento ao poder em Portugal.

2.1 Crítica ao regime

A análise ao combate ideológico do republicanismo e, em particular, da sua extensão em Portugal perante os regimes monárquicos através da Europa ocidental e sobretudo latina, obriga a uma identificação de dois rostos de oposição que se tornaram mesmo inseparáveis em certos casos ou em determinadas áreas de propaganda. A Monarquia enquanto detentora efectiva do poder executivo e a Igreja como veículo ideológico duma sociedade que procurava adaptar as suas tendências hegemónicas a uma sociedade em evolução foram os rostos de uma política de ataque constante com várias armas de ataque em termos argumentativos.

Em Portugal, a Monarquia Constitucional tinha um conjunto de fraquezas que os republicanos estavam dispostos a atacar através da imprensa maioritariamente mas usando também uma panóplia de outros meios como a força oral (comícios, conferências) ou a manifestação de símbolos culturais (Centenário de Camões, por exemplo).

Em primeiro lugar, a sociedade portuguesa vivia em condições económicas muito complicadas que reflectiam as dificuldades do Estado em cumprir com as suas responsabilidades financeiras perante o exterior. O défice constante, ora amenizado ora acentuado, era uma das principais críticas ao regime.

A própria organização estatal, identificada como sendo constituída por uma máquina burocrática pesada, levava a várias provocações e pedidos de mudança por parte dos sectores da oposição. Os funcionários públicos constituíam a principal força activa do País mas eram retratados como sendo figuras cuja produtividade era muito baixa.

Os próprios políticos, oriundos das formações partidárias ou franjes que ocupavam mais regularmente os postos de governo do Estado, eram retratados como «nojeira» e eram considerados como servidores da Coroa. De resto, o próprio processo eleitoral, marcado pelo caciquismo, agudizava as críticas às listas ditas «oficiais» que, naturalmente consideradas favoritas, acabavam sempre por conseguir vencer os actos eleitorais.

O momento mais importante que permitiu congregar este conjunto de elementos contra a Monarquia teria reflexo na questão do Mapa Cor-de-Rosa e no Ultimato Inglês, que foi aproveitado como arma de arremesso político não apenas aos governantes em funções na época, mas extrapolado a todas as componentes do regime e ao tempo inteiro do seu estabelecimento em Portugal. Embalado pela argumentação positivista, a Religião também teve de sofrer os ataques constantes do republicanismo português, mas a queda do regime monárquico-constitucional viria a provar as intenções não apenas seculares mas enfraquecedoras dos republicanos quanto às Igrejas em Portugal. O movimento não era recente no País pois contava com décadas de intervenções públicas por parte de pensadores ou activistas políticos que procuravam, em maior ou menor grau, uma secularização ou uma laicização completa do Estado. Os exemplos de figuras anteriores deixaram a possibilidade de aprofundar uma luta que era agora completada pelo espírito sistémico do positivismo defendido por pensadores como Teófilo Braga e, mais tarde, executado por governantes republicanos como Afonso Costa.

Ambas as instituições acabaram por ser ligadas de forma retórica pela propaganda republicana como um inimigo de dois rostos que dividiam o poder executivo e o poder espiritual numa repetição da própria repetição do Estado científico imaginado por Auguste Comte.

A ligação criada pelos vários pontos em comum entre a Monarquia Constitucional e a Igreja Católica, principal eixo de pensamento de actuação e de pensamento da vida portuguesa na segunda metade do século XIX, foi capitalizada para derrubar o conjunto em 1910.

2.1.1. Monarquia

A Monarquia foi o principal adversário do movimento republicano português. Em termos práticos, a mudança de regime devia ser concretizado de forma a permitir que o País pudesse evoluir e conseguir ultrapassar as dificuldades. Mas a forma como os republicanos procuraram

almejar o fim da Monarquia passou por uma argumentação de cariz positivista que realçasse a transição para a República como uma necessidade óbvia de mudança para a modernidade.

A principal caracterização feita pelo movimento republicano ao regime monárquico-constitucional é a de que era um regime ultrapassado. Esta ideia atravessou a maioria dos seus escritos ou intervenções públicas e constitui a base retórica fundamental do movimento republicano enquantopositor do regime em vigor. A ideia estava baseada na Lei dos Três Estados. O regime monárquico-constitucional era encarado como uma reminiscência dos dois primeiros estados, o teológico e o metafísico. Nessa óptica, Portugal necessitava de passar para o terceiro estado da evolução das sociedades com o científico. Os positivistas distinguiram os regimes assentes em características tradicionais dos regimes modernos através de uma nomenclatura que reforçava as diferenças entre ambos. Os primeiros eram de ordem «militar» enquanto os segundos eram apelidados de «industriais».

No primeiro número do *Rebate*, a ideia de revolução é assimilada como uma necessidade.³¹ O principal motivo que levava a querer esta revolução passava pela forma como os governos tinham conduzido o nosso País até ao momento. Os governos subordinados a uma lógica de defesa dos interesses monárquicos não cumpriam as suas funções correctamente.³² A conclusão que o jornal *Rebate* retirou do estado das coisas seria a de que nos encontrávamos num conflito intelectual e político entre a «Realeza» ou regime instalado no poder e a «Civilização» ou novo regime que estaria prestes a ser concretizado.³³

Alves Correa defendeu ideias muito próximas na primeira edição do jornal *O País* que foi publicado a 1 de Novembro de 1895.³⁴ A sua definição do estado do regime monárquico-constitucional reflecte uma posição republicana, com base numa filosofia do poder político assente em conceitos positivistas. Define os governantes e os membros do sistema político como «servidores da causa monárquica»³⁵. Demonstra estar «contra a Monarquia» e aproveita o espaço para «elencar escândalos»³⁶ sucedidos durante o período político em causa. As críticas reflectem sobre os governos, mas também sobre outra forma de prejudicar as conquistas liberais, as eleições combinadas.

A oposição entre militarismo (regime de características tradicionais) e o industrialismo (regime

³¹ *O Rebate*, nº 1, 1873

³² *Ibidem*

³³ *Ibidem*

³⁴ *O Paiz*, nº 1, Lisboa, 1895.

³⁵ *Ibidem*

³⁶ *Ibidem*

de características modernas) era a reflexão feita sobre o que o movimento republicano procurava fazer em Portugal. O primeiro é caracterizado por estar assente numa filosofia que pertence aos mundos teológico e metafísico. A ligação à Igreja ou o carácter divino da Monarquia reflectem esta base ideológica de defesa deste modelo estatal. São regimes que têm no uso da força uma das suas principais regras, seja no interior do território quer nas relações externas «Houve, contudo, simultaneamente, ao longo de toda a história, um movimento paralelo na ordem temporal das coisas, que consistiu no declínio gradual da vida militar (originariamente a principal preocupação de todos os homens livres) e a sua substituição pela vida industrial»..³⁷

O industrialismo defende uma sociedade capaz de se regenerar e que se encontra em defesa dos valores científicos para toda a sociedade. «Comte demonstra facilmente que o progresso da indústria e o da ciência positiva são correlativos»..³⁸ A mudança de regime, segundo os republicanos, exigia uma nova mentalidade por parte dos próprios cidadãos portugueses. Porém, estes não conseguiriam trazer uma mudança enquanto estivessem imbuídos numa cultura tradicional, em que a sua capacidade política ou o seu conhecimento científico não se elevassem de forma a poderem escolher a melhor hipótese. Para haver uma alteração, os cidadãos deveriam assim entender que a sociedade de tipo industrial estava ultrapassada e que a sua transição para um regime industrial era a mudança que o País necessitava de forma a poder finalmente acabar com a crise que se abatia sobre o País.

Uma das características mais reforçadas pelos republicanos é a do regime estar assente numa base em que a agressão é a principal força que permite resolver as situações. Os governos adoptam um sistema de governação modelado como se o território se encontrasse em guerra permanente. «As sociedades expostas ao ataque de outros povos, ou que ainda vivem no regime da actividade militar, têm fatalmente de se subordinar ao absolutismo do Estado como meio de fortalecer pela unidade os elementos de defesa»..³⁹

Esta característica dos governos monárquico-constitucionais, que mantinham um conjunto de leis ou de regras na sociedade que abafavam as liberdades (algumas delas registadas na Constituição portuguesa), era encarada como procedimentos que advinham da manutenção de um paradigma de regime absolutista. A crítica que os republicanos promoviam era a de que este regime não passava de uma continuação linear dos regimes absolutistas que o País tinha tido em séculos anteriores. A partir da década de 70 e, sobretudo, quando o regime reforçou parâmetros

³⁷ MILL, John Stuart. *Auguste Comte et le Positivisme*, Germer Baillière, Paris, 1868. P. 121

³⁸ Ibidem

³⁹ CATROGA, Fernando. *Natureza e História na fundamentação do municipalismo : da Revolução Liberal ao Esatdo Novo (uma síntese)*. Porto, (1994).p. 407-420.

de controlo, após 1890, os republicanos assumiram esta ideia e defenderam-na em cada caso mais agressivo dos governos.

2.1.2. Críticas ao sistema

O regime monárquico-constitucional continuava assente numa organização centralizada em que o conjunto de decisões tomadas pelos poderes políticos era assumido por um número reduzido de individualidades próximas da Coroa. O País viveria assim amarrado aos interesses que a família régia defendia. «As sociedades exposta ao ataque de outros povos, ou que ainda vivem no regime da actividade militar, têm fatalmente de se subordinar ao absolutismo do Estado como meio de fortalecer pela unidade os elementos de defesa».⁴⁰

A ideia de que o poder decisivo se encontrava limitado às vontades de um conjunto reduzido de pessoas ia contra o que o republicanismo português pretendia promover no sentido em que, desejando implementar uma sociedade funcionalista mas com traços federalistas, as áreas de decisão deveriam ser repartidas pelas pessoas com mais capacidade para assumir as funções.

Outro problema analisado na estrutura do Estado é a máquina burocrática pesada que o Estado tinha de assumir por necessitar de controlar de forma efectiva a sociedade. Os republicanos, convencidos pelos conceitos do liberalismo económico e político, consideravam que os indivíduos deveriam assumir um conjunto de decisões mais alargado. O Estado seria um poder de coordenação em que as suas funções se limitassem a exercer um apoio à sociedade civil.⁴¹

Este Estado de carácter minimalista defendido pela elite republicana era o contraponto da forma como o regime em vigor assumia as funções estatais. Dois critérios eram tidos em conta na avaliação à máquina estatal portuguesa da segunda metade do Século XIX. Primeiro, o funcionalismo português era um peso enorme nas despesas do Estado. Segundo, a sua produtividade era demasiado baixa.

Este grupo profissional era o maior da população activa portuguesa e acabava por abafar as possibilidades de Portugal se emancipar através de iniciativas privadas, pois as principais carreiras acabavam ligadas ao Estado.⁴² Apesar do grande esforço promovido pelo Estado quer a

⁴⁰ TEIXEIRA, Bastos. *A crise: estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise contemporânea*. Livraria Internacional de Ernesto Chardon. Porto, 1894. p. 188

⁴¹ Ibidem

⁴² BASTOS, Teixeira. *A dissolução do regime capitalista*, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1897 P.7

nível financeiro, quer a nível organizativo, as reformas que o País necessitava não eram cumpridas. As culpas eram atribuídas a um sistema lento que não era ágil na resolução das suas funções. Em parte, a responsabilidade recaía sobre a centralização do poder de decisão que retirava velocidade e coordenação das forças activas no terreno, mas a própria produtividade dos funcionários públicos era, em muitos casos, colocada em causa. «Graves accusações se teem feito por esta forma, nos ultimos annos, a empregados publicos, a funcionarios superiores do Estado ou a individuos que teem mantido por vezes relações intimas com o Governo em negocios financeiros. Graves accusações essas, não só porque os factos indigitados cahem sob a acção doCodigo Penal, como também porque anda a elles ligado o credito, a honra e a dignidade da nação portuguesa»⁴³

Os republicanos apontaram baterias também ao principal problema que afectava a capacidade da nação portuguesa na segunda metade do século XIX. Portugal debatia-se com uma grave crise financeira onde a balança de pagamentos se encontrava quase sempre em défice mas o próprio orçamento estatal acabava sempre por apresentar resultados extremamente negativos.⁴⁴

Se a crise moral afectava a sociedade portuguesa não lhe permitindo uma mudança tão desejada quanto necessária, a crise financeira era a que mais afectava o quotidiano das populações. Este desequilíbrio das Finanças era encarado com muitas críticas por parte dos republicanos, que realçavam as falhas governativas durante os anos de governação monárquica. Os republicanos consideravam que, apesar de existirem motivos suficientes para se justificar a crise financeira portuguesa, os governantes não assumiam as melhores posições quanto à utilização de dinheiros públicos. Acusaram os governos sucessivos de serem responsáveis por um «esbanjamento dos dinheiros públicos».

Os políticos enquanto forças de manutenção do regime eram os alvos diários da propaganda republicana. Descrita como «nojeira»⁴⁵, a Política portuguesa era encarada como um conjunto de personalidades afectas à Coroa e cujas principais preocupações ou ambições passavam pela melhoria das suas condições pessoais. A classe política foi sendo descredibilizada ao longo da ascensão do Partido Republicano, quer através do aproveitamento político de escândalos ou decisões políticas negativas como através de descrições gerais em que a classe era acusada de vários problemas.

⁴³ BASTOS, Teixeira. *A crise: estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise contemporânea*. Livraria Internacional de Ernesto Chardon. Porto, 1894. P. 190

⁴⁴ Idem p. 2

⁴⁵ Idem p. 188

A maior crítica promovida aos políticos ao longo das décadas finais do século XIX era a de que os políticos eram uns meros «servidores da Coroa»⁴⁶. Esta expressão foi muitas vezes utilizada devido à forma como a Coroa controlava efectivamente a rotatividade dos partidos políticos nas eleições e constituía listas ditas «oficiais» que ganhavam quase sempre as eleições. Após a subida ao poder, os políticos eleitos seriam muitas vezes coagidos a respeitar decisões externas da família real. «A acção do meio palaciano sobre os homens políticos de convicções democráticas (...) não é desconhecida dos chefes de Estado, que frequentes vezes, usam e abusam dela».⁴⁷

A grande questão que veio efectivamente mudar o panorama político português foi a questão do mapa cor-de-rosa e o conseqüente Ultimato inglês em 1890. Apesar dos problemas vividos pela sociedade portuguesa, a sociedade continuava tranquila e não manifestava, excepto através de sinais latentes, descontentamento pelas difíceis condições de vida. Para tal, contribuíram anos de relativa estabilidade em que o Estado português conseguiu manter um certo equilíbrio das Finanças, principalmente, apesar de duas graves crises financeiras ocorrerem antes da derrocada de 1890.

O Ultimato terá sido um episódio da política externa portuguesa que maior impacto teve na sociedade portuguesa na segunda metade do século XIX. Confrontados com o sentimento nacionalista exacerbado pelas forças políticas da oposição, a questão do Ultimato foi encarado como uma repetição da queda do império colonial português por parte da população portuguesa.

Os republicanos aproveitaram a situação para reforçar a agressividade com que avaliavam as posturas governamentais. Ao longo de vários meses, a propaganda do novo movimento político esforçou-se por discutir as decisões assumidas de forma pormenorizada não deixando críticas por afirmar.

2.1.3. Ultimato

A questão do Ultimato encarou, em primeiro lugar, a própria aliança com a Inglaterra. Durante séculos, o Império Britânico tinha constituído o principal apoio europeu para o Estado português. Os ingleses tinham retirado benefícios óbvios do apoio prestado, sobretudo através de regalias económicas, porém este caso veio colocar em causa esta ligação. Os republicanos lembraram os episódios degradantes da ocupação inglesa aquando das invasões napoleónicas

⁴⁶ Ibidem

⁴⁷ LIMA, Jaime Magalhães, *A Democracia – Estudo sobre o Governo Representativo*, A. J. da Silva Teixeira, Porto, 1888. P. 19

e a postura de Beresford, o militar inglês responsável pelas forças inglesas que se colocou praticamente como o chefe do Governo em momentos de tensão.

Os republicanos exigiram que a aliança com a Grã-Bretanha fosse rompida e que Portugal procurasse outros países para a substituir. Os federalistas foram assertivos e pediram uma mudança de rumo que nos aproximasse da vizinha Espanha. O sonho federalista de constituir uma união ibérica em que ambos os países mantivessem a sua identidade e a sua independência estava em marcha. A ideia era receber o apoio da Coroa de Castela, porém esta opção nunca chegou a ser concretizada.⁴⁸

Outra crítica formulada à própria história da Monarquia, enquanto regime em vigor em Portugal há vários séculos, era a da política colonial. Por necessidade e por opção política, os republicanos encaravam as colónias como a prioridade política de uma governação em Portugal. Consideravam que o império colonial poderia ser a grande fonte de rendimentos da metrópole e esse estatuto deveria estar condizente a um tratamento superior por parte dos governos em mandato.⁴⁹ Porém, segundo os republicanos, a Monarquia Constitucional nunca teria estado preocupado com as colónias. De facto, em termos de opções políticas eram consideradas como um elemento secundário face aos problemas metropolitanos. «Mas a política mesquinha de interesses pessoais e de conveniências partidárias, que têm vigorado no regime constitucional, inutilizou o movimento iniciado».⁵⁰

Os republicanos não terão mudado de posição após 1910, procurando assumir uma posição mais intervencionista nas colónias com uma reforma das estruturas e da própria visão da sociedade portuguesa sobre elas. Esta postura vem no seguimento das críticas feitas ao regime no sentido de haver uma necessidade de reformar o império colonial. «Para tirar as nossas colónias do abatimento em que se encontram, do abismo em que vemos quase a despenhar-se a província de Moçambique, era indispensável que o governo formulasse um plano geral de reformas».⁵¹

A recepção do Ultimato em si foi um momento capitalizado pelas forças republicanas na sua acentuação das críticas ao regime republicano. O aumento das exigências inglesas foi encarado

⁴⁸ BASTOS, Teixeira. *A crise: estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise contemporânea*. Livraria Internacional de Ernesto Chardon. Porto, 1894. P. 25

⁴⁹ SOARES, Mário. *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*. Centro Bibliográfico, Lisboa, 1950. P. 42

⁵⁰ BASTOS, Teixeira. *A crise: estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise contemporânea*. Livraria Internacional de Ernesto Chardon. Porto, 1894. P.110

⁵¹ Idem – p. 112

como um momento decisivo da política portuguesa em termos de política externa, mas também na defesa do próprio território, considerando as colónias como uma extensão ultramarina da civilização portuguesa.

Descrito como uma «afronta», o Ultimato era uma oportunidade para os republicanos de exacerbar os defeitos do regime em vigor. Estas circunstâncias foram usadas como uma arma de arremesso poderosa que colocou em causa a própria capacidade dos poderes políticos em estarem à frente do País. Em causa, defendiam os republicanos, estava a própria defesa da Nação. Portugal e os seus territórios enfrentavam um perigo de vida.⁵²

Após semanas de negociação em que o regime monárquico mobilizou os seus melhores elementos na tentativa de resolver o problema, as negociações acabaram por não serem positivas. As razões que levaram a uma falha no acordo passaram por elementos que os governantes portugueses não podiam ignorar. A Inglaterra possuía uma superioridade militar que impedia uma militarização do conflito até porque os restantes países europeus não se sentiam inclinados em oferecer o seu apoio na questão. Por outro lado, a Inglaterra era o principal credor português e aliado comercial.

A aceitação da assinatura do Tratado por parte das autoridades portuguesas foi o epílogo do esforço negocial infrutífero desenvolvido por Portugal. Os adjectivos que rodearam o tratado na descrição dos acontecimentos por parte das forças republicanas foram fortes e pejorativos. Procuraram defender uma posição nacionalista que rejeitava a aceitação de um acordo que, segundo eles, era inaceitável.⁵³ A renúncia à luta foi encarada como sendo uma «traição». O sentimento pretendia reflectir que a Monarquia tinha abandonado a sociedade portuguesa e os valores que ela deveria defender. «O governo português não sabendo resistir, vergou (...) Mais um tratado vexatório e indecoroso para juntar à extensa lista daqueles que a Inglaterra tem imposto a Portugal e que os governos da Monarquia, tanto nos tempos da Realeza, como no período do constitucionalismo, inepta e resignadamente aprovaram».⁵⁴

As caracterizações assumiram também outro valor, o do orgulho nacional. Palavras como «humilhação» ou «vergonha» foram muitas vezes repetidas no sentido de reforçar um sentimento de rejeição por parte da postura do governo.

⁵² O Século, Lisboa, 1881

⁵³ Ibisem

⁵⁴ BASTOS, Teixeira. *A crise: estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise contemporânea*. Livraria Internacional de Ernesto Chardon. Porto, 1894.p. 110

O segundo actor político em quem recaíram as críticas foi obviamente a Monarquia. Os republicanos procuraram demonstrar que o Rei tinha a obrigação de pôr cobro à situação. Este, enquanto responsável máximo do sistema político, constituía também o principal responsável. Enquanto «grante do patriotismo»⁵⁵, demonstrou ser o representante de um modelo «fraco» e constituir um «símbolo de vergonha nacional»⁵⁶. Num gesto repleto de simbolismo ideológico mas também da vontade revolucionária, o Século acabou por exigir a demissão de D. Carlos.⁵⁷

Em 1891, o governo caiu sob a pressão exercida pela sociedade portuguesa que tinha aderido ao movimento que os republicanos tinham incentivado. Com eleições à porta, o Partido Republicano Português apelou ao «voto republicano» procurando capitalizar as demonstrações realizadas nos meses anteriores. Estas eleições chegaram a serem definidas como estando «sob o signo do patriotismo».

2.2. Religião

Enquanto elemento espiritual da sociedade portuguesa, a Igreja Católica estava ligada à manutenção do regime monárquico. As ligações existentes entre as duas instituições tinham séculos de idade e mantinham uma estrutura de controlo sobre a sociedade portuguesa. A Monarquia detinha o poder político e, apesar das leis que restringiam a sua autonomia, continuava a usufruir de muitos privilégios, através da maneira como controlava o sistema político. A Igreja continuava a ter um poder social ao conseguir dirigir a mentalidade popular, através do culto promovido e das ligações que foi criando dentro da sociedade.

A rejeição do catolicismo (ou da sua influência) na sociedade portuguesa é uma luta que atravessou o panorama intelectual português desde o advento das ideias liberais. A luta «anticatólica» não constituía uma oposição à existência da própria religião em Portugal, mas era uma contestação ao poder social e cultural de uma instituição que era a que maior capacidade detinha de controlar as populações.

Nas décadas anteriores, um conjunto de autores apoiou a ideia de que os representantes da Igreja deveriam ter um poder controlado na sociedade civil. Essa diminuição da influência deveria passar por uma separação do Estado ou pelo menos uma postura mais neutral perante o clero. Mas pensadores como Henriques Nogueira tinham em mente uma possível renovação da Igreja Católica que lhe permitisse adaptar-se aos novos tempos e não a tornasse numa força

⁵⁵ O Século, Lisboa, 1881

⁵⁶ Ibidem

⁵⁷ Ibidem

reaccionária.⁵⁸

A verdadeira fracção entre os movimentos liberais e os membros da Igreja Católica teve como ponto de partida a década de 60 do século XIX. Neste período, a Igreja Católica procurou responder a mudança de paradigma vivida nas sociedades ocidentais que apontava a Igreja como um elemento que deveria ser encarado como um factor neutro nas interações das sociedades civis. Para tal, o clero reuniu-se num concílio que decorreu no Vaticano em 1869. Este Concílio do Vaticano permitiu a partilha do pensamento de vários membros eclesiásticos e moveu uma onda de optimismo em certos sectores europeus que esperavam que esta reunião pudesse mudar a postura do clero católico. Porém, a ala mais conservadora acabou por vencer e impôs condições cada vez mais duras para as respectivas Igrejas nacionais.⁵⁹ As conclusões retiradas pelo Concílio reforçaram a manutenção de uma Igreja com valores anteriores e uma rejeição de mudanças de forma a se conseguir uma adaptação aos tempos modernos. Para além disso, as igrejas nacionais deveriam reforçar a sua ligação com o Vaticano e o Papa, passando a depender mais da entidade papal de forma a tomar decisões.

Em termos de oposição a membros anticatólicos, a Igreja Católica pretendeu endurecer as suas posições de oposição. O ataque reactivo aos liberais e aos republicanos, que conduziam ataques ao clero e à instituição, foram reprimidos e colocaram ambas as forças em conflito aberto. Em Portugal, foi criada a Associação Católica em 1872 de forma a defender os interesses eclesiásticos na sociedade civil. Para além disso, as imposições papais passaram a implicar um maior poder do Papa em detrimento dos Estados nacionais, como o português, que passava a não ter capacidade de decisão nas políticas católicas.⁶⁰

Em Portugal, a situação foi vivida ainda com mais intensidade devido à situação do Oriente Lusitano, um território português cujo Estado lusitano tinha como responsabilidade evangelizar segundo as normas católicas. O acordo assinado em décadas anteriores passou a ser contestado pela Igreja Católica que pretendia recuperar o controlo do espaço, afirmando que a opção da Igreja tinha sido apenas uma cedência temporária. Esta posição foi abertamente criticada pelos actores da oposição ao regime. Porém, os governos monárquico-constitucionais procuraram aproximar-se da Igreja à medida que o século findava. A ideia era conseguir o apoio eclesiástico, devido ao aumento de influência das forças revolucionárias, e combater em conjunto movimentos que colocavam em causa as duas instituições.

⁵⁸ A Pátria, nº 1, Lisboa, 1899.

⁵⁹ CATROGA, Fernando. *O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)*. Revista Análise Social, nº 100, p. 211-273

⁶⁰ Ibidem

Mas, tal como afirmámos, o movimento anticlerical português apoiado e sustentado pelo Partido Republicano português não tinha sido elaborado de raiz, mas consistia mais numa continuidade cujas circunstâncias mais duras e posições mais radicais acabaram por extremá-lo. Um dos primeiros políticos na história portuguesa a ter posições mais agressivas perante os movimentos religiosos foi o Marquês de Pombal com a sua oposição aos jesuítas. Porém, o liberalismo imbuído de vontades revolucionárias também se opôs ao domínio cultural que a Igreja Católica exercia na sociedade portuguesa. Autores como Alexandre Herculano discursaram sobre a necessidade de uma separação da religião com a política enquanto duas entidades com funções e responsabilidades distintas.⁶¹ Ainda antes da formação do movimento republicano, publicações, como a *Lanterna*,⁶² ajudaram a criar um movimento de resistência à influência católica.

A verdadeira força de impulso esteve ligada aos acontecimentos em França com a Comuna de Paris (1871) e o advento da Terceira República. Os movimentos laicizadores ocorridos no território francês foram um modelo de oposição e seriam, mais tarde, seguidos aquando da chegada republicana ao poder. Se o Concílio do Vaticano foi um motivo, os movimentos franceses constituíram o exemplo a seguir para mudar o estado de coisas.

O conjunto de razões, que tinham apoiado a realizações de acções ou a criação de movimentos de carácter anti-religioso, foi variado. Podemos recuperar a luta contínua que a Igreja Católica teve de travar com a Associação Liberal de Coimbra. O nacionalismo constituiu uma postura de quase todas as suas vertentes. O Vaticano pretendia reforçar o seu poder nas igrejas nacionais de forma a centralizar o poder de decisão, mas as posições anti-eclesiásticas encaravam a mudança de postura como uma ingerência nos assuntos nacionais.

As posturas filosóficas de certos grupos de interesse acabaram por colidir com a própria concepção da religião envolvida em assuntos civis, como foi o caso do Positivismo ou de outras correntes de pensamento dos tempos liberais. A necessidade de alterações morais e culturais levou muitos grupos a considerarem a presença da Igreja como um obstáculo à renovação da sociedade portuguesa. Em termos políticos, os sectores não conservadores entendiam que a Igreja possuía demasiado poder e que este deveria ser restringido.

A opção por uma separação da Igreja do Estado teve vários defensores anteriores às posições dogmáticas defendidas pelos republicanos. Em 1870, Giraldes lançou um ensaio intitulado «O Papa-Rei e o Concílio»⁶³ em que se opõe às decisões tomadas pelo Papado. A síntese elaborada

⁶¹ HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*, Bertrand, Lisboa, 1980.

⁶² A *Lanterna*, nº 1

⁶³ GIRALDES, Manuel Nunes. *O Papa Rei e o Concílio*. Typ. Universal, Lisboa, 1870.

por Giraldes constitui uma síntese da crítica liberal à Igreja Católica. Refuta a dogmatização da infabilidade do poder papal apresentando-o como uma figura que pretende controlar assuntos terrenos e compara-a a um «Rei»⁶⁴. Este tipo de posições reflecte um conjunto de movimentos individuais ou colectivos que se opunham a uma Igreja reaccionária e em dissonância com os valores pós-revolucionários.

A par dos próprios republicanos, os socialistas impuseram uma forte contestação às ligações estatais com a Igreja Católica. Os liberais enquanto continuidade do pensamento vintista também permaneceram opostos à relação, apesar dos membros no Governo continuarem a apoiar a Igreja, excepção feita aos conflitos directos com o Papado. Por fim, organizações como o Grande Oriente Lusitano procuraram encontrar soluções para sair desta situação.⁶⁵

2.2.1. Definição do Clero

O clero teve um conjunto de críticas apontadas por todos estes sectores. Se podemos apontar críticas comuns, convém realçar o facto de que este género de ataques detinha maior ou menor impacto, consoante a natureza da oposição e o interesse no conflito.

Associado ao estado militar e à Monarquia Constitucional, o clero foi descrito como um instrumento de domínio absoluto. Acompanhava a dinâmica monárquica na manutenção de um poder ultrapassado através da sua influência moral na sociedade portuguesa. Mas a sua entrada na sociedade através da criação de associações, como a Santa Casa da Misericórdia, que apoiavam a sociedade civil foi encarada como uma intromissão, pois ajudava a Igreja a consolidar o seu poder moral.⁶⁶

A Igreja continuava a usufruir de impostos que lhe eram directamente reversados e o seu poder económico era, em certos casos, de grande envergadura. Enquanto estado dentro do Estado, a sua autonomia contrastava com a maneira como o Estado lidava com os assuntos eclesiásticos. Os republicanos reafirmaram o domínio do homem (ou sociedade) por este poder, colocando exemplos de ideias religiosas que limitavam a independência da sociedade civil e das liberdades que lhe estavam concedidas.

⁶⁴ PROENÇA, Maria Cândida. *A questão colonial no Parlamento (1910 – 1926) Volume II*. Editora Dom Quixote. Lisboa, 2008.

⁶⁵ COMTE, Auguste, *Catéchisme Positiviste*, Rio de Janeiro: Temple de l' Humanité, 1957.

⁶⁶ CATROGA, Fernando. *O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)*. Revista Análise Social, nº 100, p. 211-273. P. 4

As ligações económicas, políticas e sociais da Igreja com o Estado permitiram erigir uma ligação indissociável entre as duas entidades por parte da retórica republicana. Ambos eram encarados como duas faces da manutenção de um domínio sobre Portugal e descritos como sendo aliados na defesa de interesses comuns.⁶⁷

O Estado português detinha um conjunto de direitos sobre a Igreja Católica como a nomeação de membros do clero para cargos eclesiásticos, a manutenção de zonas de influências cedidas pela entidade católica ou até a possibilidade de modificar certos aspectos da organização católica. Em contrapartida, os interesses católicos eram assegurados através da cedência de impostos, de uma manutenção de uma legislação que se enquadrava nos valores católicos e muitos membros do clero tinham acesso a cargos públicos e políticos onde poderiam defender as suas causas.

Os republicanos criticaram a ligação existente entre os membros governamentais que, indirectamente, ajudavam a manter o predomínio da Igreja sobre a sociedade em Portugal. Neste aspecto, os socialistas e os republicanos estiveram unidos utilizando retóricas aproximadas e mantendo um conjunto de posições em comum, mesmo que estas não significassem uma aproximação entre as duas formações políticas.

2.2.2. Luta anticlerical

A luta anticlerical foi um espírito que se manteve desde a formação do Partido Republicano Português e prolongou-se até depois da transição para o regime republicano em 1910. Para além da análise a uma postura de oposição conceptual da ligação da Igreja ao Estado, os republicanos assumiram posições também quanto ao modo de actuação do clero na sua relação com os fiéis.

O movimento republicano encontrou várias posturas dos ritos religiosos com as quais não concordaram. Uma delas foi a da confissão auricular promovida pelos membros eclesiásticos e que, segundo os republicanos, constituía uma invasão da privacidade que defendiam para a vida familiar. Pretendiam uma libertação da moral privada e familiar perante a intromissão do clero. Seguiam neste ponto a posição liberalista a partir da qual cada individuo deveria ser livre nas suas escolhas e cada família seria um modelo de organização primário na sociedade, aonde o patriarca seria o líder e não um elemento externo como um membro do clero.

A intromissão eclesiástica tinha um motivo. Procurar corrigir as posições familiares através da

⁶⁷ Idem

confissão das actividades individuais reenquadrar-se constantemente as famílias dentro de uma moral conservadora e católica. Os republicanos consideravam que esta acção acabava por controlar os comportamentos, mantendo uma postura conservadora do estado metafísico e levando a manipulação das consciências.⁶⁸

Outro ponto abordado foi a questão do casamento para membros eclesiásticos. Declarando-se contra a Igreja Católica e o seu modo de funcionamento, os republicanos não hesitaram em abordar assuntos internos do clero. Consideraram numa argumentação não-positivista que o casamento seria um fenómeno natural que deveria estar acessível a todos os membros da sociedade. A excepção aberta pelos membros do clero não respeitava um movimento natural, logo, estava incorrecto. João Bonança defendeu a sua posição ao reflectir sobre o caso Layson que teve muitas implicações na sociedade na época.⁶⁹

O auge da campanha descristianizadora teve como marco temporal as vésperas da mudança de regime. Com o crescer dos movimentos de descontentamento por parte da população, como foi o caso das lutas académicas em Coimbra, os republicanos acentuaram a pressão na questão religiosa. A 2 de Agosto de 1909, uma grande manifestação anticlerical teve lugar em vários pontos do País. Esta estratégia de cariz laicista teve o apoio dos movimentos enumerados anteriormente, como os socialistas e outros grupos de intervenção.

A estratégia visava a revogação de vários decretos-lei lançados nos últimos anos no sentido de incentivar a manutenção da força católica. Estes actos legislativos tinham sido editados quando os governos monárquicos apertaram o controlo sobre as populações a partir da década de 1900 e a entrada de João Franco para o poder.

A Monarquia fragilizada teve de ceder às pressões das forças republicanas e acabaram por ceder uma primeira derrota política perante um movimento que se encontrava próximo de conquistar a revolução. O momento teve um significado pois indicou a mudança no campo de forças, antes do advento da Revolução, e consequente mudança de regime.

2.3. Legislação republicana

Após o advento da República, as legislações obtidas na oposição não foram consideradas suficientes e as medidas anticlericais mantivera-se na agenda republicana. A luta contra o

⁶⁸ Idem p. 8

⁶⁹ Idem p. 10

regime monárquico-constitucional tornara-se indissociável da questão religiosa.⁷⁰

O primeiro ponto legislativo focado pelos republicanos foi a progressiva diminuição do poderio económico dos bens da Igreja. As posses católicas foram consideradas públicas e um conjunto de medidas foram assumidas no sentido de reaver esses domínios públicos. As mudanças provocadas por esta legislação foram devastadoras para o erário católico que acabou destruído e revendido para entidades civis.

Outra medida que foi assegurada pelo ministério de Afonso Costa foi o da questão da força social que os membros da Igreja Católica detinham. Os republicanos asseguraram que a própria organização eclesiástica e o modo de funcionamento dos rituais religiosos fossem legislados pelo regime republicano. A regulamentação decorrente afectou toda a organização do clero português que acabou por depender das entidades do Estado para poder funcionar de forma correcta. A 20 de Abril de 1911, o Governo Provisório decretou a «Lei da Separação das Igrejas e do Estado».⁷¹

Outra questão assumida pelos republicanos foi a do juramento religioso. Uma transformação da sociedade rumo à laicização do Estado implicava que as entidades estatais não tivessem nenhuma ligação a qualquer credo religioso. Apesar de se ter envolvido em modificações da Igreja Católica, os republicanos pretenderam retirar este símbolo católico presente no funcionamento das instituições civis. A questão prendia-se com o facto de, face às mudanças legislativas, o Estado não poder assumir nenhuma preferência religiosa. Como consequência, os actos públicos passavam a estarem libertos do juramento religioso, pois este interferia com a liberdade de consciência de cada cidadão. Os deputados republicanos mantiveram-se sempre contra este procedimento, enquanto deputados da Nação no período monárquico, e levaram-no à legalidade, enquanto membros do poder. «Da mesma data em diante serão extintas as cóngruas e quaisquer outras imposições destinadas ao exercício do culto católico».⁷²

A legislação republicana estendeu-se também ao ensino onde a força do catolicismo e dos seus mandatários terrenos continuava a asfixiar as possibilidades de mudanças ainda nos inícios do século XX. Como prioridade republicana, a educação serviria para renovar os costumes e os valores morais da sociedade portuguesa. A presença da Igreja Católica nos círculos universitários, em particular, tinha provocado movimentos de protesto como foi o caso da Luta

⁷⁰ Idem p. 27

⁷¹ ESTADO, Lei da Separação das Igrejas e do (1911). *Lei da Separação das Repúblicas e do Estado*. Portugal, 1911.

⁷² Idem. – Artigo 5º

Académica em 1907. Um dos grandes mentores das mudanças educativas quanto à sua ligação com o catolicismo foi Bernardino Machado que, enquanto estudante na Universidade de Coimbra, liderou protestos contra o estado de coisas. O discurso proferido na abertura do ano lectivo da Universidade de Coimbra, em 1904/05, foi um dos casos mais claros de protestos antes da Revolução. Este foi um dos motes que permitiram uma legislação de renovação do sistema universitário. A Igreja Católica acabava de se ver retirado o privilégio de poder interferir no ensino, em particular, nas universidades.

Outros tipos de decisões foram assumidos no sentido de laicizar a sociedade portuguesa. A introdução de símbolos laicos na sociedade que vieram substituir ícones reservados ao sector religioso foi uma das formas encontradas para minimizar o impacto do catolicismo. Algumas das propostas apresentadas como a mudança do calendário enquadram-se numa posição defendida por Auguste Comte. «Os toques dos sinos serão regulados pela autoridade administrativa municipal de acordo com os usos e costumes de cada localidade, contanto que não causem incómodo aos habitantes, e se restrinjam, quando muito, aos casos previstos no decreto de 6 de Agosto de 1833. De noite, os toques de sinos só podem ser autorizados para fins civis e em casos de perigo comum, como incêndios e outros.»⁷³

A primeira ideia a reter deste capítulo será a que as gerações seguintes acabaram por relembrar quando analisaram o processo revolucionário republicano. A Monarquia e a Igreja foram os dois principais inimigos do Partido Republicano nascente e que as críticas e acções realizadas pelos republicanos, no período de ascensão ao poder, são um reflexo claro desta posição.

Mas a forma como o processo se desenrolou permite retirar conclusões mais profundas que é importante analisar. Em primeiro lugar, as influências estrangeiras, como vimos no início deste capítulo, que trouxeram uma visão mais alargada das relações entre um poder instalado, que sobrevive com o apoio da tradição e da imobilidade dos restantes actores da sociedade, e uma oposição que pretende regenerar o espaço político e social.

Por outro lado, a herança de pensamento português esteve presente neste movimento de sensivelmente quatro décadas. A geração de 20, Alexandre Herculano ou Henriques Nogueira são figuras que, não assumindo uma posição central na lógica republicana, por vezes, pelo contrário, souberam influenciar um processo de oposição ao regime.

A presença do Positivismo percorre evidentemente toda esta dinâmica de luta política porque é a

⁷³ Idem – Artigo 59º

base de pensamento e de posterior reflexão. A posição assumida face à Religião é uma óbvia derivação da problemática religiosa positivista enquanto elemento dos estados teológico e metafísico. A ruptura pretendida para o surgimento do estado teológico passava por uma actuação consistente e clara em moldes positivistas. A própria desvalorização do estado monárquico, reflexo de um estado militar, em que a força reflectia reminiscências de um absolutismo ultrapassado é uma posição de Terceiro Estado na Lei de Comte. As críticas quanto ao uso da força foram repetidas, tendo em conta os episódios da vida corrente portuguesa, e alastraram a ideia de que continuavam a serem empregues formas de dominação. Estas já eram consideradas intoleráveis para uma sociedade que tinha abandonado o absolutismo desde a década de 20 do mesmo século.

A crítica aos políticos é uma referência clara à sempre presente «política científica» que exigia membros do Governo mais adequados aos poderes e responsabilidades detidos. Uma visão mais científica que não deixasse existir uma mudança de rumo permanente entre os diferentes indivíduos e governos que se sucediam ao governo.

Porém, pontos específicos não deixam de surpreender quanto à adaptabilidade dos republicanos na sua adopção do modelo positivista enquanto sistema de regência geral com particularidades escolhidas e fundamentadas separadamente. A introdução do panteísmo ou culto da Natureza seria considerado um elemento metafísico mas a sua adopção surgiu no âmbito de correntes de pensadores que souberam dar asas a essas ideias no momento. A própria República Francesa fez uso destas mesmas ideias na sua marcha.

A questão do Ultimato possui laivos de pensamento de estados considerados autoritários que acabavam por unir as suas populações através de um fervoroso sentimento patriótico. A exoração a uma posição energética das populações face a um traidor interno é uma demagogia populista utilizada por regimes diferentes mas que foi útil para o governo em questão.

Podemos também retirar conclusões interessantes nos próximos capítulos quanto a inconsistências do discurso republicano após a sua ascensão ao governo sem que estas notas tenham de ser pronunciadas com qualquer sentido valorativo, mas utilizando-as para reforçar o objectivo do nosso trabalho.

Ligados à força pela retórica republicana, Monarquia e Igreja acabaram por ser os dois lados que sofreram a ira de um movimento que pretendia mudar o estado das coisas. Ambas as instituições, com séculos de existência no nosso território, acabaram por sofrer na comparação com um movimento recente e com força viva. O republicanismo acabou por ser uma força

política em Portugal que funcionou mais como arma de derrube da Monarquia Constitucional do que como garante de uma renovação ressentida como necessária por toda a população.

2.4 Ultimato como ponto de viragem

A principal ideia que norteia toda a expressão social do pensamento positivista recai sobre a interligação de duas noções que ajudam a entender a envolvente da filosofia em questão: Ordem e Progresso. O Positivismo não encara estes conceitos como contraditórios ou desligados mas como duas forças ou objectivos que devem ser cumpridos sem descurar o outro. Apenas assim seria possível conceber uma sociedade capaz de evoluir, mas com bases seguras, capazes de conferir estabilidade à própria sociedade.

Esta visão assenta principalmente numa preocupação que rodeia os pensadores que fundaram e deram seguimento à política positivista. O período em que o Positivismo surgiu sob a mão de Auguste Comte era o de três décadas de guerras e revoluções que tinham colocado a Europa inteira numa terrível onda de pessimismo, medo e cansaço. As revoluções passaram a ser consideradas como fenómenos não naturais que implicavam avanços demasiado súbitos e violentos para poderem encontrar estabilidade na sociedade. «A filosofia do último século foi revolucionária, a do século XIX será organizadora»⁷⁴

Mas a ordem anterior às novidades advindas do período revolucionário francês impedia que se pensasse em olhar para o passado, onde residia uma sociedade arcaica comandada por um conjunto de famílias que tinham na tradição a justificação para existirem. Este avanço em direcção à democracia ou ao fim do absolutismo não permitia que o conceito régio entrasse, uma nova vez, na concepção do Estado.⁷⁵

A Ordem e o Progresso deviam assim andar de mãos dadas de forma a que ambas as forças permitissem encontrar soluções para os problemas da sociedade mas sem as desviar de uma certa regulação social. Auguste Comte imaginou um mundo onde a burguesia crescente, enquanto poder social, assumisse um maior papel de intervenção político em que as suas concepções sociais de «self-made man» seriam o exemplo a seguir na sociedade.

⁷⁴ SAINT-SIMON, Claude-Henri. *La Physiologie Sociale*, Presses Universitaires de France, Paris, 1965. P. 41

⁷⁵ Idem p. 47

2.4.1. Definição de progresso

A situação vivida em Portugal exigia uma mudança de paradigma, ou seja, um caminho de Progresso. Porém, os grupos políticos republicanos eram constituídos, quase na sua íntegra, por profissionais liberais, homens novos-ricos nas zonas urbanas e burgueses abastecidos nas zonas rurais. Sem serem os homens mais poderosos do País, sentiam uma certa necessidade de manterem os costumes burgueses e, antes de tudo, o seu próprio nível de vida.

Neste quadro, a estabilidade, dentro da necessidade de revolução, levava-os a serem comedidos e a desejarem uma transição suave em que o estilo de vida, que reconheciam como sendo o mais correcto, continuasse a fazer parte das normas sociais. Encarava-se assim mal as revoltas populares, demasiado instáveis para serem controladas, o que originou uma separação inevitável com os socialistas que apostavam neste género de iniciativas para aumentar a sua capacidade de intervenção na sociedade. «A marcha do espírito humano, essa necessidade d' instituições gerais que se faz sentir de forma imperativa pelas convulsões da Europa, tudo me diz que o exame das grandes questões políticas será o objectivo dos trabalhos do nosso tempo». ⁷⁶

2.4.2. Causas da revolução

O principal motivo que se encontra na origem da vontade de protagonizar uma revolução foi a necessidade de mudança perante o panorama social, económico e político do País. O balanço que os republicanos faziam do regime monárquico-constitucional passava por uma descrição de crise a todos os níveis.

O País encontrava-se mergulhado em dívidas, sem capacidade financeira para fazer frente às suas obrigações perante o estrangeiro. Em termos económicos, Portugal encontrava-se muito dependente de alguns parceiros nas suas relações comerciais, o que criava fossos tremendos na capacidade de equilibrar as balanças anuais de pagamentos. A relação com Inglaterra era constantemente guiada por esse facto. A escassez de matérias exportáveis obrigava os portugueses a um forte recurso ao mercado externo o que agravava a situação. ⁷⁷

A crise descrita no parágrafo anterior foi uma constante dos anos do regime de Monarquia Constitucional o que levou os republicanos a olharem para os actores políticos como incapazes de gerarem soluções. A tendência foi encará-los mesmo como um problema que devia também

⁷⁶ Idem p. 4

⁷⁷ MARQUES; António H. Oliveira. *História de Portugal*. 3 vols., Lisboa, Editorial Presença, 13.^a ed., corrigida e actualizada, 1997-98.

ele ser resolvido.⁷⁸

Mas este contínuo estado das coisas foi encarado, cada vez mais, como um declínio da própria sociedade portuguesa. Os republicanos voltaram-se para o passado e encetaram comparações com o glorioso período dos Descobrimentos. Fizeram desse período histórico a sua própria bandeira, como foi o caso na organização do Centenário de Camões. De um povo de exploradores, os portugueses passaram a ser explorados pela Europa que via em Portugal um simples peão na estratégia internacional.⁷⁹

O contexto negativo alastrou-se, por fim, para a própria população que começou a tornar-se numa «massa inerte». Nas suas publicações, os republicanos invectivaram a sociedade civil a olhar para o estado das coisas e ofereceram-se para serem o eixo de mudança. No jornal «A Pátria», José Benevides lança um apelo à população que reflecte a posição republicano sobre o estado social em Portugal e quais as soluções para o problema.⁸⁰

Este estado de descrença da população portuguesa era capitalizado para que os republicanos pudessem acusar os seus adversários políticos com a responsabilidade pelo rumo dos acontecimentos. O panorama descrito pela imprensa republicana destacava a maioria dos problemas ocorridos no quotidiano e, através da descrença criada, levantava hipóteses de mudança para uma sociedade melhor.

Este estado de decadência foi identificado com um dos conceitos mais regulares do próprio sistema positivista: o Organismo Social. Portugal, considerado enquanto organismo, revelava muitas fraquezas a vários níveis que o impedia de se apresentar como um corpo são. «Certos doentes irremediavelmente perdidos, na doce esperança de recuperarem a saúde, mudam de médicos (...) É pouco mais ou menos o que está sucedendo à nação portuguesa, desde que se declarou a grande crise».⁸¹

Esta apresentação de Portugal como um ser «doente» era um estilo retórico que permitia descrever a situação de uma forma muito mais criativa em termos formais, com figuras de estilo mais avançadas. Mas era o próprio conceito de doença que interessava os republicanos, na sua tentativa de encorajar os portugueses a aperceberem-se dos problemas do País e quererem

⁷⁸ Ibidem

⁷⁹ Ibidem,

⁸⁰ A Pátria, nº 1, Lisboa, 1899.

⁸¹ BASTOS, Teixeira. *A crise: estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise contemporânea*. Livraria Internacional de Ernesto Chardon. Porto, 1894. P. 160

encontrar o «remédio» para curar as «doenças» de que o País padecia.

2.4.3. Implementação da República

O momento do Ultimato acabou por constituir a mudança de posição do movimento republicano quanto a uma possível mudança efectiva do País a curto ou médio prazo. Os acontecimentos que dele decorrerem deram argumentos e motivos suficientes para que estes acreditassem na possibilidade de, efectivamente, mudar o regime em vigor e conquistar os portugueses. O espírito com que os republicanos entreviram o advento da República não se alterou contudo substancialmente ao longo do tempo. O sentimento transmitido manteve-se inalterado, mas a certeza do triunfo foi-se intensificando levando os publicistas republicanos a demonstrarem-se cada vez mais convictos na sua apresentação de uma nova vida possível.

Um dos principais recursos de estilo para demonstrar esta realidade passou pelo tom messiânico com que os republicanos projectaram a possibilidade de Portugal constituir uma República no futuro. Para tal, o termo «República» tornou-se uma personificação do conceito com o qual os autores passaram a comunicar. A invocação da República personificada teve várias facetas, porém a sua transformação em coisa deificada foi a mais importante delas.

Desde Henriques Nogueira e o surgimento de algumas publicações de carácter republicano, o uso do «Oh república!» tornou-se uma forma encontrada pelos republicanos de expressarem os seus sentimentos pelo regime, mas sobretudo por tudo o que a sua implementação implicava.⁸²

Se a República era introduzida como uma deusa, esta influência não deixa de ser muito próxima da República Francesa. A figura mais emblemática do regime que nasceu após a Revolução de 1789 era a Marignane . A estátua do busto da referida figura acabou por ser um dos maiores símbolos visuais da própria era republicana e mantem-se, ainda nos nossos dias, como uma das representações mais reconhecidas pela sociedade.

Mas, para além da constituição de uma representação deificada da República, outro aspecto passou a ganhar maior relevo na admissão de uma introdução de um modelo republicano em Portugal: a certeza da sua chegada próxima. A amplificação da iminência da Revolução a chegar conquistou a maioria dos publicistas que deixavam certezas quanto ao futuro do País. Deste modo, os republicanos aceitavam que o País estivesse em crise, mas queriam demonstrar que

⁸² A República, nº 1-8, 1848

havia a possibilidade próxima de uma «vida nova».⁸³ Uma certeza se levantou na maioria dos republicanos do que o triunfo estaria cada vez mais próximo.⁸⁴ Esta iminência do advento da Revolução foi ganhando consistência à medida de que os acontecimentos foram se desenvolvendo entre a década de 90 e a primeira década do século XX.

2.4.4. Não-uso da violência

A própria situação que tinha visto o surgimento do Positivismo não permitia duvidar das intenções pacíficas que rodeavam os republicanos na sua tentativa de chegarem ao poder. Os movimentos revolucionários que chegaram a alastrar-se a toda a Europa, se não por via directa, através das investidas militares napoleónicas, tinham colocado o sentimento de repúdio pela violência sobretudo na burguesia abastecida.

No momento em que os republicanos portugueses discutiam os meios de aceder ao poder, a questão física não ganhou muitos adeptos. De facto, para substituir o Estado de tipo militar por um de carácter militar, a força não era o meio possível de empregar que mais satisfazia os membros do Partido. Contudo, esta opção pacifista não invalidou que os membros republicanos apoiassem iniciativas populares no sentido de fragilizar os defensores do regime monárquico-constitucional. O suporte prestado não era directo, ou seja, com homens ou armas no terreno, nem chefes de revoltas envolvidos na rotina partidária e propagandística.

O seu apoio envolvia sobretudo a defesa de valores, através da propaganda, que permitissem levar o resto da população portuguesa a compreender os factos em jogo de forma a capitalizar estas revoltas pontuais. Lutou-se muito a favor dos valores de liberdade de expressão e associação. Aproveitou-se alguns valores que, partilhados com os socialistas, ajudavam os republicanos a conquistar terreno nas camadas populares pela sua maior força demagógica. «(...) O lado invencível da ideia revolucionária está em ela ser derivada da elaboração crítica que se está dando nos espíritos os mais medianos ainda».⁸⁵

A verdadeira luta dos republicanos seguia o modelo de política científica que incentivava a recorrer às armas parlamentares e de expressão de valores, como a democracia assim o exige. Os republicanos acreditavam que a oposição não necessitava de armas mas de lutas políticas

⁸³ BASTOS, Teixeira. *A crise: estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise contemporânea*. Livraria Internacional de Ernesto Chardon. Porto, 1894. P. 160

⁸⁴ SOARES, Mário. *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*. Centro Bibliográfico, Lisboa, 1950. P. 70

⁸⁵ Latino Coelho in *O Século*, Lisboa, 1881.

para conseguir conquistar espaço no panorama eleitoral português até ao ponto em que se pudesse fazer uma transição suave para a Revolução.⁸⁶

A frieza pelo sentimento e pelo envolvimento nas lutas populares tinha conexão com as avaliações feitas a este tipo de posições como sendo próprias do Estado Militar e envolvendo valores ultrapassados próprios de Estados anteriores como o Teológico ou o Metafísico. «Há uma opinião republicana, e é isso hoje já um grande passo, porque as aspirações revolucionárias, as emoções parlamentares, as agitações jacobinistas, (...) perpetuando assim o exercício da autoridade abusiva, estão hoje substituídas pela crítica fundamentada e pelas noções científicas de política positiva»⁸⁷ A luta deveria assim ser feita sem ligação emocional, sem paixões, mas com convicção assumida e concentrada. O melhor meio de conquistar esta posição deveria ser através do elemento que guia a política como a definiam os republicanos: a Ciência.⁸⁸

Aliado a este raciocínio estratégico que atravessou todo o período de ascensão republicano, podemos observar o recurso intensivo à propaganda enquanto meio de promoção de valores, por um lado, mas também como maneira de substituir a força no sentido de arrebatar as populações contra o regime.⁸⁹

A comprovação da estratégia dos republicanos chegou na hora de entrar em luta armada com o regime estabelecido, no sentido de derrubar o último obstáculo para o advento da nova República. Na necessidade de usar as armas, os republicanos não se ligaram directamente aos confrontos que sucederam. Os verdadeiros artesãos da Revolução enquanto líderes de um movimento armado foram os Maçons. Encabeçados pelo Grão-Mestre Sebastião de Magalhães Lima, os membros da Maçonaria planearam todos os preparativos e tipos de operação a desenvolver para derrubar a Monarquia Constitucional.⁹⁰ Como membros baixos, receberam a colaboração de elementos de outra sociedade secreta, a Carbonária, que, ao contrário dos membros da Maçonaria, pertenciam a estratos sociais mais baixos.⁹¹

⁸⁶ SOARES, Mário. *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*. Centro Bibliográfico, Lisboa, 1950. P. 61

⁸⁷ . BRAGA, Teófilo. *Soluções positivas da Política Portuguesa*, Nova Livraria Internacional, Lisboa, 1879

⁸⁸ SOARES, Mário. *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*. Centro Bibliográfico, Lisboa, 1950. P. 61

⁸⁹ Idem p. 60

⁹⁰ PIMENTA, Costa. *O relato secreto da implantação da república feito pelos maçons e carbonários*, Guerra e Paz, Lisboa, 2010.

⁹¹ Ibidem

3. Política como Ciência

A definição do conceito de política para os positivistas foi um dos mais fortes argumentos utilizados pela propaganda republicana contra os seus adversários políticos. A chamada «política científica» terá sido uma arma de arremesso utilizada contra os elementos instalados no poder sob o regime da Monarquia Constitucional, mas também terá sido utilizada contra elementos ligados a esse mesmo regime (p. ex. a Religião) ou ainda frente a adversários políticos no campo da oposição.

A crítica aos opositores do movimento republicano baseava-se assim num conceito-chave que conquistou o eleitorado urbano e intelectual, composto por profissões liberais crenes nas potencialidades da Ciência no final do século XIX. Estas faixas sociais eram impelidas a comparar as políticas defendidas pelos membros do regime (ou outros adversários) com um conceito de política enquanto ramo de actividade que pode ser regido por regras científicas, mais propriamente, a maior de todas as ciências, a Sociologia.

A propaganda republicana realizada através de comícios, debates ou mesmo através da imprensa soube capitalizar todo o significado do conceito. Desta forma, em vez de serem discutidas propostas concretas sobre a resolução dos problemas do País, era colocada em causa a própria forma de abordagem às dificuldades vividas pela sociedade portuguesa da época.

3.1. Definição de Política

A política, como sentido lato do termo, era encarada pelos republicanos como toda a actividade de resolução de problemas ligados ao Estado. Mas, o sentido de Política nunca teve uma aceitação fácil por parte dos teóricos da questão. A sua definição é um difícil exercício porque implica o resumo ou concentrar de todos os conceitos que estão imbuídos no termo, sem deturpar a sua própria génese. Para simplificar o nosso raciocínio sobre a questão, optámos por escolher uma definição que não é vinculativa para o estudo em questão, mas permite contudo ter uma noção mais concreta do termo em causa. A definição encontrada é de Max Weber que defende que a Política, no seu sentido geral, é qualquer tipo de liderança que está em actividade ou em acção».⁹²

Os republicanos não procuraram tornar a questão do termo Política numa teorização das suas possibilidades de definição como na Ciência Política, mas ensaiaram uma tentativa mais

⁹² WEBER, Max. *A Política como vocação*, Universidade de Brasília, Brasília, 2003

concreta e objectiva de realçar as características do próprio termo na sua realidade diária. Nesse sentido, os pensadores do movimento limitaram-se a defini-la como uma ciência da aplicação.⁹³

Se a maioria das ciências procura a observação dos fenómenos para compreender a forma como eles funcionam e dela retirarem os seus teoremas, a política constitui a ciência de aplicação por excelência. Esta distinção é fundamental, pois retira a componente de estudo da realidade que fica confinada a outra ciência, a mais alta da hierarquia das ciências promulgada por Auguste Comte.⁹⁴ A verdadeira ciência é a Sociologia porque nela se consegue concentrar todas as vertentes do mundo numa análise que supera o esforço desenvolvido por cada uma das ciências existentes. À Política fica o papel de aplicar as leis descortinadas pela Sociologia e fazer com que os conceitos que os sociólogos empreguem tenham um reflexo prático na realidade, modificando-a da melhor maneira. Desta forma, a Sociologia aparece como o verdadeiro suporte da Política pois é aquela que serve os interesses desta ao fornecer-lhe as armas para poder desvendar soluções nos fenómenos concretos da realidade. «A Política é um ramo da ciência social, uma secção da Sociologia; porque os fenómenos ou factos políticos são fenómenos sociais».⁹⁵

A concepção de Política como uma ciência acabou por ser um dogma para os republicanos que não compreendiam a forma de se fazer política em Portugal. A mudança de líderes políticos acarretava constantemente posições diferentes do poder quanto às mesmas questões. Olhando para o número de câmbios nas pastas ministeriais da época, compreendemos que esta gestão subjectiva implicava uma grande flutuação das políticas governamentais. A falta de uma política coerente e sobre a continuidade implicava evidentemente prejuízos para o próprio desenvolvimento do País. Os republicanos insistiram nesse facto quando analisavam o balanço não de um governo mas de uma sucessão de elencos ministeriais ao longo da Monarquia Constitucional.⁹⁶

O argumento acabava por regressar a uma ideia de John Stuart Mill⁹⁷ que, analisando a obra de Auguste Comte, queixava-se da constante mudança nas leis humanas, que chegavam a ver um determinado assunto ser legislado de quatro ou cinco maneira diferentes, consoante os indivíduos que governavam achassem mais conveniente. A própria Monarquia não escapava a

⁹³ GARCIA; Manuel Emídio. *Curso de Sciencia Política e Direito Político*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1885. P. 5

⁹⁴ COMTE, Auguste. *Discours sur l'esprit positif*. Livraria Filosófica. Paris, 1909. P.50

⁹⁵ GARCIA; Manuel Emídio. *Curso de Sciencia Política e Direito Político*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1885. P. 5

⁹⁶ SPENCER, Herbert. *L'individu contre l'État*. Félix Alcan Paris, 1885. P. 38

⁹⁷ MILL, John Stuart. *Auguste Comte et le Positivisme*, Germer Baillière, Paris, 1868.

esta crítica da actuação da classe política portuguesa. Descrita como uma força da sombra, a casa régia era acusada de manobrar em bastidores para conseguir os seus intentos que beneficiavam, segundo os republicanos, principalmente a sua causa pessoal e não o bem do País.

Os republicanos fizeram um trabalho gradual e crescente de exposição das suas ideias através de vários meios dos quais se destaca a cada vez mais relevante imprensa na segunda metade do século XIX. Aproveitando um relaxar da censura governamental, os republicanos souberam deixar alguns conceitos que ilustram a sua posição quando ao modo de fazer política. Para além das críticas erigidas contra os governantes, um conceito muito desenvolvido foi o da verdade científica. Este conceito pretendia demonstrar que a Ciência aplicada à Política, através do binómio Sociologia – Política, permitiria deixar de parte as considerações metafísicas ou alicerçadas em concepções subjectivas da realidade por parte dos governantes. Utilizando a verdade científica e não meras opiniões subjectivas, poder-se-ia encontrar soluções que permitissem chegar ao Progresso e ao bem-estar.

A Política Científica enquanto elemento de aplicação ou mero argumento dialéctico utilizado em argumentações foi um conceito que norteou o pensamento republicano e lhe permitiu conquistar um sentimento de superioridade perante os seus adversários ditos «metafísicos» que continuavam inconsistentes e incoerentes, promovendo uma política de altos e baixos.

3.2. Formação de uma opinião pública

Os republicanos consideraram que a prioridade que devia adoptar quanto à sociedade portuguesa era relativa à educação da população. Sem uma população educada, as reformas poderiam afectar todos os sectores da sociedade portuguesa, mas não chegariam a concretizar uma mudança efectiva na mentalidade do próprio povo. A sociedade acabaria por continuar estagnada sem capacidade para se renovar e atingir o Progresso. Nesse sentido, por muito que o ideal revolucionário os motivasse, a formação de um novo regime tal como o republicano devia assentar numa sociedade que tivesse capacidade para receber o novo modelo. Uma mudança de regime revelar-se-ia inútil caso não houvesse uma mudança cultural dos cidadãos. A prioridade era deste modo mudar as mentalidades dos indivíduos.⁹⁸

Nesse sentido, os membros do Partido Republicano consideraram que era necessário fazer uma análise à situação. Esta consistia em compreender a situação política em que estavam inseridos e

⁹⁸ SPENCER; Herbert, *An Autobiography*, D. Appleton and Company, Nova Iorque, 1904. Cap. XXII

de que forma esta prejudica a elevação educacional dos cidadãos. Do mesmo modo que a Ciência estuda um fenómeno, o problema da mentalidade política dos portugueses devia ser analisado de forma a encontrar soluções.

A grande ideia que norteava os pensadores republicanos era a do desmoronamento do regime monárquico-constitucional. Este foi apontado como o grande responsável pelo estado em que a mentalidade da sociedade portuguesa se encontrava. Desilusão, descrença, desânimo ou passividade são algumas das características apontadas.

Olhando para a própria evolução da sociedade portuguesa, os republicanos consideraram que os estados anteriores estavam a impedir uma mudança efectiva da sociedade portuguesa. As escolas teológica e metafísica eram as que tinham guiado Portugal até à situação da época. Nesse sentido, deviam ser removidos. Porém, estes estavam instalados no poder e continuavam a lutar para que as coisas se mantivessem inalteradas. Agarrados à sua posição, ambos os estados dominavam a sociedade portuguesa. Personificados na Monarquia e na Igreja, eles impediam que uma nova ordem se instalasse, prolongando a sua vida.⁹⁹

Porém, a ideia republicana passava por uma nova fase, o estado científico, que seria a verdadeira forma de regenerar a sociedade. Apenas esta conseguiria colocar o verdadeiro sistema em funcionamento que permitisse uma mudança real na sociedade.¹⁰⁰

3.2.1. Progresso e educação

A noção de Progresso é fundamental na retórica republicana para se entender a mudança de regime que pode implicar alterações consideráveis na dinâmica da sociedade. Progresso é encarado como uma sociedade capaz de enfrentar os problemas com que se depara, mas também uma sociedade que evolui em todos os sentidos. Um país deve assim ser capaz de melhorar não apenas em termos económicos, mas também políticos, sociais e culturais. Esta última vertente constitui para os republicanos o aspecto que permite impulsionar os restantes. «Por duas formas se deve contribuir para a realização do nosso ideal, isto é, derramando e propagando os princípios modernos».¹⁰¹

Auguste Comte tinha construído um sistema que decorria da análise da evolução histórica das sociedades, desde das épocas remotas com os conhecimentos sucintos que possuía sobre estas

⁹⁹ COMTE, Auguste. *Discours sur l'esprit positif*. Livraria Filosófica. Paris, 1909. Pp. 28-29

¹⁰⁰ Ibidem

¹⁰¹ COMTE, Auguste. *Discours sur l'esprit positif*. Livraria Filosófica. Paris, 1909. Pp. 34-40

matérias até às sociedades em que ele se encontrava inserido cronologicamente. Esta análise permitiu-lhe definir um conjunto de mudanças progressivas que apontam para uma melhoria do Homem, não apenas em termos individuais, mas sobretudo em termos colectivos. A Lei dos Três Estados é a concretização teórica do que a filosofia comteana previa para a própria humanidade.¹⁰² Comte realizou uma sistematização da moral humana que pretendia indicar o caminho para uma efectiva evolução da mentalidade dos indivíduos do seu tempo. Passar do modo teológico para um metafísico não teria alterado nada em termos concretos, pois o agarrar-se a forças obscuras e abstractas impedia o Homem de se focar objectivamente naquilo que podia conhecer e, em última instância, controlar.¹⁰³

Em termos morais, o Positivismo assentou na ideia de que se todos os indivíduos de uma sociedade desempenham funções numa sociedade. Estes devem ser capazes de serem solidários perante os restantes. A incapacidade de um individuo viver isolado, mantendo-se vivo e saudável, realçava a necessidade de uma sociedade mais solidária.

Esta visão assentava em ideias comuns às do organicismo social que encarava as sociedades modernas como entidades complexas em que um individuo, por si só, não conseguia fazer um amálgama de todas as características necessárias para sobreviver. Em termos morais, esta concepção considerava-se superior porque colocava uma obrigação moral e cultural a todos os indivíduos que compunham a sociedade.¹⁰⁴

Criação de uma Opinião Pública

Deste modo, os republicanos consideraram que, em termos políticos, a necessidade de formar pessoas, mudando-lhes a mentalidade, era completamente justificada. A participação da sociedade implicava um conhecimento político que lhe permitisse compreender o estado das coisas e assumir decisões com responsabilidade.¹⁰⁵

Para os republicanos, o grande projecto era conseguir criar uma Opinião Pública de forma a que esta fosse capaz de assumir os destinos do País, através de escolhas responsáveis e seguras. Esse sentido de responsabilidade política era de facto extremamente relevante na construção do modelo republicano. «O homem que é digno da de gozar a liberdade republicana não exorbitada

¹⁰² Ibidem

¹⁰³ Ibidem

¹⁰⁴ Ibidem

¹⁰⁵ SOARES, Mário. *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*. Centro Bibliográfico, Lisboa, 1950. P.

linha do seu direito desacatando as prescrições legais». ¹⁰⁶

Nesta fase inicial da implementação do novo regime que passava por uma tentativa de recolher apoiantes e simpatizantes para as ideias republicanas, tornava-se fundamental explicar o republicanismo. As populações portuguesas encontravam-se estagnadas e imbuídas num espírito que estava ultrapassado. Os republicanos necessitavam de renovar a mentalidade do povo construindo uma Opinião Pública. Os republicanos encaravam esta tarefa como uma missão que estavam a prestar a sociedade portuguesa para que esta conseguisse transitar para uma nova era de renovação e progresso. O povo português estava estagnado a nível social e encontrava-se abatido em termos morais, por um lado, pois não possuía já capacidade para defender os seus interesses. Por outro, o desânimo provinha do panorama desolador oferecido pela actuação política dos dirigentes do País que tinham deixado o País cair num fosso material. «Assim, o terror absolutista de D. Miguel é que nos imobilizou no fetichismo da Carta de 1826, e nos fez aceitar, complacentes, todos os actos disparatados feitos por D. Maria II, que em outros quaisquer tempos a teriam levado à destruição» ¹⁰⁷

Os republicanos optaram por uma estratégia educativa em que a principal preocupação era a de fazer com que as populações conquistassem consciência política. Para tal, enquanto elementos da oposição, tiveram de usar elementos que fugiam ao controlo do Estado pois não detinham formas convencionais de concretizar os seus objectivos.

A grande arma de propaganda republicana neste esforço foi a Imprensa. A segunda metade do século XIX foi um período histórico que viu os meios de comunicação impressos conhecerem um período florescente com aumentos de quantidade e qualidades no número de publicações. ¹⁰⁸ O aumento exponencial da imprensa em Portugal esteve relacionado com um conjunto de factores relativos à própria imprensa mas também as evoluções sofridas pela sociedade portuguesa.

A Imprensa tinha melhorado as condições económicas através de melhorias técnicas que levavam a que uma impressão de uma publicação se tornasse menos custosa para o publicador. A evolução tecnológica conferia do mesmo modo uma maior capacidade gráfica que levava a que as publicações tivessem uma melhoria significativa dos seus aspectos visuais. A introdução

¹⁰⁶ HOMEM, Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana em Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1989.

¹⁰⁷ Ibidem

¹⁰⁸ PIMENTA, Costa. *O relato secreto da implantação da república feito pelos maçons e carbonários*, Guerra e Paz, Lisboa, 2010.

da manchete enquanto destaque de capa tornou a própria imprensa mais capaz de atrair leitores

Mas a própria sociedade portuguesa acabou por se envolver neste crescimento da Imprensa. Os grandes pensadores da época passaram a olhar para a Imprensa como um veículo para comunicarem as suas ideias e, desse modo, poderem contribuir para mexerem com aspectos da sociedade. A entrada de nomes sonantes na Imprensa permitiu aos jornais conquistarem mais adeptos, porém, mudou o próprio paradigma da indústria crescente. A Imprensa perdeu o seu carácter mais informativo para passar a desempenhar funções mais opinativas. Deu-se o regresso ao jornalismo de intervenção que sucedeu a um período em que existiu uma maior necessidade de seguir as personagens políticas da sociedade. Este jornalismo de opinião reflectia as diferentes correntes de opinião da sociedade e permitiu um veículo de transmissão de mensagens de grande envergadura na segunda metade do século XIX.

Mas a presença de figuras conceituadas associadas a jornais e os custos cada vez mais reduzidos das publicações não foram as únicas explicações. Um outro factor acabou por ser preponderante para o sucesso da imprensa ao longo do período: a permissividade governamental. Desde 1834, a censura prévia tinha sido abolida em Portugal e manteve-se esta legislação inalterada até 1890. Os governos consideraram que a imprensa livre não colocava problemas na continuação do modelo monárquico-constitucional. Os períodos relativamente estáveis vividos nas décadas de 1870/1880 contribuíram para a estabilização do sector. Os problemas viriam a surgir na última década do século. Com a questão do Ultimato, os sucessivos governos monárquico-constitucionais acabaram por assumir uma posição mais autoritária da qual uma das consequências foi o restabelecimento da censura prévia em 1890.

Os republicanos assumiram um papel interventivo na imprensa porque alguns dos seus maiores representantes estavam à frente do próprio movimento. Um jornal tinha um editor que era o responsável legal pela publicação e um redactor que era a figura responsável pelos conteúdos. Os republicanos acabaram por terem várias figuras presentes enquanto redactores, mas também como figuras externas ou colaboradores. Estes últimos constituíam um importante fôlego pois escreviam artigos de opinião e crónicas regulares acompanhadas pelos leitores dos jornais. Neste papel, os defensores do modelo republicano destacaram-se também e contribuíram para o crescimento republicano.

A propaganda republicana permitiu realizar muitos progressos em termos de apoiantes, porém os republicanos perceberam que a Imprensa era um meio de comunicação que implicava uma determinada cultura literária que estava inacessível para o grande conjunto da população portuguesa. Os hábitos de leitura em Portugal passavam por leituras em comum, em espaços

públicos, em que aqueles que sabiam ler acabavam por ler os jornais da época aos analfabetos que se juntavam para terem conhecimento da actualidade do País. Estes espaços de leitura eram geralmente confinados a leituras do regime, isto é, apenas os jornais que defendiam as ideias do governo é que eram lidos. As excepções eram raras nesse aspecto e confinavam as possibilidades de expansão republicana.

A discussão de ideias foi outra forma dos republicanos transmitirem a sua mensagem. Os hábitos de convívio em salões eram uma forma de se debaterem os assuntos na actualidade portuguesa. O estilo já existia no resto da Europa e acabou por se estender à sociedade portuguesa. Frequentados pela elite da sociedade, os salões ou clubes acabaram por serem importantes locais de discussão que colocaram em contacto republicanos com actores importantes da sociedade.

De novo, as classes mais pobres e iletradas não entravam neste tipo de concentração. Por isso, os republicanos começaram a organizar conferências e comícios dirigidos a determinado tipo de públicos. Ao longo de décadas, procuraram promover este tipo de «palestras» que permitiam transmitir mensagens dirigidas a públicos específicos. Porém, este tipo de iniciativas encontrava-se sempre dependente da boa vontade dos poderes públicos, que acabaram por apertar com a segurança e chegaram a impedir, em momentos mais conturbados, a realização destas reuniões.

A grande oportunidade dos republicanos foi o Centenário de Camões em 1880. Trezentos anos após a morte do Poeta, a sociedade portuguesa viu-se envolvida num movimento de festejos relativos a uma das maiores figuras da literatura portuguesa. À frente desta onda de festejos colocaram-se os republicanos que conseguiram desviar o movimento de forma a capitalizarem politicamente estas movimentações populares.¹⁰⁹ À margem das actividades mais populares, os republicanos entenderam utilizar a figura de Camões de forma a demonstrarem os problemas que o País enfrentava. A figura histórica era invocada como um exemplo de um Portugal conquistador que tinha capacidade para se renovar e atingir o sucesso. Ao comparar essa época com a vivida actualmente, os republicanos conseguiram transmitir a sua mensagem provocando movimentos de descontentamento.¹¹⁰ O Centenário de Camões foi encarado como um sucesso por parte dos pensadores republicanos que acreditaram terem conseguido fazer com que a população se aproximasse mais dos conceitos republicanos e, sobretudo, encarasse os seus

¹⁰⁹ BRAGA, Teófilo. *Os centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*, A.J. da Silva Teixeira, Porto, 1884.

¹¹⁰ Ibidem

governantes como fonte e não parte da solução do problema.¹¹¹

Os republicanos encontraram uma forma que as autoridades não podiam contestar para expôr as suas ideias. As forças policiais, subordinadas às autoridades governamentais, não quiseram interromper este tipo de festividades para controlar a propaganda republicana. Outros centenários foram organizados com destaque para o do Marquês de Pombal que procurou repetir o efeito conseguido em 1880.

3.2.2. Educação

O ensino enquanto actividade da responsabilidade do Estado teve uma evolução durante o regime monárquico-constitucional. A 12 de Junho de 1870, o governo criou o Ministério da Instrução Pública. A data é de grande relevo para a educação portuguesa. Antes desta criação, a pasta da educação encontrava-se sob a alçada do Monistério do Reino que acabava por descurar a questão, optando por outras prioridades. A noção de que a educação era um tema mais importante permitiu esta fundação.

Esta mudança surgiu através da acção de D. António da Costa que pretendia reformular o ensino feito em Portugal. A sua intenção era também a de descentralizar o ensino de forma a poder levar a uma melhoria da educação em todos os territórios portugueses. A sua intervenção permitiu uma reformulação do ensino primário. Uma nova legislação foi também implementada para os liceus através de Rodrigues Sampaio.¹¹²

Em 1876, duas correntes de pensamento educacional confrontara-se de forma a dar um suporte para os professores do ensino básico. António Feliciano de Castilho tinha criado uma cartilha que pretendia ser um conjunto de passos como manual de apoio à formação dada pelo professor. Por seu lado, João de Deus lançara a sua Cartilha Maternal que pretendia ser uma renovação de um tipo de ensino ultrapassado que não reflectia as exigências da actualidade. Em 1879, o governo mandou comparar ambas as versões no sentido de encontrar um manual que fosse distribuído ou, pelo menos, recomendado para ser utilizado. Mas o manual de João de Deus acabou por ser colocado de parte devido a intervenções de carácter governamental no sentido de proteger Castilho, que era próximo das autoridades.

Apesar deste contratempo na evolução do ensino, os progressos continuaram a existir. O

¹¹¹ Ibidem

¹¹² CARVALHO, Rómulo. *História do Ensino em Portugal*. Editora F. C. Gulbenkian. Lisboa, 2001.

governo português iniciou a publicação do anuário estatístico do Reino de Portugal cujo primeiro volume era respeitante a 1875. A ideia era ter uma noção da realidade portuguesa mais aproximada e, em termos educativos, conhecer o tipo de população educada e quais eram os portugueses analfabetos.

A 3 de Janeiro de 1884, a primeira escola industrial foi fundada na Covilhã. Este era o primeiro passo dado no sentido de conferir à população activa portuguesa conhecimentos que lhe dessem qualificações face às novas tecnologias que já existiam no estrangeiro e permitir garantir uma inovação empresarial em Portugal. Em 1890, Portugal contava com 12 escolas industriais e 16 de desenho industrial.

Porém, as coisas não melhoraram na questão do Ensino, apesar deste conjunto de iniciativas. O estado das escolas era lastimável. Para além disso, Luciano de Castro, o responsável pelo ensino no Governo, teve uma gestão do ministério que se revelou desastrosa, impedindo o ensino de manter a sua evolução positiva. A 5 de Abril de 1890, um conjunto de reformas governamentais pretendeu recolocar a questão do ensino. Mas a mudança estrutural mais relevante arrancou em 1892 para se concretizar a 22 de Dezembro de 1894 com um decreto, restabelecendo uma maior centralização do ensino, que fazia parte de uma estratégia geral do governo no sentido de controlar os movimentos conturbados que a sociedade portuguesa gerava. As reformas continuaram a suceder-se com as medidas assumidas quanto ao ensino técnico que era uma categoria em crescimento em Portugal. Porém, as medidas do último quarto de século não tinham provocado uma melhoria significativa nos números do Analfabetismo.¹¹³

A 31 de Novembro de 1906, Luciano de Castro assumiu uma decisão que demonstrou uma abertura do governo com a entrada em vigor de medidas para o ensino liceal feminino. A novidade demonstrava uma nova possibilidade para as mulheres de poderem contar com um ensino mais avançado em Portugal.

Porém, os problemas acentuaram-se em 1907 com movimentos estudantis conimbricenses. A Universidade de Coimbra viveu um ano agitado com os protestos dos estudantes que se prolongaram durante vários meses e trouxeram até alguma instabilidade política à medida que o protesto avançava. O movimento ficou conhecido como a Questão Académica de 1907 e reflecte o estado em que a sociedade portuguesa se sentia, manifestando-se a vários níveis com a situação do País.

¹¹³ Ibidem

3.3. Oposição ao Socialismo

A ascensão do Partido Socialista deu-se num período próximo ao do Partido Republicano Português. O facto de ambas estas forças políticas lutaram por um conjunto de faixas do eleitorado muito próximas trouxe uma rivalidade acesa entre ambas as facções políticas. Mas o conceito de «política» terá permitido aos republicanos construir uma argumentação forte contra as correntes socialistas.

As duas grandes características do movimento socialista português criticadas pelos republicanos nas lutas por influência política foram o abstencionismo político e o conceito de luta de classes. Estes dois conceitos não se enquadravam na lógica política dos republicanos que procuraram, através do conceito de «política científica», contrariar a postura dos membros do Partido Socialista.

3.3.1. Irrupção do movimento socialista

O Partido Socialista Português foi fundado a 10 de Janeiro de 1875. Um dos grandes factores de aversão, por parte dos membros intelectuais portugueses ao surgimento desta nova facção política, teve a ver com o desconhecimento das obras socialistas em Portugal. De facto, o único autor socialista relativamente conhecido nos meios intelectuais da época era Proudhon.

¹¹⁴ Grande parte das críticas ou avaliações feitas sobre as ideias socialistas tinha um défice de conhecimento. Estas falhas eram, de resto, comuns aos próprios socialistas que, apesar da sua vontade de expandir os ideais desta corrente política na sociedade portuguesa, se encontravam incapazes de eles próprios terem acesso aos autores da sua corrente.

As razões que levaram a este estado de coisas prendem-se com dois grandes motivos. O primeiro tem a ver com a barreira da língua. Se o francês, língua de Auguste Comte, encontrava-se relativamente bem divulgada nos meios intelectuais portugueses, o alemão, pelo contrário, era dominado por relativamente poucas pessoas, o que impedia o acesso a obras como a de Karl Marx, por exemplo. O segundo factor que levou a um desconhecimento das obras socialistas estrangeiras era relativo ao próprio Estado. A Monarquia Constitucional impedia a livre circulação de obras de carácter socialista no território português através de várias regras impostas, às vezes, à margem das leis portuguesas.

¹¹⁴ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Alfragide, 2001

3.3.2. Socialismo como doença

A ideia de organismo social era muitas vezes utilizada como base teórica para atacar adversários políticos ou na análise a situações ocorridas no País. A primeira avaliação feita pelo movimento republicano ao Partido Socialista ou a membros que partilhavam das mesmas ideias era a de um socialismo comparado a uma «doença».¹¹⁵ A expressão ou a ideia era muitas vezes repetida para qualificar as acções ou as ideias defendidas pelos socialistas.¹¹⁶

Mas as críticas que se abateram sobre os socialistas não se limitaram a esta designação. Após um breve período em que os membros da nova força política puderam expôr as suas ideias, um conceito foi imediatamente capitalizado como ponto de crítica pelos republicanos face aos socialistas: o abstencionismo político.

3.3.3. Abstencionismo Político

O pensamento republicano coloca a política como o ponto fundamental da regeneração da sociedade portuguesa. Esta ideia, cara aos membros que compuseram o Partido Republicano Português nos seus primórdios, foi tida de crucial importância para que o País pudesse sair das diferentes crises que se sucederam na década de 90 do século XIX. Assim, a política tinha uma importância primordial para os republicanos.

O facto dos socialistas portugueses advogarem o abstencionismo da intervenção política sob todas as suas vertentes (até a participação em eleições) era um ponto que chocava com os valores defendido pelo movimento republicano. A posição defendida, entre outros, por Antero de Quental, o rosto mais conhecido da frange socialista, foi duramente criticada. O republicano mais interventivo nesta questão terá sido Teófilo Braga. Para além de uma inimizade entre Antero de Quental e Teófilo Braga que é contestada por vários autores (incluindo Amadeu Carvalho Homem), o abandono da política era um ponto que dissociava as duas posturas políticas de dois membros que estiveram juntos na Questão Coimbrã e formaram a Geração de 70.

Teófilo Braga dedicou um capítulo intitulado da sua obra sobre a formação do grupo republicano aos membros socialistas e alongou-se sobre a questão do abstencionismo político. «(...) achamos um erro grande em abandonar a questão política pela questão social, erro que já deu em resultado a inacção de talentos que deviam exercer um impulso dirigente».¹¹⁷ O futuro

¹¹⁵ BRAGA, Teófilo. *História das Ideias Republicanas*, Veja, Lisboa, 1984.

¹¹⁶ Ibidem

¹¹⁷ Ibidem

director do Curso de Letras considerou o abandono da política como uma traição.¹¹⁸

Os socialistas preocupavam-se sobretudo com o problema económico e consideravam que esta era a pedra basilar da resolução dos problemas do País. As condições do seu nascimento não lhe permitiam, de resto, pensar de outro modo. O partido fora fundado a partir de um conjunto de intelectuais que começaram a debruçar-se sobre os problemas sociais e, em particular, sobre as condições de vida do trabalho. Esta génese acompanhou o partido ao longo da sua evolução apesar das dissidências que viriam a ocorrer com o aproximar do advento do século XX.

Os republicanos eram defensores de uma resolução que passasse pela política e encaravam a economia como um dos factores a ter em conta para salvar o País. A economia passava deste modo a ser uma ciência que era parte integrante da Sociologia, a ciência que reuniria as condições de compreender toda a realidade humana. Os republicanos partiram na sua argumentação com um conceito de Darwin sobre a sobrevivência das espécies: a Lei do mais forte. Esta regra da luta pela sobrevivência levava a que um projecto político republicano não pudesse abarcar conceitos de justiça social. A própria hipótese era encarada como um prejuízo aos que eram capazes perante aqueles que mais mereciam ser beneficiados, os que eram capazes de produzir. Neste sentido, toda e qualquer ajuda aos pobres era rejeitada.¹¹⁹

A verdadeira posição defendida pelos republicanos era a do liberalismo económico que vem de encontro aos ideais de Comte. Neste sentido, existia uma forte crítica aos direitos naturais e procurava-se uma presença menos intensa do Estado nas áreas de actuação que pudessem ser geridas pelos privados. «A história da civilização consiste no desenvolvimento crescente das actividades individuais, e na decrescente intervenção do Estado nas relações particulares».¹²⁰ A posição de Comte passava praticamente por uma oligarquia em que apenas aqueles que demonstrassem capacidades para as áreas de governação pudessem desempenhar essas mesmas funções. Por aqui, Auguste Comte pensava nos grandes bancários e empresários das sociedades capitalistas crescentes na Europa Ocidental.¹²¹

O Governo era tido apenas como um agente coordenador das forças da sociedade. Enquanto regulador quase não actuante, este poderia aumentar a força colectiva da sociedade sem, no entanto, interromper a marcha individual dos cidadãos que compunham a população. « A função do liberalismo no passado foi a de colocar limites nos poderes dos reis. A função do

¹¹⁸ Ibidem

¹¹⁹ SPENCER, Herbert. *L'individu contre l'État*. Félix Alcan Paris, 1885. P. 66

¹²⁰ SPENCER, Herbert. *Les premiers principes*. Felix Alcan, Paris, 1888.

¹²¹ COMTE, Auguste. *Discours sur l'esprit positif*. Livraria Filosófica. Paris, 1909. p.5

verdadeiro liberalismo no futuro será de limitar o poder dos parlamentos». ¹²²

O número de leis era assim atacado por existirem demasiados textos legais que se sobrepunham ou simplesmente eram corrigidos ou rectificados pouco após o seu lançamento. «Proponho aqui ocupar-me apenas de uma parte relativamente pequena, isto é, os pecados dos legisladores que, não sendo fruto da sua ambição ou dos seus interesses de classes, mas que são provenientes da negligência dos seus estudos dos quais são obrigados a abdicar para desempenhar o seu cargo». ¹²³

Porém, a visão de sociedade defendida por Auguste Comte não foi completamente aproveitada pelos republicanos. Estes preferiram anunciar uma defesa de todas as classes que se opunha às ideias oligárquicas do filósofo francês. O conceito de revolução era, segundo os membros republicanos, isento de qualquer ligação a uma determinada faixa social ou económica. «Queremos uma revolução justa, não para assegurar o bem-estar de uns em prejuízo de outros, mas para assegurar o bem-estar de todos, sem distinção e com a única condição, para todos, também igual do trabalho». ¹²⁴

3.3.4. Ideia de mútua dependência

Se os socialistas insistiam na ideia de que o proletariado tinha de se emancipar para tomar o controlo perante uma sociedade que estava organizada em moldes que beneficiavam os interesses burgueses, os republicanos contrapunham que todos os interesses estavam ligados. A formação do conceito de mútua dependência era repetida como condição *sine qua non* do bom funcionamento da sociedade. ¹²⁵

A própria defesa do proletariado para fazer face aos avanços socialistas não impedia que os republicanos abrissem portas no eleitorado da baixa burguesia reivindicando uma maior intervenção desta classe nas soluções para a crise.

3.3.5. Associativismo como solução

Como em muitas situações, a defesa de determinados conceitos na luta contra os seus

¹²² Idem p. 80

¹²³ Idem p. 36

¹²⁴ LIMA, Jaime Magalhães. *A questão social: conferências realizadas no Atheneu Commercial de Lisboa*. Lisboa, 1894.

¹²⁵ Ibidem

adversários políticos, impedia muitas vezes os membros do Partido Republicano de apresentar propostas concretas sobre a solução dos problemas do País. Porém, uma das soluções mais vezes discutida passou pela criação de cooperativas que seriam a solução para fortalecer a capacidade produtiva portuguesa. Em 1920, Júlio de Mello e Matos lança a obra «Cooperativismo Agrícola» que resume a posição cooperativista dos republicanos.¹²⁶ Para um partido cujos principais apoiantes encontravam-se inseridos numa dinâmica urbana e com capacidades escolares superiores perante o resto da população, esta solução era uma forma de se aproximar um pouco mais do eleitorado campestre, afastado das lides políticas da capital.

Segundo Júlio de Mello e Matos¹²⁷, as causas principais da situação camponesa em Portugal deviam-se à ignorância dos trabalhadores do primeiro sector, tornando-os incapazes de lutarem pelos seus direitos. Catroga considerava necessário um controlo da acção das classes dirigentes e políticas. Para tal, era necessária sobretudo uma melhoria dos níveis de educação destas populações que era impedida pelo controlo exercido pelos poderes económico e político.

Os republicanos pretendiam manter a ordem estabelecida em termos de organização económica, apesar da introdução por alguns dos seus membros de soluções associativistas. A ideia de luta de classes defendida pelos sectores socialistas era vista como contrária ao ideal republicano de uma revolução a favor de todas as classes, em que cada faixa social contribuía ao desenvolvimento comum, tal como os órgãos num corpo. Seria sobretudo a educação que poderia melhorar as condições de vida da população. Os republicanos sentiram a necessidade de, para contrapor as influências socialistas em sectores operários e agrícolas, reforçar um conceito: o de progresso social gradual. Através da educação, todas as classes convergiam em conjunto para o progresso melhorando consideravelmente as suas condições de vida.

3.4. Organização do Estado

A organização do Estado constituiu um dos pontos de maior controvérsia no lado republicano não apenas antes, mas sobretudo após a conquista do poder em 1910. De resto, os membros do Partido Republicano Português encontravam-se divididos em facções e uma delas era denominada de «federalista». A mudança para uma organização territorial e política da sociedade portuguesa em termos federalistas deixava as hostes republicanas divididas. Apesar das influências de pensadores e organizações políticas estrangeiros ou mesmo de influentes pensadores republicanos como Teófilo Braga, Magalhães Lima ou mesmo Henriques Nogueira,

¹²⁶ MELLO, Júlio de. *O Cooperativismo Agrícola*. 1920

¹²⁷ Ibidem

as ideias federalistas acabaram por não vingar. Estas não deixam de ser, contudo, um dos pontos mais discutidos pelos pensadores republicanos e merecem uma análise mais aprofundada para entender de que forma é que o modelo federalista era encarado.

3.4.1. Base de pensamento

A ideia federalista é antes de mais um conjunto de ideias com expressões diferentes mas que tem como denominador comum o conceito de «organismo social». Apenas este permite ter uma argumentação coerente e unificadora das diferentes versões de uma vontade política que encontrou eco em alguns dos principais nomes do movimento republicano.

Porém, esta ideia afasta-se radicalmente do ponto de vista de Auguste Comte. Mais uma vez, os republicanos assumiram a herança do filósofo francês para justificar a sua posição quanto a um ponto específico (organismo social), mas afastaram-se dele na concretização objectiva das suas vontades políticas. Auguste Comte pretendia um estado unitário, centralizado, onde as principais figuras políticas estariam no topo da hierarquia política devido às suas capacidades intelectuais e políticas. Mas os federalistas não perderam tempo em utilizar uma ideia comteana, transformando-a num princípio que continha, na sua essência, o contrário do que Auguste Comte e seguidores tinham reflectido.

Latino Coelho defendeu essa ideia¹²⁸, resumindo a posição federalista portuguesa e demonstrando de que forma o conceito de «organismo social» seria indissociável da própria realização do federalismo. Segundo este prisma, as leis físicas também regem o mundo social. Deste modo, o princípio da independência de cada átomo não o impede de ele depois agregar-se a outros elementos para constituir corpos de dimensão superior. Esta visão federalista retirada do próprio funcionamento da Natureza foi assim alargada à própria sociedade e reflectida sobre as mudanças que poderiam ocorrer na Europa e, em particular, em Portugal¹²⁹. Esta teoria organicista foi resumida de forma mais clara em dois momentos por Magalhães Lima.¹³⁰

3.4.2. Influências de pensamento

O conceito de Federalismo não foi uma novidade propriamente dita para os pensadores portugueses pois a sua discussão era apenas uma prolongação de um debate antigo. Neste caso,

¹²⁸ LIMA, Jaime Magalhães. *Pela Pátria e pela República*, Alcino Arranha & Cia, Porto, 1891.

¹²⁹ Ibidem

¹³⁰ Ibidem

podemos afirmar que o movimento federalista português fugiu a uma base teórica positivista para adoptar uma ideia que percorreu espaços e autores anteriores, mas com os quais eles se identificaram para a resolução de um problema concreto. A grande figura desta ideia que influenciou não apenas portugueses, mas grandes faixas da Europa Ocidental, foi Immanuel Kant. O filósofo de Königsberg já tinha referenciado as suas tendências federalistas. O projecto federalista era estendido a todo o planeta. O objectivo prendia-se com uma pretensão de criar uma união da Humanidade, sem que esta fosse subjugada a qualquer tipo de autoridade suprema de carácter ditatorial ou opressivo.¹³¹

De resto, na realidade da época, os portugueses podiam encontrar uma série de exemplos de países que funcionavam já numa dinâmica federalista de organização política e que serviam de base teórica através do exemplo objectivo que eles representavam. Os Estados Unidos e a Suíça eram referenciados, não apenas como modelos a imitar, mas como países que, optando pelo federalismo, eram tidos como casos de sucesso no panorama mundial.¹³²

As influências não se limitavam a serem longínquas da realidade portuguesa. Elas chegaram também através da vizinha Espanha que continha um conjunto de pensadores já inclinados para a ideia federalista. A aproximação ao pensamento espanhol viria, contudo, a ser contraproducente para os federalistas portugueses. A sociedade portuguesa mantinha um sentimento negativo a ligações à Espanha em vários quadrantes políticos e sociais numa referência a momentos de tensão e guerras entre ambos os países.

O momento de cristalização desta oposição ocorreu quando um conjunto de federalistas portugueses se deslocou a Badajoz para participar numa conferência. A 24 de Junho de 1893, estes pensadores puderam aprofundar os seus conhecimentos sobre o movimento federalista espanhol. Apesar das diferenças óbvias a nível de unidade territorial, social e política, a comitiva portuguesa conseguiu retirar ensinamentos.

Mas outros autores foram fontes de inspiração para a manutenção de uma argumentação desenvolvida sobretudo nos últimos anos do século XIX. O pensamento anti-centralista português baseou-se essencialmente em quatro grandes nomes que serviam de base teórica para os movimentos portugueses.¹³³

¹³¹ KANT, Immanuel. *A paz perpétua*, Edições 70, Lisboa, 1990.

¹³² CATROGA, Fernando, *Os Inícios do Positivismo em Portugal*, "Revista de História das Ideias", Coimbra, 1, 1977.

¹³³ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Alfragide, 2001

O principal autor estrangeiro a ser referenciado era, no entanto, Tocqueville. Desde Alexandre Herculano, a definição de município dada por este autor francês, acabou por ser erguida como uma bandeira pelos defensores da causa federalista. «O município parece ter saído das mãos de Deus» afirmou Tocqueville que se tinha notabilizado na sua obra¹³⁴, onde procurava encontrar (como objectivo pessoal) as diferenças entre as culturas francesa e inglesa e acabou por valorizar a organização americana. A frase citada tornou-se numa das citações mais importantes para os autores federalistas portugueses, uma espécie de pedra basilar que eram de gerações anteriores aos republicanos que dividiam a sua causa com a bandeira federalista. Alexandre Herculano, Henriques Nogueira e Emídio Garcia basearam a sua argumentação nas ideias de Tocqueville. Esta defesa do município lançada por Herculano teve reflexos no fundador do republicanismo português, Henriques Nogueira, que dedicou uma obra sua ao municipalismo. Emídio Garcia que pertencia já à geração republicana que viria a conquistar o poder promoveu, no seu curso, a ideia de que o município era um elemento natural contra a teoria do Contrato Social de Rousseau¹³⁵. Era o culminar da argumentação naturalista desde Tocqueville até à geração republicana.

Alexandre Herculano terá sido a grande figura a iniciar este movimento não-organizado mas que atravessou o pensamento político de várias gerações de pensadores portugueses. Na década de 30, Alexandre Herculano tentou promover a ideia sem sucesso, porém a marca do grande pensador português da época perdurou.

Henriques Nogueira é considerado o fundador do municipalismo republicano, mas a sua posição é oposta à forma como Herculano apresentou a sua ideia na época. Esta recuperação do velho municipalismo liberal por Nogueira foi encarada com uma postura crítica. O objectivo era renovar este pensamento, transmitindo-lhe uma cor mais republicana e liberta das influências liberais do historiador da década de 30.

Uma das grandes críticas feitas a Herculano prende-se com a forma como ele terá tentado promover e comprovar a justeza do municipalismo a quem ele terá augurado um futuro promissor. O municipalismo de Herculano estaria baseado em leis abstractas e imitativas. A posição é compreensível pois insere-se num contexto de oposição de pensamento político e da própria argumentação da opinião sobre casos políticos. Alexandre Herculano nunca foi bem visto pela geração republicana que descende de Henriques Nogueira. Para além de ser liberal e ter lançado Portugal no regime monárquico-constitucional, Herculano insere-se numa lógica de

¹³⁴ TOCQUEVILLE, Alexis de. *Da democracia na América*, Rés, Porto, 2001.

¹³⁵ GARCIA; Manuel Emídio. *Curso de Sciencia Política e Direito Político*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1885.

conhecimento considerada como sendo não científica. Numa alusão clara à Lei dos Três Estados de Comte, os republicanos revisitavam um conceito antigo renovando-o com uma capa que promovia a própria forma republicana.

A inspiração para a nova postura dos republicanos era adquirida através da história. Este era, de resto, um dos elementos básicos do positivismo versão portuguesa, pois permitia contrapor a hierarquia de poder estabelecida e permitia ataques a dois elementos de oposição do movimento republicano: a Monarquia e a Igreja. Através das historiografias alemã (Savigny) e francesa (Thierry e Guizot), os republicanos podiam apresentar o mesmo conceito, mas à sua maneira. Porém, o uso da história para provar a teoria municipalista não impedia que o problema de afirmação do conceito na sociedade portuguesa não se mantivesse idêntico ao do tempo de Passos Manuel e Alexandre Herculano ou mesmo no de Henriques Nogueira.

3.4.3. Confederação Internacional

A posição dos federalistas portugueses era vincada e objectivava uma confederação internacional em que os países com raízes próximas ou comuns pudessem unir-se sem, no entanto, perder a independência naturalmente estabelecida. O resumo desta postura encontra-se numa frase de Magalhães Lima que abre uma das suas obras, «Pela Pátria e Pela República», com «Todo o propagandista deve ser cosmopolita».¹³⁶ O seu livro terá sido o mais completo exemplo do federalismo português pois as suas ideias atravessaram o pensamento dos restantes aderentes à ideia. Considerando a federação como o futuro, Magalhães Lima promoveu, nos seus discursos e escritos, o erigir de uma federação ibérica.¹³⁷

3.4.3. 1. Causas portuguesas

A adopção do Federalismo por certas correntes republicanas teve também como influência factores especificamente portugueses, mesmo se estes não pudessem ser comparados a casos de outros países europeus. O centralismo estatal vivido em Portugal, enquanto reminiscência do aparelho estatal absolutista do século XVIII, era uma característica ainda acentuada na Monarquia Constitucional. Outro factor a ter em consideração é a própria posição estratégica portuguesa no mapa europeu e, mais em particular, relativamente à vizinha Espanha.

¹³⁶ LIMA, Jaime Magalhães. *Pela Pátria e pela República*, Alcino Arranha & Cia, Porto, 1891.

¹³⁷ LIMA, Jaime Magalhães, *La Fédération Ibérique*, Imprimerie Gautherin, Paris, 1896.

Uma das maiores vontades do movimento republicano era a de uma mudança de regime. Os problemas graves vividos pela sociedade portuguesa eram imputados a um governo de «segundo estado» incapaz de resolver a crise que se vivia, principalmente, em finais de século. Os actores do regime não encontravam soluções porque estariam em decadência. Portugal mantinha uma máquina burocrática pesada e o País acabava por estar fortemente dependente das vontades cedidas por Lisboa. «Todavia a anarchia social e economica que lavra nos dois paizes, a falta de orientação politica e do systema de governar que se manifesta tanto em Portugal como em Hespanha (...)podem, n'uma dada hora, no momento [56] psychologico, galgar os diques artificiaes, construidos pela politica das monarchias europeias e tornar um facto indiscutivel esse esplendoroso ideal de todos os pensadores e crentes da peninsula hispânica».¹³⁸

A acrescentar a isto, os republicanos possuíam uma forte convicção de que as forças individuais eram capazes de resolver os problemas. Um dos argumentos utilizados pela manutenção do paradigma do liberalismo económico para o governo republicano assentou numa ideia simples. Existiria uma constante na Humanidade em que os maiores progressos são realizados pelos indivíduos isolados e não em grupos. Esta teoria fornecia armas para acreditar que uma descentralização levaria a um maior desenvolvimento do País. «O principio federativo apresenta-se pois, como a melhor base de organização e é igualmente considerado pelos povos oprimidos como o melhor systema de regeneração politica e social».¹³⁹

A esta descentralização monárquica, adiciona-se uma tentativa de mudança do centralismo jacobino. A sociedade lisboeta e jacobina seria incapaz de entender as realidades diferentes existentes no País por falta de conhecimento ou de experiência. A ideia seria entregar às populações das diferentes regiões a possibilidade de tomarem as suas decisões por terem mais capacidade para o fazer.

Por outro lado, uma confederação ibérica ou latina seria uma excelente oportunidade. Para um país considerado «doente», uma confederação seria ideal para se proteger de perigos externos. Existia no pensamento federalista um reconhecimento da fraqueza de Portugal perante ameaças externas. Envolvidos num contexto europeu que saía das guerras franco-alemãs e com uma crescente rivalidade nacionalista que desencadearia na Primeira Guerra Mundial, os federalistas compreendiam a impossibilidade de Portugal se defender perante outros países mais fortes económica e militarmente.

Dois grandes perigos estavam ligados a Portugal na época. A Inglaterra foi um exemplo muitas

¹³⁸ LIMA, Jaime Magalhães, *O Federalismo*, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1898. P. 12

¹³⁹ *Ibidem*

vezes citado devido aos problemas que surgiram com a questão do Ultimato. O poderio inglês, considera a maior nação do mundo na época, não era desprezível e representava um perigo permanente para os portugueses. Por outro lado, a Espanha aparecia como um país constantemente capaz de defender Portugal das intenções imperialistas. « Se um dia a Hespanha e Portugal formarem os Estados Unidos da península, reunidas que sejam, sob o mesmo regimen, as colonias dos dois povos, terminarão os insultos e arremetidas da Inglaterra, [55] á Africa portugueza, porque lh'o não consentirá uma grande nação: a Republica federal da Iberia». ¹⁴⁰

Mas, em sentido contrário, os federalistas não deixavam de apontar maneiras para que, dentro de uma eventual federação de povos, a nacionalidade portuguesa não se desvanecesse. « *União* e *anexação* são cousas bem diferentes de [8] federação. A anexação indica sempre uma idéa de força e de violencia. A federação, pelo contrario, assenta sobre a idéa de um accôrdo reciproco, de uma mutualidade, de uma idéa baseada sobre o direito e a garantia mútuas.» ¹⁴¹

Para tal, apontavam o Estado como grande condição da salvaguarda dos interesses portugueses numa organização política desse tipo. O Estado deveria assumir a defesa de duas funções. Primeiro, a salvaguarda da independência nacional e, em segundo lugar, o respeito pelas leis dos cidadãos.

3.4.3.2. Questões legais

Chegados ao Governo, os republicanos tiveram de se deparar com a questão federalista que tinha criado cisões ainda nos momentos em que se encontravam a subir enquanto força política de oposição. A questão não deixava de ser relevante porque impunha uma grande diferença para o modelo de Estado que os republicanos teriam de implementar. O momento seria complicado numa conjuntura em que as diferentes vertentes de actuação exigiam um grande número de actuações a níveis completamente distintos.

A questão federalista seria adoptada numa remodelação do Código Administrativo. Jacinto Nunes já procurara estabelecer um código que pudesse ir de encontro às ideias federalistas. No ano de 1884, Nunes elaborou um projecto que incluía propostas francamente descentralizadores e que iam de encontro às propostas federalistas em muitos pontos. Porém, quando a 13 de Outubro de 1910, o Governo Provisório da nova República, decidiu adpotar uma posição quanto

¹⁴⁰ SPENCER; Herbert, *An Autobiography*, D. Appleton and Company, Nova Iorque, 1904.p. 36

¹⁴¹ LIMA, Jaime Magalhães, *O Federalismo*, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1898. P. 3

à organização administrativa do território, a decisão não foi de encontro às expectativas.

Nos finais do regime monárquico-constitucional, o Código Administrativo em vigor era o de 1896 que apresentava tendências fortemente centralizadoras. Em causa, na elaboração do documento, estava os contínuos problemas que o aparelho estatal encontrava em controlar os acontecimentos. Para resolver o problema, o Governo da época optou por fechar o controlo após ter sido mais aberto no Código Administrativo anterior.¹⁴² Este tinha sido elaborado no ano de 1878 e continha um conjunto de propostas que beneficiavam as vontades federalistas pois abriam mão de alguns poderes anteriormente detidos pela organização central ou Governo.

Levados a decidir o rumo inicial nesse aspecto, os republicanos optam por uma solução intermédia. Recolocam em vigor o Código de 1878. Posteriormente, uma comissão é elaborada para resolver o assunto e esta é entregue a Jacinto Nunes. A intenção passava por dar uma maior descentralização à máquina estatal. A 15 de Agosto de 1911, a comissão propõe uma lei nº 621 que constitui um simples adiamento quanto a uma posição definitiva sobre a organização do Estado. A Lei nº 621 remete a solução para uma lei a criar posteriormente para uma definição quanto ao assunto. Na elaboração da Constituição, nesse mesmo ano, os republicanos incluem no artigo 66 a ideia de descentralização do Estado que deverá também ser concretizada através da própria governação comum.

Finalmente, em 1913, o governo lança a Lei nº 88. Esta será a verdadeira tomada de posição do regime republicano quanto à questão federalista e organizativa do território. Mas a Lei, apesar de descentralizar certas funções do Estado, não cumpre com as disposições municipalistas defendidas na década anterior. É o distrito que ganha poder mantendo assim uma portagem à delegação do poder central para os municípios. Se o distrito se torna a delegação do poder central, o Município é encarado como uma possível fonte de problemas financeiros. Assim sendo, a capacidade financeira municipal manteve-se reduzida, tal como a capacidade de tomar decisões não se alterou significativamente em relação ao período monárquico-constitucional.

A Lei nº 88/1913 acabou por sentir dificuldades em tornar-se efectiva. Tal como muitos projectos-Lei aprovados ao longo da Primeira República, a concretização dos objectivos propostos acabou por ser prejudicada por vários factores. Em primeiro lugar, a instabilidade política que retirava capacidade de coerência e continuidade às decisões assumidas sobre determinadas áreas pelos governos sucessivos. Por outro lado, as próprias dificuldades

¹⁴² RAMOS, Rui (1992). *A ideia republicana e a história da república em Portugal*. Revista Análise Social, nº 115, p. 229-239.

financeiras acabavam por criar uma preocupação em uma gestão de maior cuidado e centralizada. Se o período temporal em análise já se estende para além do que definimos para a definição do movimento republicano, o movimento federalista definiu-se contra a base positivista do partido republicano. Conseguiu, até certo ponto, assumir uma posição central da política do governo no novo regime, mas acabou por não se concretizar na prática devido aos receios e à incapacidade demonstrados pelos sucessivos governos da I República.

3.4.3.3. Questão colonial

A mesma questão poder-se-ia colocar, não no espaço territorial continental português, incluindo as actuais regiões autónomas Madeira e Açores, mas sobretudo nas colónias. A preocupação republicana com as colónias foi um ponto sempre assumido como central na demagogia republicana. As colónias eram encaradas como uma das grandes oportunidades de regeneração do País.

Três ideias nortearam estavam directamente colocadas no centro da questão colonial e serviriam, a partida, como eixos de actuação para a política desse sector geográfico. Estes eram: Descentralização, Autonomia e Fomento. Porém, tal como em Portugal Continental, as pretensões descentralizadores esbarraram em dificuldade de implementação. «Na administração das províncias ultramarinas predominará o regime da descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas».¹⁴³

Os republicanos assumiram sempre, enquanto oposição ao regime monárquico-constitucional, uma postura crítica quanto à política colonial. Segundo eles, a mudança e o progresso tinham uma oportunidade de se concretizarem caso as colónias fossem aproveitadas da devida maneira pelos sucessivos governos. Chegados ao poder, os novos governantes encontravam-se esperançados de que seria possível mudar o estado de coisas. Quatro eixos de actuação foram definidos como sendo prioritários e serviriam de rampa de lançamento para um desenvolvimento progressivo da situação colonial: os caminhos-de-ferro, o desenvolvimento agrícola, a libertação das teias mercantilistas e a fixação de colonos europeus.¹⁴⁴

Em primeiro lugar, o governo republicano considerou indispensável a implantação de uma rede ferroviária que ligasse o interior ao litoral num esforço para dinamizar espaços que estavam pouco desenvolvidos e entregues a indígenas. Também permitiria um melhor escoamento dos

¹⁴³ PORTUGUESA, Constituição (1911). *A Constituição Portuguesa de 1911*. Portugal, 1911.

¹⁴⁴ PROENÇA, Maria Cândida. *A questão colonial no Parlamento (1910 – 1926) Volume II*. Editora Dom Quixote. Lisboa, 2008.

produtos que eram produzidos ou recolhidos em zonas afastadas dos portos marítimos das regiões coloniais.¹⁴⁵ Pretendia-se ainda desenvolver a agricultura e a pecuária de forma a poder trazer um maior número de produtos dessas regiões para a metrópole. Mas a intenção não passava apenas por um fornecimento para Portugal, mas também uma maior capacidade de exportação que equilibraria a balança de pagamentos.¹⁴⁶ Outro problema por resolver prendia-se com as teias mercantilistas que ocupavam zonas de grande riqueza nas colónias. Estas recolhiam frutos importantes que impossibilitavam a criação de riqueza e o próprio desenvolvimento das regiões por elas ocupadas.¹⁴⁷ Por fim, pretendia-se a fixação de colonos europeus que permitissem um maior desenvolvimento da economia e do próprio grau civilizacional.¹⁴⁸

Mas estas ideias que formavam um projecto ambicioso mas promissor não foram concretizadas. As dificuldades económicas do regime impediram a criação de meios para apoiar o desenvolvimento das colónias. Estas mantinham-se com défices permanentes abafadas pela incapacidade de criar orçamentos rigorosos e sem receitas que eram retiradas quer em benefício da metrópole, quer pelas teias mercantilistas referidas acima. Por outro lado, a segurança das zonas interiores e fronteiriças não se encontrava assegurada, o que complicava a tarefa de levar a cabo mudanças nestas zonas. A própria burguesia da metrópole não se mostrava inclinada para concretizar este ímpeto revolucionário do novo regime, pois preferia assegurar lucros chorudos do que colaborar num esforço de desenvolvimento incerto e cujos rendimentos chegariam apenas a longo prazo.¹⁴⁹

Apesar da vontade expressa no Artigo 67 da Constituição de 1911¹⁵⁰, os republicanos não foram capazes de implementar as mudanças desejadas aquando da sua subida ao poder. Porém, esta terá sido uma das áreas em que os republicanos terão aplicado uma vontade mais determinada em obter uma descentralização e encontraram também objectivos concretos para dela beneficiarem.¹⁵¹

3.5. Modelo de Estado

O novo regime republicano vinha com um grande objectivo relativo ao período anterior vivido na sociedade portuguesa. Mudar a herança monárquica-constitucional que, segundo a retórica

¹⁴⁵ Ibidem

¹⁴⁶ Ibidem

¹⁴⁷ Ibidem

¹⁴⁸ Ibidem

¹⁴⁹ Ibidem

¹⁵⁰ Ibidem

¹⁵¹ Ibidem

do próprio movimento republicano, estava em decadência e nunca tinha conseguido renovar um País que se encontrava cada vez mais atrasado perante a Europa mais avançada.

Nesse sentido, o modelo de Estado era uma questão primordial pois, logo em primeiro lugar, permitiria agilizar uma burocracia pesada feita dos interesses pessoais, mas, sobretudo, reais ligados à preservação da família real. Mas deveria ser também tido em conta a questão de uma democracia assente na integralidade da população ou uma opção mais conservadora que privilegiasse a Ordem ao Progresso.

A evolução do pensamento dos membros do Partido Republicano, ao longo do período entre a criação do Partido até à sua efectiva entrada na roda do poder, permite descortinar lógicas contrárias, que não deixam de se enquadrar num movimento de oposição ao regime, subitamente colocado no poder, e que procura preservar a sua posição recentemente conquistada.

A primeira grande questão prendeu-se com o poder executivo. O modelo francês tinha colocado uma figura presidencial, no advento da Terceira República, enquanto representante do poder executivo. Porém, a opção francesa, sem deixar de constituir um modelo de organização para os republicanos portugueses, era demasiado conservadora para o pensamento de muitos membros republicanos. A figura de Presidente da República não deixa de ser uma reminiscência do poder real, não na sua expressão absolutista com uma centralização do poder de decisão nas mãos de um sujeito, mas sim, na capacidade de constituir um elemento que poderia realizar uma função equiparada a um poder moderador. Esta figura seria o substituto do Rei enquanto elemento do sistema capaz de resolver os problemas de articulação entre os poderes executivo e legislativo.¹⁵²

Face à vontade de mudança face ao modelo estatal imposto anteriormente, a figura de Presidente relembra demasiado a família real incapaz de dar um rumo consistente à situação do País e preferindo aproveitar as lutas interpartidárias para retirar proveitos em seu próprio interesse.¹⁵³ Deste modo, uma grande faixa da massa republicana era contra a introdução da figura presidencial. Porém, na hora de optar pelo modelo de Estado, a opção passou pela criação da figura de Presidente da República.¹⁵⁴

¹⁵² LITTRE, Emile. *Conservatism, révolution et positivisme*, Philosophie de Ladrance, Paris, 1852.

¹⁵³ MARQUES; António H. Oliveira. *História de Portugal*. 3 vols., Lisboa, Editorial Presença, 13.^a ed., corrigida e actualizada, 1997-98.

¹⁵⁴ BRAGA, Teófilo. *História das Ideias Republicanas*, Veja, Lisboa, 1984. P. 110

A mesma questão surgiu com a criação de duas câmaras ou de apenas uma única. A ideia subjacente com a rejeição do modelo francês que apoiava a criação de duas assembleias, uma de representantes directos ou deputados eleitos pelo povo e de outra constituía por pares da Nação, relembra a Monarquia Constitucional aos membros republicanos. Deste modo, nenhum republicano estaria disposto a dar uma hipótese a esta constituição. Após a introdução de mandato imperativo por Teófilo Braga, era complicado para os republicanos não apoiarem a constituição de uma assembleia única que representasse directamente os interesses do povo. «O mandato imperativo é uma disciplina política no meio da dissolução do sufrágio».¹⁵⁵

Apesar de tudo, a opção republicana passou, mais uma vez, por apoiar uma medida mais conservadora que respeitasse mais a Ordem do que o Progresso. Assim, constituíram-se duas assembleias que acabaram por prejudicar a flexibilidade e celeridade do sistema parlamentar num modelo de pensamento e justificação que seguiu, no fundo, o mesmo processo do que àquele assumido pela questão do sufrágio no mundo republicano português.

3.5.1. Questão do sufrágio

A questão do sufrágio sofre uma evolução que representa de forma exemplar a atitude do movimento republicano quanto às opções políticas e o seguimento destes mesmos ideais aquando da chegada ao poder por parte dos mesmos actores políticos. As mudanças podem ter muitas justificações, tais como a necessidade de proteger uma revolução que resultou num poder frágil, porém, este estado de coisas não deixa de indicar uma mudança de postura.

A questão é que mesmo um eleitorado instruído estaria sempre sob a alçada de um conjunto de mentes políticas que estariam à conquista de votos. Para tal, seria usado o sistema de «promessas ao povo» que acabaria por enganar os eleitores mesmos que estes tenham tido instrução. «No sistema parlamentar, a preponderância política é atribuída à habilidade da palavra e à capacidade de concepção subordinada ao talento da execução».¹⁵⁶ Este era um argumento bastante próximo do Positivismo que apostava numa elite capaz de resolver as questões políticas que pudesse, no seu seio, discutir e encontrar soluções para os problemas de uma nação. Esta elite reduzida retiraria qualquer iniciativa aos membros da restante população que se limitaria a desempenhar outras funções.

A primeira questão prende-se com a visão anterior do poder e da sua origem no modelo de sociedade que se pretendia implementar. Relembrando Jean-Jacques Rousseau e o seu Contrato

¹⁵⁵ Idem

¹⁵⁶ LITTRE, Emile. *Conservatism, révolution et positivisme*, Philosophique de Ladrage, Paris, 1852.

Social, a origem do poder seria a cedência, em tempos primordiais, do poder de cada indivíduo inserido num grupo para uma minoria, no sentido em que esta assegurasse a boa gestão dos recursos comuns.

Porém, as críticas republicanas recaíram na seguinte evolução dos acontecimentos. A passagem do direito natural, cedido a uma minoria, para um direito divino, assente na ligação entre a família real e Deus, era rejeitada. Este elo apenas legitimava a manutenção do poder real que era contrário às intenções republicanas.¹⁵⁷ A própria Monarquia Constitucional estaria manchada por esta interpretação da detenção do poder político, o que equivalia a considerar este regime semi-constitucional como o prolongamento natural do predomínio da legitimação divina. «A Monarquia é o erro canonizado pelo tempo e consentido pela inércia dos espíritos».¹⁵⁸

A questão do sufrágio devia ser colocada sobretudo fora da esfera de monarquia, que era uma hipótese rejeitada pelos republicanos. Mas a própria cedência da capacidade de decisão à totalidade da população era motivo de discórdia. As argumentações rejeitavam assim também a própria ideia de direito divino das maiorias que legitimaria o sufrágio universal.

Para resolver este problema de modelo de democracia e da sua própria universalidade, era necessária avaliar a capacidade dos cidadãos em defender os interesses da própria sociedade em que se encontram inseridos. Como aferir esta mesma capacidade? O censo era uma solução que não podia ser equacionada. A falta de cultura científica impediria a capacidade de encontrar soluções para os problemas em discussão. A ignorância do povo levaria a cometer erros por parte dos membros que viriam a decidir as questões. Neste quadro, a própria educação não era suficiente, tal como analisamos anteriormente, pois a instrução popular não chegaria para contrabalançar as quedas populares em figuras políticas, que exibiam promessas eleitorais sem responder por elas após a sua eleição. Neste ponto, a introdução do mandato imperativo no quadro do regime monárquico-constitucional era uma tentativa de se diminuir a impunidade dos responsáveis políticos, após a sua entrada no sistema parlamentar. O único ponto que poderia resolver a capacidade de se eleger era a criação do interesse social.¹⁵⁹

Assim, o modelo proposto pelos republicanos, em termos teóricos, deixava antever a criação de cooperativas ou associações de interesse em que os seus representantes, mais capazes cientificamente, seriam aqueles que conseguiriam descortinar as melhores soluções para o

¹⁵⁷ SPENCER, Herbert. *L'individu contre l'État*. Félix Alcan Paris, 1885. P. 66

¹⁵⁸ Latino Coelho in *O Século*, Lisboa, 1881.

¹⁵⁹ LIMA, Jaime Magalhães, *A Democracia – Estudo sobre o Governo Representativo*, A. J. da Silva Teixeira, Porto, 1888.

desenvolvimento da sociedade. O modelo aproxima-se da ideia comteana de que apenas uma pequena faixa da população seria capaz de resolver os problemas do País, por ser também a única a deter uma cultura suficientemente científica para completar uma Política Científica.

Para entender a postura dos republicanos quanto ao sufrágio, é primeiro necessário recuar até à própria forma como as eleições decorriam ao longo do período monárquico-constitucional. Para tal, optámos por nos debruçarmos sobre a obra de Pedro Tavares de Almeida que reflecte sobre o fenómeno do caciquismo nas eleições que decorreram ao longo do século XIX. A obra¹⁶⁰ debruça-se sobre a forma como os votos eram conquistados pelas forças políticas em confronto.

A primeira grande ideia defendida por Pedro Tavares de Almeida prende-se com o aproveitamento por parte das classes conservadoras do conceito de sufrágio universal. Partindo da filosofia política exposta por John Stuart Mill, Tavares de Almeida conclui que a universalidade do sufrágio passou a ser aproveitado pelas classes mais conservadores porque beneficiava a posição política destas no desenrolar do processo eleitoral.¹⁶¹

O alargamento do sufrágio permitia ainda o controlo de revoltas ou mesmo de projectos de revolução como é o caso citado de Bismarck na Alemanha. Uma das críticas do autor português era que a formação dos governos era decidida à margem dos processos eleitorais. As eleições acabavam por ser apenas actos que legitimavam os arranjos que eram consolidados às margens dos próprios círculos públicos.¹⁶² Esta crítica foi muitas vezes apontada pelos próprios republicanos na sua luta contra o sistema monárquico. As insinuações versavam sobre a capacidade do Rei em criar governo antes da realização das eleições, compondo depois as listas oficiais. Desta denúncia, surgiu o «imperativo categórico», conceito lançado por Teófilo Braga na sua obra.¹⁶³

As campanhas eleitorais não chegaram a ter períodos definidos porque a própria organização da angariação de votos não passava pela criação de campanhas direccionadas directamente para o eleitorado. De resto, os partidos ou listas não compunham programas oficiais porque a sua homogeneidade passava apenas pelos líderes das listas e não nos programas definidos por eles.

¹⁶⁴ O recrutamento e selecção de elites políticas encontravam-se directamente ligados a

¹⁶⁰ ALMEIDA, Pedro Tavares. *Eleições e caciquismo no Portugal Oitocentista (1868 – 1890)*. Editora Difel, Colecção Memória e Sociedade, 1991.

¹⁶¹ Ibidem

¹⁶² Ibidem

¹⁶³ Ibidem

¹⁶⁴ Ibidem.

personalidades capazes de influenciar o público que se encontrava no seu circuito eleitoral.¹⁶⁵ Quanto à definição dos enquadramentos legais das próprias eleições, estes encontravam-se protegidos por uma legislação definida, mas que detinha poucos elementos que permitissem cumprir com o seu objectivo. Primeiro, registavam-se muitas infracções quanto ao próprio universo eleitoral, que era flutuante consoante as necessidades das listas oficiais. Depois, os próprios actos eleitorais eram verificados pelos representantes eleitos, o que conferia uma grande permissividade para que a lista vencedora pudesse absolver eventuais actos ilícitos.

Feita esta reflexão prévia, perceber-se-á a postura dos militantes republicanos quando apontavam o dedo aos agiotas, que recolhiam os votos que acabariam por colocar as listas oficiais, apontadas pela Coroa, como vencedoras muito prováveis do próprio processo eleitoral.¹⁶⁶ Os sucessivos alargamentos do sufrágio ao longo do universo eleitoral acabavam por ser questionados porque correspondiam aos interesses daqueles que o promoviam. O argumento republicano replicava com a capacidade científica das classes populares (ou mais baixas) de forma a poder assumir um poder cívico de elevado grau de exigência.¹⁶⁷

Os exemplos de outras democracias bem sucedidas eram frequentes na retórica republicana no sentido de apoiar a ideia de que estes modelos acabavam por corresponder a universos eleitorais mais fechados em que se formavam espécies de «aristocracias» democráticas. Atenas e Estados Unidos da América eram os casos mais citados.

Deste modo, quando os republicanos ascenderam ao poder, o sufrágio acabou por ser uma questão relevante para a própria sobrevivência do regime recém-criado. Apesar das promessas feitas no sentido da criação do sufrágio universal no modelo republicano, estas ideias acabaram por se desvanecer perante as imposições feitas ao novo regime. A defesa da República implicou restrições às promessas efectuadas que incluíam tópicos como o do sufrágio universal, a independência do poder judicial ou mesmo a inclusão do género feminino no universo eleitoral.

¹⁶⁸

3.5.2. Posição sobre o sufrágio feminino

A participação feminina na fundação e posterior desenvolvimento do Partido Republicano é uma constante. Obviamente em números reduzidos, a cultura republicana foi defendida por um

¹⁶⁵ Ibidem.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ Ibidem.

conjunto de mulheres que acabaram por ser exemplos posteriores mas pouco valorizados aquando da sua passagem na época.

O primeiro nome de uma mulher republicana é o de Angelina Vidal que esteve presente na abertura do Partido Republicano. As revoltas ocorridas a 31 de Janeiro de 1891 viram a participação de muitas mulheres que acabaram por apoiar o movimento directamente nas ruas. O seu envolvimento chegou a ser explícito em tribunais defendendo maridos ou familiares através de testemunhos abonatórios. Destes episódios surgiram as primeiras presas políticas.

O género feminino acabou por ter uma publicação intitulada «A Mulher Linda» que correspondia às ideias republicanas mas viradas para preocupações consideradas mais femininas.

O grande momento das mulheres na consolidação do movimento republicano foi a criação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Associada frequentemente a movimentos maçónicos, tinha alguma projecção na capital lisboeta mas detinha também núcleos espalhados pela província. O seu papel acabou por também ter relevo na própria implantação da República em 1910. Mesmo acabando por assumir um papel mais secundário, muitas mulheres estiveram envolvidas nos acontecimentos que levaram à queda da Maçonaria.

3.5.2.1. Questão do sufrágio feminino

Auguste Comte teve uma publicação¹⁶⁹ cujo objectivo se encontrava virado para as mulheres e o seu papel na sociedade. O livro foi considerado após a sua edição como uma tentativa de convencer as mulheres a aderir ao Positivismo, através das explicações conferidas pelo livro. Comte pretendeu explicar a teoria positivista descortinando os pontos mais complexos da filosofia comteana aproximando-o daquilo que ele identificava como uma realidade mais próxima do género feminino.¹⁷⁰

Encaradas como seres afectivos, a presença delas na obra de Auguste Comte é muitas vezes encarada como uma personificação de Clotilde de Vaux. Encaradas como seres afectivos, Comte acaba por queixar-se do carácter conservador do género feminino. «A adesão tácita das mulheres confia ainda a direcção oficial do Ocidente aos que serão excluídos de qualquer função superior, quando o Positivismo terá dignamente sistematizado a razão pública».¹⁷¹

¹⁶⁹ COMTE, Auguste, *Catéchisme Positiviste*, Rio de Janeiro: Temple de l' Humanité, 1957.

¹⁷⁰ Idem, p.12

¹⁷¹ Idem, p. 16

As mulheres acabaram vistas como sendo defensoras naturais do conservadorismo e esta visão masculina do sexo oposto acabou por influenciar a sua defesa na Primeira República. Ligadas a uma menor educação, era sobretudo a sua proximidade à religião e sobretudo aos membros eclesiásticos que tornavam os republicanos preconceituosos.¹⁷²

As mulheres acabaram por não conquistarem o direito de voto na Primeira República Portuguesa. O medo republicano do alargamento do sufrágio com receios de sobrevivência e a ligação mental que os membros republicanos criaram entre conservadorismo e género feminino impediram a concretização do sufrágio alargado às mulheres.

4. Análise da influência positivista

A dissertação intitulada «A influência do Positivismo no pensamento republicano português» tem como principal objectivo descortinar as principais linhas de influência da filosofia positivista no movimento republicano português que nasceu na segunda metade do século XIX e levou ao erigir de um novo regime político, a Primeira República Portuguesa. O modelo escolhido para servir este intento baseou-se numa separação de cada uma das correntes em duas partes distintas que foram analisadas separadamente. Depois da definição dos traços gerais de cada uma das correntes de pensamento, a análise entre ambas está a ser iniciada.

A definição do Positivismo permite desta forma entender os pontos fundamentais que rodeiam a sua génese. Entender a sua base comum, mas também os factos discordantes que surgiram após o desenvolvimento da teoria comteana, é fundamental no sentido de podermos avaliar quais são os pontos que podem ser descortinados na acção republicana.

Destacamos também a ideia de organismo social que foi associada ao Positivismo por também ter pertencido ao eixo de conceitos utilizados pelos pensadores positivistas ou próximos desta mesma filosofia. A sua importância destacou-se mais tarde enquanto elemento que desembocou numa nova teoria, o organicismo, cujo principal inspirador terá sido Herbert Spencer. A procura de responder aos principais pontos da «ideologia» republicana compreende-se pela necessidade de encontrar os pontos fundamentais que eram defendidos pelos vários pensadores do partido recentemente criado, mas também pela evolução do próprio pensamento, até ou sobretudo, após a transição para o poder.

Generalizar em função de uma corrente de análise que o Positivismo terá sido a influência ou o progenitor do movimento republicano pareceu-nos arriscado. Portanto, a análise realizada, com recurso a aspectos teóricos mas também práticos que incluem legislações ou resoluções de casos práticos, permite encontrar outras fontes de inspiração que podem retirar algum peso ao já referido pensamento positivista nos republicanos portugueses.

Ao rever os pontos principais defendidos pelos republicanos, veremos pontos que são discordantes com a própria filosofia positivista porque não correspondiam às vontades dos membros do movimento. As soluções passaram maioritariamente por fugas ao núcleo central do pensamento positivista. A tentativa de integrar elementos novos com origens diferentes e, por vezes, contraditórias foram arranjos de ocasião mas que criaram um pensamento próprio distinto. Passaremos também pelos próprios contextos da época em que esta suposta

revitalização do Positivismo foi efectuada e veremos de que forma é que os acontecimentos circundantes alteraram pontos de vista, de forma radical, na tentativa de implementação do modelo republicano em Portugal.

Nesta quarta parte da dissertação, procuramos recortar as várias influências que tiveram uma posição na formação do projecto republicano e avaliar de que forma é que o Positivismo pode ser considerado como fonte principal ou, pelo contrário, deve ser encarado como um actor recorrente mas não maioritário. Para tal, voltaremos ao esquema utilizado nas três primeiras partes de forma a analisar, ponto por ponto, as fontes que fomos avançando e procurar responder às questões que foram enunciadas na introdução da dissertação e que estão a ser recolocadas no início desta parte.

A entrada do Positivismo em Portugal já numa fase adiantada coloca desde já um problema cronológico ao problema de entender a influência que poderá ter tido o Positivismo em Portugal. Se podemos assinalar uma data (1877), a formação de um movimento republicano português teve como ponto de arranque o início da mesma década. Apesar destes dados, podemos assumir que a formação de uma base republicana pecava ainda por uma falta de pensamento comum. A base que permitiria ao movimento constituir-se num verdadeiro partido, na acepção moderna do conceito, passava por um programa político coerente que lançasse um projecto comum.

Neste sentido, a entrada da filosofia positivista no panorama intelectual português foi coincidente com os eventos ocorridos em França ou constituiu apenas o seguimento dos acontecimentos ocorridos. A Comuna de Paris e o advento da Terceira República Francesa foram os percursos dos dois maiores movimentos de oposição que existiam da mesma forma no resto da Europa. A Comuna de Paris (1871) foi um agregador de ideias de cariz socialistas que, através da Internacional, alastraram-se pelos confins do continente. A República Francesa terá sido o modelo de inspiração para os pensadores republicanos portugueses. Neste último caso, os republicanos franceses retomaram uma parte do pensamento de Auguste Comte e procuraram implementar um modelo com a mesma base de pensamento.

A aceitação do Positivismo passou por uma necessidade à qual esta corrente de pensamento acabou por corresponder a vários níveis. Tal como afirmámos anteriormente, Auguste Comte encontrava-se numa época em que os sucessivos movimentos revolucionários impediam a sociedade de continuar no caminho do Progresso por falta de Ordem. Os republicanos portugueses viam o País como um elemento «doente» incapaz de se regenerar», mas o movimento, constituído maioritariamente por burgueses citadinos, não se revia em forças

populares ou revoluções de inspiração socialista. Estes colocavam em causa o próprio modelo social que os republicanos defendiam.

A alternativa passou pelo Positivismo que defendia uma mudança face aos padrões antigos em que prevaleciam regimes de estado militar equiparados, no caso português, à Monarquia Constitucional. Mas esta nova sociedade (industrial) não podia ser levada a cabo por indivíduos que eram incapazes de aproveitar a força da Ciência enquanto elemento motor do Progresso.

Os republicanos portugueses, enquanto grupo composto por profissionais liberais, sentiam-se os escolhidos para liderar o modelo de Progresso defendido por Auguste Comte. Permitia-lhes fazer a diferença com o passado, por um lado, e os elementos de oposição com os quais dividiam a oposição como os socialistas, por exemplo.

O principal elemento que atraiu os republicanos, não apenas em termos individuais mas para o colectivo, foi o facto do Positivismo ser um sistema completo que previa uma reorganização total da sociedade. Esta teoria previa a reformulação de todos os sectores da sociedade prevendo soluções práticas para a resolução de problemas efectivos e uma filosofia que guiasse a sociedade para o Progresso, configurando até elementos morais para a mudança na sociedade. Esta teoria pode ser considerada como sendo aceite na totalidade pelos republicanos portugueses, porém, existem muitos elementos que devem ser realçados para se entender as diferenças fundamentais. Ao enumerá-las, entendemos que as contradições quanto à suposição de que os republicanos eram positivistas vêm ao de cima.

Três grandes pontos devem ser realçados nesta fase de avaliação e que são relativos à própria definição da teoria positivista. Auguste Comte foi encarado pelos seus contemporâneos como o fundador do Positivismo, mas a mudança profunda que os seus trabalhos encerraram levaram a uma divisão da sua obra em duas partes, cuja segunda não foi aceite por todos os discípulos, inclusive os positivistas portugueses. Outra questão foi a visão oligárquica e, em muitos casos, centralizadora da organização do poder político que não convenceu o novo «partido» português. Por fim, devemos ter em conta a oposição feita pelos elementos socialistas. Se foram refutados muitos pontos programáticos dos adversários políticos referidos, algumas questões foram aproveitadas pelo Partido Republicano Português no sentido de poder agarrar novos eleitorados na sua base de apoio.

Auguste Comte inciou o seu trabalho com Saint-Simon antes de se separar do seu modelo após alguns episódios marcantes que acabaram por criar uma forte controvérsia entre ambos. O trabalho de Comte manteve a sua coerência original, mas as opiniões divergiram quando a filosofia comteana entrou no campo da matéria religiosa. A Religião era vista como um

elemento pertencente aos Estados anteriores ao da Sociedade Industrial. Mas Auguste Comte entendeu que o ser humano, com o seu lado espiritual, devia também ele ser guiado no Terceiro Estado ou Positivo. Esta visão levou-o a criar um modelo de religião científica que foi rejeitado por uma parte dos discípulos liderados por Littré. Laffitte acabou por aceitar o legado comteano na integralidade. A opção de Littré foi a respeitada pelos positivistas portugueses.

A oposição à Religião por parte dos republicanos portugueses enquadrava-se nos objectivos estratégicos definidos pelo movimento político, mas a instauração de uma nova religião seria uma opção que não reflectia as preocupações. Apenas se salvaguardou a necessidade de um simbolismo cívico que substituísse a Igreja enquanto elemento preponderante na organização da vida diária das populações. As posições oligárquicas e centralizantes de Auguste Comte não tiveram muitos adeptos nos republicanos. Confrontados com um Estado organizado sob a influência de um modelo de continuação limitada dos poderes absolutistas, os republicanos não poderiam permitir aceitar a hipótese de que um grupo de indivíduos ocupasse isoladamente o poder. Por outro lado, o centralismo defendido era visto como uma das falhas da própria sociedade portuguesa. O movimento republicano português dividido, após a sua passagem para Partido, em três facções, teve defensores da opção federalista. As próprias formas de chegar ao poder implicavam um apoio por parte das populações aos republicanos, pois estes queriam ir de forma legítima. Não era viável apresentar um modelo que defendesse uma ideia oligárquica e centralizadora como eixo do modelo republicano de Estado.

A criação do Partido Republicano Português coincidiu com o surgimento de outra força política que esteve presente com bastante força nas duas últimas décadas do século até sucumbir às divisões internas provocadas por visões diferentes de como chegar ao poder. Os socialistas puderam ter problemas internos devido a questões ideológicas, mas colocaram-se no espectro político português como o maior adversário directo dos republicanos. Os eleitorados naturais dos socialistas eram compostos por trabalhadores de baixa qualificação das cidades e o operariado. Se a margem de evolução socialista era reduzida devido ao fraco desenvolvimento industrial português, as suas iniciativas eram incomodativas para os poderes instituídos, por um lado, e para os republicanos, por outro, pois estes perdiam potenciais eleitores.

A ideia de organismo social é outro ponto em que os republicanos não assimilaram a totalidade do pensamento positivista versão Auguste Comte. Esta ideia vinda da teoria darwiniana da evolução das espécies acabou por se constituir num verdadeiro eixo de explicação da própria sociedade. Porém, os autores que tiveram maior impacto na defesa desta teoria eram adeptos distantes do Positivismo e acabaram por, em muitas ocasiões, serem mesmo críticos às soluções apresentadas por esta filosofia.

A posição dos republicanos reflecte uma vontade expressa de uma revolução que permitisse passar à frente dos modelos anteriores utilizados. Esta necessidade de mudança chegava após um período de décadas regidos por uma Monarquia Constitucional que não tinha permitido ao País acompanhar o movimento de evolução do resto da Europa. Em Portugal, as circunstâncias que levaram ao Positivismo tinham trazido as ideias revolucionárias através das invasões napoleónicas. Se estas não foram bem sucedidas, traduziram-se numa onda de mudança acelerada pela ausência da família real exilada no Brasil. As lutas liberais eram uma tentativa de mudar o rumo de um País que tomava consciência das suas dificuldades. No último quarto do século XIX; as circunstâncias políticas gozavam de uma relativa estabilidade tal como a própria sociedade que, apesar de viver em circunstâncias difíceis, não exprimia descontentamento de uma forma muito agressiva excepto alguns movimentos de revolta pontuais. O problema era sobretudo económico e financeiro pois os índices portugueses deixavam resultados tremendamente negativos, o que piorava as condições de vida ao longo da última parte do século.

Para os republicanos, a estagnação de Portugal no contexto europeu aliado aos problemas económicos da população exigiam uma mudança radical de rumo, de forma a que o País recuperasse o prestígio e qualidade de vida. Mas este tipo de mudança deveria ser feito na Ordem. Progresso com Ordem seria a divisa dos republicanos portugueses que não acreditavam nas capacidades de uma revolução popular ou segundo moldes socialistas. O Positivismo conferia aqui um apoio argumentativo a favor da manutenção de um espírito de Ordem no sentido de não se prejudicar as possibilidades de sucesso. Na óptica republicana, a moral burguesa deveria ser o mote da próxima sociedade portuguesa, a que representasse a passagem para a sociedade industrial.

Para derrubar o regime instalado no poder em Portugal, os republicanos adoptaram uma estratégia que implicou o uso de meios propagandísticos baseados numa argumentação em que elementos positivistas conviveram com questões contextualizadas nos acontecimentos da época. A Monarquia Constitucional, que liderava os destinos do País, era um rosto de carácter militar e metafísico que os republicanos acabaram por atacar, usando argumentos positivistas que eram decorrentes de várias ideias comteanas. A sua preocupação em usar a verdade científica para comprovar as suas observações percorreu a maioria dos pontos em que os republicanos tiveram de se impor face aos poderes instalados.

A Religião foi o outro elemento da sociedade que esteve em foco. Associada ao estado Teológico, a Igreja teve de sofrer violentas invectivas contra a sua postura dentro da sociedade.

Se a preocupação era fundamentalmente um traço característico empregue pelo Positivismo, algumas das formas de combate passaram por uma problematização de carácter republicano e também foram influenciadas por outras fontes anteriores de pensamento português. Demonstrar as diferenças entre a República e os dois elementos enunciados era a principal preocupação. Para tal, os republicanos empregaram uma série de imagens mentais que procuraram associar Religião e Regime para que ambos fossem encarados como elementos ultrapassados, que se encontravam em contra-espírito dos tempos modernos. Para se poder atingir o progresso, a única possibilidade era tirar do caminho as duas que eram, em conjunto, responsáveis pelo atraso do nosso País.

A estratégia de propaganda republicana teve a seu favor as próprias circunstâncias do País que lhes permitiram implementar uma manobra consistente de ataques constantes baseados nas soluções políticas apresentadas pelos sucessivos governos da Monarquia Constitucional.

A questão do Ultimato foi o verdadeiro motor para a mudança proposta pelos republicanos. Se os socialistas souberam capitalizar as reacções da população, os republicanos conseguiram canalizá-la para a prossecução de outros objectivos. O Partido Socialista, impulsionado pelos conceitos de luta de classes e da revolta do proletariado, conseguiu colocar-se numa posição privilegiada na hora de organizar um conjunto de revoltas populares e de movimentos de protestos um pouco por todo o País. Mas o Partido Republicano não aderiu a este tipo de posturas e preferiu utilizar o descontentamento popular para pressionar politicamente os poderes políticos. A filosofia republicana, reprimindo a violência, não poderia suportar os seus avanços em revoltas ou manifestações públicas associadas a actos violentos. Este conceito de não-violência advém da postura positivista de assumir que esse tipo de comportamentos está relacionado com indivíduos que continuam a reflectir o mundo e a sociedade como se pertencessem a estados anteriores que desconheciam as capacidades da Ciência. Nesta óptica, o conceito de Progresso, lançado por Comte no Positivismo e a sua assunção como uma força que Portugal não possuía, foi fundamental para convencer as populações de que os monárquicos seriam incapazes de mudar o País. Tal como tinham sido derrotados pelo opositor inglês na questão do mapa cor-de-rosa.

Dois elementos dissociam a postura dos republicanos do Positivismo pregado por Auguste Comte nas suas obras. A opção clara assumida pelos republicanos de basear toda a sua actividade na propaganda de ideias estava contra os fundamentos comteanos. Porém, esta oposição não era directa pois Comte não se opunha a que um grupo político utilizasse a comunicação como via de acesso ao Progresso. Opunham-se directamente as duas vias quando o enfoque propagandístico recaía sobre as populações, no sentido de terem como objectivo o voto

nos republicanos. A propaganda era feita de maneira a que o povo entendesse o que se passava e por que razões devia confiar na elite republicana. Ora, Comte entendia que o povo era incapaz de aceder de forma natural a uma educação científica suficientemente avançada que lhe conferisse capacidades de entendimento quanto a questões mais complicadas como estas. No próprio processo de propaganda, encontram-se vários exemplos de defesa da nação enquanto elemento fundamental de sobrevivência da população. Esta argumentação implicava uma postura ofensiva perante os governos que negociavam com a Inglaterra e procurava deter as exigências britânicas no continente africano.

Sabendo a fraqueza da posição portuguesa perante o antigo aliado, os republicanos enfocaram características dos governantes que iam cedendo. Resumiram a postura governamental como sendo «traidora» e procuraram associar essa imagem a todo o regime, utilizando argumentos históricos como a fuga para o Brasil da família real em 1808. Esse nacionalismo era uma característica em expansão em muitos regimes europeus, mas que não se reflectia da mesma maneira aquando da vida activa de Auguste Comte. A defesa dos valores nacionais era empregue de maneira a criar coesão nacional em populações que tinham de lutar, como era no caso na Alemanha, com inimigos externos que procuravam hegemonias continental e mundial. Auguste Comte não poderia ter utilizado esta faceta política nas suas obras, mas não pareceria inclinado a este tipo de raciocínios que implicavam confrontos militares. Neste caso, Comte afirmara que os confrontos militares eram prejudiciais ao sentido de Progresso, pedra basilar da sua teoria.

A definição do conceito de Política continua a ser um objecto de estudo que recolhe muitas opiniões contrárias por parte dos estudiosos da área e a sua análise é uma controvérsia teórica de grande envergadura. Se, antes de Auguste Comte, a Política já tinha encontrado várias formas de tratamento, a nova visão comteana pode ter mudado a posição da própria no conjunto da sociedade.

Comte encarou a Política como uma sub-ciência na sua já famosa hierarquia das Ciências. Mais particularmente, a Política seria uma aplicação prática da própria Sociologia que estaria no topo deste encadeamento. Para ser eficaz, esta sub-álnea da Sociologia deveria utilizar o método científico de forma a que pudesse de facto corresponder à função e à responsabilidade que lhe estavam associados. Os republicanos aceitaram este repto totalmente, adoptando não só a sua definição enquanto género inferior de uma outra ciência, mas encarando-a como uma disciplina em que a cientificidade era indispensável para se atingirem os objectivos. Esta visão constituía uma mudança de paradigma perante um modelo de governação em que, em inúmeros casos, os interesses pessoais se sobrepunham a uma visão global e coerente da sociedade. A própria

importância da Política foi assumida pelos republicanos no seu conceito de Política Científica. Assumindo a sua subordinação à Sociologia, encararam a Política como sendo uma actividade reservada a indivíduos que tivessem capacidades científicas superiores às da maioria da população. A sociedade acabaria por ser encarada de forma funcionalista em que cada grupo de indivíduos, com capacidades e interesses próximos, desempenharia funções na sociedade para os quais se encontrava habilitado.

A argumentação de oposição aos movimentos socialistas encontrou neste ponto uma bandeira para erguer perante a tática de abstencionismo político promovido pelo Partido Socialista em particular. A política era encarada como um aspecto primordial na tentativa de mudar o País e a não-participação na esfera política era encarada como uma traição ao País. Mas, para além disso, quanto ao conceito de luta de classes que os Socialistas impunham entre a burguesia e o proletariado, a argumentação centrou-se muito na ideia de que a sociedade se encontraria dividida não em classes, mas em funções onde cada grupo de indivíduos poderia ser representado por uma associação de interesses ou cooperativa. Onde o Positivismo perdeu força foi na tentativa republicana em construir uma opinião pública.

Tal como vimos anteriormente, o Federalismo acabou por ser uma corrente de opinião fundamentada que juntou muitos republicanos mas não conseguiu vingar totalmente no seio do Partido Republicano Português. Como sucedeu no Partido Socialista, existiam divergências quanto ao núcleo fundamental ideológico partidário. Porém, esses pontos não eram suficientemente fortes para destruir o aspecto unitário do partido, apenas desenhando facções que disputavam a liderança.

Ao longo do percurso de ascensão, os republicanos reflectiram várias vezes sobre a questão federalista. Esta foi aceite de forma quase unânime enquanto traço do regime vindouro, mas era a extensão da sua própria natureza que se discutia. O federalismo serviria apenas segundo a maioria para descentralizar um poder estatal que, ao longo da Monarquia, tinha sido concentrado na capital retirando capacidade de decisão aos poderes locais. Esta concepção do desenho territorial implicava mudanças radicais, segundo os republicanos federalistas, que alargavam o seu conceito a uniões com países estrangeiros. As suas ideias não facilitaram o diálogo sobre a questão, pois a primeira proposta era de união ibérica citando-se ainda possibilidades de uniões ditas «latinas».

O conceito não agradaria a Auguste Comte que projectava um tipo de sociedade dividido por áreas de produtividade, mas que sonhava com um poder centralizado nas mãos de um conjunto de indivíduos que, antes do estado comteano ser executado, era constituído pelos maiores

industriais do seu país. Era, no fundo, a subida ao poder dos tecnocratas que, conhecendo a realidade, poderiam assumir os desígnios da nação. Neste caso, Auguste Comte não entendia o Federalismo como uma forma de reforçar a capacidade de decisão, pois, apenas aqueles que possuíam as capacidades científicas seriam escolhidos. Em nenhum momento, podemos chegar à conclusão de que o Federalismo seria aceite.

A influência deste movimento tem como origem pensadores portugueses anteriores, como Henrique Nogueira, e outros autores estrangeiros, como Pi y Margall. De resto, este último teve um poder de persuasão forte em personalidades reconhecidas no meio republicano português como Teófilo Braga ou Magalhães Lima.

No seguimento do que foi dito sobre Auguste Comte, a questão do sufrágio universal defendido inicialmente pelas hostes republicanas vai contra as ideias comteanas. Um povo sem conhecimento e afastado das lides de organização, gestão e cultura científica não seria capaz de reunir as condições básicas, segundo ele, para desempenhar funções cívicas na sua plenitude. Nesse sentido, a opção mais óbvia seria a de restringir o sufrágio com base numa avaliação censitária. Os republicanos defenderam durante muito tempo o modelo contrário chegando a prometer um sufrágio que incluísse o género feminino. Porém, chegados ao poder, os responsáveis pelo Governo provisório não incluíram estas novidades consideradas muito precoces tendo em conta o nível de educação da população portuguesa. Estava realizado um passo atrás na direcção de uma postura positivista em que o sufrágio censitário levava a melhor sobre as promessas republicanas numa fase de ascensão.

Quer num ou noutro caso, os republicanos assumiram posições práticas que convergiram para o modelo de Estado preconizado por Auguste Comte. Podemos reconhecer que existiram individualidades ou mesmo momentos em que o Partido Republicano assumiu posições contra o espírito positivista. Mas chegados ao poder, a realidade veio a demonstrar que as opções assumidas se afastaram do modelo estatal preconizado antes de 1911.

Conclusão

A dissertação de mestrado apresentada tinha como objectivo a definição de uma linha de influência entre o Positivismo e o republicanismo português. Nesse sentido, a ideia não era fechada pois deixava a hipótese de que o pensamento republicano português desenvolvido na segunda metade do século XIX incluísse outro tipo de influências.

Para demonstrarmos essa questão, procuramos dividir os dois objectos de análise com vista a poder definir de forma geral os dois movimentos na sua essência antes de cruzar as duas vertentes. Na terceira parte, importava-nos concretizar em cada ponto descortinar o que poderia ser considerado positivista em cada uma das problemáticas defendidas pelos republicanos portugueses. Mas, para cada questão levantada sobre as posições políticas dos republicanos, colocamos o cuidado acrescido de tentar identificar influências externas às ligações positivistas. Procuramos encontrar pontos de ligação com outros grupos de pensamento ou autores individuais que, pelas suas ideias políticas ou pelas suas acções perante casos específicos, tenham servido de modelo ao mundo republicano lusitano.

A conclusão passou por um cruzamento deste conjunto de fontes de forma a poder retirar um mapa ideológico mais claro em que procuramos bases gerais, sem descurar ligações existentes em casos mais específicos. Portanto, as contextualizações feitas a ambas as partes surgem com a necessidade de se compreender o meio em que as teorias e algumas particularidades se inserem. A terceira parte do desenvolvimento é de alguma forma a reconstrução de um mapa mental de toda a actividade republicana desde a formação do movimento republicano como um Partido Político na década de 70 do século XIX até à sua subida ao poder em 1910.

Incluímos algumas acções que ocorreram já depois da Revolução a 5 de Outubro de 1910. A causa que levou a este estender do período temporal analisado prende-se com o facto de muitos actores políticos, referenciados como fontes do republicanismo, terem tido nesse período a sua principal oportunidade para comprovar com actos as suas verdadeiras intenções, para além das declarações lançadas aquando do período passado na oposição. O elevado número de contradições entre a argumentação desenvolvida pelos republicanos e as suas opções políticas aquando da subida ao poder exigia que estas fossem descortinadas e explicadas, até pelas próprias explicações conferidas por homens como Afonso Costa, por exemplo.

O próprio sentido das políticas republicanas permitiu redefinir posições que anteriormente seguiam um conjunto de ideias para se retraírem posteriormente e deixam-nos mais próximos da verdadeira essência ideológica dos homens que levaram à mudança de regime em Portugal.

A primeira parte da dissertação teve como objectivo definir os aspectos gerais do Positivismo. Baseada num conjunto de conceitos gerais, a filosofia positivista é linear nas suas concepções e chega a conclusões lógicas. Esta particularidade assenta no facto das suas concepções serem feitas sobre objectos concretos. Porém, a obra de Auguste Comte, o chamado precursor do Positivismo, sofreu um conjunto de controvérsias. Estas ocorreram principalmente após o desaparecimento do filósofo francês que provocou a divisão dos seus sucessores em dois grupos distintos. O primeiro liderado por Laffitte que aceitou a obra comteana na sua integralidade. O segundo encabeçado por Littré que colocou em causa uma chamada fase posterior ou secundária da obra em que o aspecto religioso assume posições mais alargadas. Partimos do princípio que o Positivismo já tinha estabelecido a sua base teórica de forma consistente aquando do final da chamada primeira fase. Respeitámos também a posição assumida pelos positivistas portugueses e, em particular, de figuras como Teófilo Braga que rejeitaram a segunda postura de Comte. É com esse núcleo primário que trabalhamos para a análise.

O Positivismo assentou em pressupostos que, apesar de não serem idênticos, acabaram por ser muito próximos dos problemas que os republicanos enfrentaram. A mesma necessidade de regenerar uma sociedade em convívio com o receio das revoluções populares ou movimentos anarquistas colocaram a ordem social em risco. As noções de Ordem e Progresso em união de forma a levar a cabo a tarefa de crescimento e realização da sociedade.

Colocamos a ideia de organismo social à parte da análise do Positivismo porque esta depende de Herbert Spencer e das evoluções decorrentes das ideias biológicas lançadas por Darwin, perto de um século antes. Se Auguste Comte assimilou alguns conceitos próximos desta versão politizada da teoria darwiniana, a sua verdadeira concretização apenas chegou através de Herbert Spencer que teve ele próprio seguidores nas décadas seguintes. A própria teoria organicista adaptada ao contexto político e social europeu esteve mais próxima das ideias republicanas do que as referências de Auguste Comte. A assunção desta distinção é-nos importante no esforço desenvolvido para descortinar verdadeiras influências e não apenas aproximações. Permite-nos também perceber o porquê de certas incoerências face à matriz positivista por parte dos pensadores republicanos.

A contextualização da entrada do Positivismo em Portugal leva a uma série de conclusões que serão relevantes. Uma delas é que este surgimento ocorre numa fase em que o País procurava adaptar-se à nova realidade científica em expansão na Europa. O eixo teórico da filosofia positivista acabava por corresponder às necessidades de mudança aliadas a receios de violência republicanos. É sobretudo um sistema que trazia um conjunto de soluções através de uma teoria

desenhada com um eixo comum e fácil de interpretar e de concretizar no contexto português. Por assimilação, aceitação ou simples manobra argumentativa, os republicanos adaptaram-se a esse sistema ideológico e fizeram dele a sua base para a implementação de um novo regime político.

A formação de um movimento republicano deve ser contextualizada no seio de um conjunto de acontecimentos e de influências que circunscreveram a própria evolução do movimento. o Partido Republicano Português pode ter tido uma matriz de pensamento positivista mas esta não explica o conjunto de opções que foram assumidas pelos actores políticos ligados ao advento da República.

A definição da Política enquanto actividade científica é uma ideia central no pensamento republicano português. A sua subordinação à Sociologia enquanto ligação umbilical à filosofia positivista é demonstradora da importância que esta última deteve na actividade política republicana. A Política enquanto Ciência foi sobretudo o fundamento máximo de luta ideológica contra um Estado governado por interesses monárquicos e religiosos. Para resolver o renascer de Portugal, os republicanos apostaram na base que permite chegar à Ciência: a educação. Em termos políticos, esta caracterizou-se por uma formação de uma Opinião Pública. Esta deveria estar esclarecida sobre os acontecimentos que rodeavam o poder político. Mas sobretudo a sociedade tinha como imperativo ter a capacidade de pensar nas situações e agir em consequência disso.

Na luta contra o regime monárquico-constitucional vigente, os republicanos não constituíram a única alternativa ou força capaz de gerar uma novo modelo. A ascensão das ideias socialistas no contexto europeu invadiu a sociedade portuguesa e permitiu a formação de um partido político, o Socialista, em 1973. A luta ideológica foi baseada basicamente na oposição entre a idealização de uma sociedade funcionalista movida pela Ciência contra a luta de classes e a revolta do Proletariado enquanto símbolos do poder devolvido ao poder.

Após o ultrapassar destes dois rivais políticos de naturezas distintas, os republicanos tiveram que assumir a natureza do Estado a criar e a forma como este seria organizado. Perder de vista a experiência republicana francesa seria um erro. As soluções adoptadas passaram muito pelas encontradas pela III République. Porém, a sua justificação acabou por entrar em contradições com posições mais populares assumidas anteriormente. A própria questão federalista assumida na Constituição de 1911 não teve uma concretização prática. Os receios de um regime recém-criado, mas fraco por não se sentir seguro da sua estabilidade, contribuíram para mudanças de posições. Um dos pontos defendidos pelos republicanos passava pela adopção do sufrágio

universal, porém, este não passou de promessas eleitoralistas. A passagem do poder de decisão para o povo não convenceu os republicanos que temeram as posturas menos científicas e conservadoras das populações. Instaurou-se pelo invés um sufrágio censitário próximo do que Auguste Comte recomendaria.

A terceira parte do desenvolvimento enquadra todos os passos desenvolvidos nas duas primeiras partes e procura encontrar os elos de ligação entre a cultura republicana e as várias influências que estiveram envolvidos no processo de crescimento da formação do movimento republicano português. Para cada uma das facetas tocadas da ideologia republicana, procuramos encontrar as influências directas da postura demonstrada. Do mesmo modo, vimos o que podemos reencontrar enquanto postura positivista ou, pelo contrário, o que não se enquadra num modo positivista de equacionar a questão.

Conclusões principais

A nossa hipótese inicial era a seguinte:

A formação da República em Portugal é positivista?

A resposta que nós atribuímos é positiva, mas implica um conjunto de restrições e contextualizações que não devem ser esquecidas.

Sim, a génese do pensamento republicano português é fundamentalmente positivista. Os seus pensadores eram considerados positivistas e acabaram por assimilar as ideias da filosofia comteana no seu modo de reflectir a política nacional. No contexto em que se inseriam, um sistema global como o do Positivismo reflectia as suas preocupações e permitia-lhes encontrar um caminho para regenerar o País que fosse para além da simples mudança e regime.

Mas o Positivismo português inserido na tentativa de mudança de regime político sofreu alterações que corrompem em parte a base do original. À semelhança do que Teófilo Braga procurou completar ao longo da sua vida filosófica, a aceitação da filosofia positivista não o impediu que alterações fossem levadas a cabo. O republicanismo português possuiu três outros grandes paradigmas de influência que acompanharam a sua retórica. Estas influências são diferentes mas serviram o mesmo propósito: encontrar soluções para problemas específicos que um sistema global como o positivista não conseguira resolver.

Primeiro, temos de enquadrar o movimento republicano como um prolongar de ideias de cariz republicano que se prolongaram no mapa político português desde o início do século XIX. Figuras liberais como Alexandre Herculano foram decisivas na definição das vias a assumir, fosse como pontos de seguimento (Henriques Nogueira) ou como pensadores a evitar e contestar (Herculano).

Outra fonte utilizada para, desta vez, completar a teoria positivista, foi a de Herbert Spencer. Dono de um grande estatuto a nível europeu, o seu trabalho foi acompanhado com atenção pelos autores portugueses que assumiram a teoria do organicismo social incorporando-o no seu mapa de pensamento.

Em termos práticos, a experiência da Terceira República Francesa foi decisiva para criar pressupostos utilizados pelos republicanos após a sua subida ao poder. As experiências falhadas ou os métodos de implementação de determinadas medidas conferiram recursos aos líderes do novo regime na hora de estabilizar a transição rápida que sucedeu em 1910.

O Positivismo não deixa, contudo, de ser a base de pensamento e acaba por poder ser considerado como a génese do pensamento republicano português.

Considerações finais

Para os estudos vindouros, recomendamos um aprofundar das influências de pensamento que enumerámos ainda em conclusão. Consideramos que estas ondas de pensamento têm pontos relevantes para compreendermos a forma como o processo de crescimento republicano se desenrolou em Portugal.

Em jeito de conclusão, uma análise mais pormenorizada a este tipo de interacção permitiria sobretudo entender o rumo que a Primeira República Portuguesa assumiu e de que forma é que esta procurou resolver os problemas em que esteve envolvida, os mesmos que a levaram a fracassar, 26 anos depois, em 1926.

Bibliografia

Livros

ALMEIDA, Pedro Tavares. *Eleições e caciquismo no Portugal Oitocentista (1868 – 1890)*. Editora Difel, Coleção Memória e Sociedade, 1991.

ARAÚJO, Maria. *Teófilo Braga e o Positivismo*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1986.

ARMADA, FINA. *As mulheres na implantação da República*. Editora Esquilo, Lisboa, 2010.

BASTOS, Teixeira. *A crise: estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise contemporânea*. Livraria Internacional de Ernesto Chardon. Porto, 1894.

BASTOS, Teixeira. *A dissolução do regime capitalista*, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1897.

BASTOS, Teixeira. *Ideias Gerais sobre a evolução da pedagogia em Portugal*. Imprensa da Universidade. Coimbra, 1892.

BASTOS, Teixeira. *Conservação e Evolução*, Imprensa Comercial, Porto, 1880.

BASTOS, Teixeira. *Princípios de Filosofia Positiva*. Porto, 1883.

BASTOS, Teixeira. *Theophilo Braga e a sua obra*, Editora Lugan & Genelioux, Porto, 1892.

BLACKBURN, Simon, *Dicionário de Filosofia*, Gradiva, Lisboa.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*, Universidade de Brasília, Brasília, 1998

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo, Lições de Filosofia do Direito*. Cone Editora, São Paulo, 1999.

BRAGA, Teófilo. *A patria portuguesa: o território e a raça*, Chardron, Porto, 1894.

BRAGA, Teófilo. *As modernas ideias na literatura portuguesa*, Chardron, Porto, 1892

BRAGA, Teófilo. *Contos Tradicionais do Povo Português*, J. A. Rodrigues, Lisboa, 1915.

BRAGA, Teófilo. *Correspondência de Teófilo Braga*, Ponta Delgada, 1985.

BRAGA, Teófilo. *Dissolução do systema monarchico representativo*, Nova Livraria Internacional, Lisboa, 1881

BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa: Introdução*, Imprensa Nacional

Casa da Moeda, Lisboa, 1984.

BRAGA, Teófilo. *História das Ideias Republicanas*, Veja, Lisboa, 1984.

BRAGA, Teófilo. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1885.

BRAGA, Teófilo. *Os centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*, A.J. da Silva Teixeira, Porto, 1884.

BRAGA, Teófilo. *Soluções positivas da Política Portuguesa*, Nova Livraria Internacional, Lisboa, 1879.

BRAGA, Teófilo, *Systhema de Sociologia*, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1884.

BRAGA, Teófilo, *Traços Gerais da Filosofia Positiva pelas Descobertas Científicas Modernas*, Nova Livraria Internacional, Lisboa, 1877

BRICE, Parain. *Histoire de la philosophie*. Gallimard, Paris, 1999.

CAETANO, Marcelo. *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1994

CATROGA, Fernando. *A Formação do Movimento Republicano*, Ed. A., Coimbra, 1982.

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Alfragide, 2001

CAETANO, Marcelo, *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*, Coimbra Editora, Coimbra, 1994.

CARVALHO, Rómulo. *História do Ensino em Portugal*. Editora F. C. Gulbenkian. Lisboa, 2001.

COMTE, Auguste, *Catéchisme Positiviste*, Rio de Janeiro: Temple de l' Humanité, 1957.

COMTE, Auguste, *Cours de Phiosophie Positive*, Librairie Hachette, Paris, 1943.

COMTE, Auguste. *Discours sur l' esprit positif*. Livraria Filosófica. Paris, 1909.

COMTE, Auguste, *Importância da Filosofia Positivista*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1939.

COMTE, Auguste, *La philosophie positive*, Félix Alcan, Paris, 1901.

COMTE, Auguste, *Principes de Philosophie Positive*, Baillière, Paris, 1868.

COMTE, Auguste, *Sociologie*, Presses Universitaires de France, Paris, 1957.

COMTE, Auguste, *Synthese Subjective*, Fonds typographique de l'exécution testamentaire d'Auguste Comte, Paris, 1900.

COMTE, Auguste, *Système de Politique Positive ou Traité de Sociologie*, L. Mathias, Harvard University, 1854.

COSTA, Affonso. *A Igreja e a Questão Social*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1895.

COSTA, Affonso. *Comentário ao Código Penal Português*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1895.

COSTA, Fernando Ferreira. *Doutrinadores Cooperativistas Portugueses*. Coleção Horizonte Universitário, Lisboa, 1978.

COSTA; Mário Júlio de Almeida, *A Primeira República no Direito Português*, Almedina, Coimbra, 2010.

DARWIN, Charles. *Origem das espécies*, Lello & Irmão, Porto, 2003.

DEUS, João de. *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*. Fonte da Palavra, Lisboa, 2009.

FALCÃO, José. *Cartilha do Povo*, Imprensa Litteraria, Coimbra, 1884

FALCÃO, José. *A Comuna de Paris e o Governo de Versalhes*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1871

FERNANDES, Rogério. *Ensaio sobre a obra de Trindade Coelho*. Portugália Editora. Lisboa, 1961.

FERRÃO, António. *Teófilo Braga e o Positivismo em Portugal*, Lisboa, 1935.

FERREIRA, David. *História Política da Primeira República Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1973.

GAILLARD, Jean-Michel. *Jules Ferry*, Fayard, Paris, 1989.

GARCIA; Manuel Emídio. *Curso de Sciencia Política e Direito Político*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1885.

GIRALDES, Manuel Nunes. *O Papa Rei e o Concílio*. Typ. Universal, Lisboa, 1870.

GOUVEIA, Ricardo José. *O Século na Crise do Ultimato*, Universidade Católica, Lisboa, 2010.

HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*, Bertrand, Lisboa, 1980.

HOMEM, Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana em Portugal*, Imprensa da

Universidade, Coimbra, 1989.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua*, Edições 70, Lisboa, 1990.

LIMA, Jaime Magalhães, *A Democracia – Estudo sobre o Governo Representativo*, A. J. da Silva Teixeira, Porto, 1888.

LIMA, Jaime Magalhães, *La Fédération Ibérique*, Imprimerie Gautherin, Paris, 1896.

LIMA, Jaime Magalhães. *A questão social: conferências realizadas no Atheneu Commercial de Lisboa*. Lisboa, 1894.

LIMA, Jaime Magalhães, *O Federalismo*, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1898.

LIMA, Jaime Magalhães. *Pela Pátria e pela República*, Alcino Arranha & Cia, Porto, 1891.

LITTRE, Emile. *Auguste Comte et la philosophie positive*, Bureaux de la Philosophie Positive, Paris, 1877.

LITTRE, Emile. *Conservatism, révolution et positivisme*, Philosophique de Ladrage, Paris, 1852.

MARQUES; António H. Oliveira. *História de Portugal*. 3 vols., Lisboa, Editorial Presença, 13.^a ed., corrigida e actualizada, 1997-98.

MAUNTNER, Thomas. *Dicionário de Filosofia*, Edições 70, Lisboa, 2010.

MELLO, Júlio de. *O Cooperativismo Agrícola*, 1920.

MICHELET Jules, *História de França* (17 vol.), Flammarion, Paris, 1893-1898.

MILL, John Stuart. *Auguste Comte et le Positivisme*, Germer Baillièrre, Paris, 1868.

MILL, John Stuart. *Ensaio sobre a liberdade*, Arcádia, Lisboa, 1973.

MILL, John Stuart. *Le gouvernement représentatif*, Guillaumin et Cie, Paris, 1877.

MILL, John Stuart. *Utilitarismo*, Atlântida, Coimbra, 1961.

NOGUEIRA, J. Felix Henriques. *O municipio no seculo XIX*. Francisco Luiz Gonçalves, Lisboa, 1914.

NOGUEIRA, J. Felix Henriques. *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923.

PASQUINO, Gianfranco. *Curso de Ciência Política*, Principia, 2003.

PEDROSO, Consiglieri. *O Sufrágio Universal ou a intervenção das classes trabalhadoras no Governo do País*, Lisboa, 1876.

PIMENTA, Costa. *O relato secreto da implantação da república feito pelos maçons e carbonários*, Guerra e Paz, Lisboa, 2010.

PROENÇA, Maria Cândida. *A questão colonial no Parlamento (1910 – 1926) Volume II*. Editora Dom Quixote. Lisboa, 2008.

PROUDHON; Pierre. *Qu'est-ce que la propriété?*, A. Lacroix, Verboeckhoven, Paris, 1864.

REIS, Carlos. *As Conferências do Casino*. Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

REIS, Maria Alice; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *A pedagogia e o ideal republicano em João de Barros*. Editora Terra Livre. Lisboa, 1969.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Contrato social*, Editorial Presença, Lisboa, 1973.

SERRÃO, Joel. *Antologia do pensamento político português*, Editorial Inova, Porto, 1970.

SERRÃO, Joel. *Cronologia geral da história de Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1980.

SERRÃO, Joel. *Da regeneração à República*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

SERRÃO, Joel. *Pequeno dicionário de História de Portugal*, Figueirinhas, Porto, 1987.

SERRÃO, Joel. *Temas de cultura portuguesa*, Portugália Editora, Lisboa, 1965.

SOARES, Mário. *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*. Centro Bibliográfico, Lisboa, 1950.

SOTTOMAYOR, Cardia. *Seara Nova: antologia, organização*. Editora Alfa, Lisboa, 1990.

SAINT-SIMON, Claude-Henri. *La Physiologie Sociale*, Presses Universitaires de France, Paris, 1965.

SPENCER; Herbert, *An Autobiography*, D. Appleton and Company, Nova Iorque, 1904.

SPENCER, Herbert. *Classification des sciences*, Félix Alcan, Paris, 1930.

SPENCER, Herbert. *Introduction a la science sociale*, Felix Alcan, Paris, 1891.

SPENCER, Herbet. *Les premiers principes*. Felix Alcan, Paris, 1888.

SPENCER, Herbert. *L'individu contre l'État*. Félix Alcan Paris, 1885.

SPENCER, Herbert. *Principes de sociologie*, Félix Alcan, Paris, 1887.

TELES, Basílio. *Introdução ao problema do Trabalho Nacional*, Chardron, Porto, 1901.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Da democracia na América*, Rés, Porto, 2001.

WEBER, Max. *A Política como vocação*, Universidade de Brasília, Brasília, 2003

Artigos

CATROGA, Fernando. *O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)*. Revista Análise Social, nº 100, p. 211-273.

CATROGA, Fernando, *Os Inícios do Positivismo em Portugal*, "Revista de História das Ideias", Coimbra, 1, 1977.

CATROGA, Fernando. *Natureza e História na fundamentação do municipalismo : da Revolução Liberal ao Estado Novo (uma síntese)*. Porto, (1994).p. 407-420.

CORREA, Priscila Gomes. *Auguste Comte Histórico: Ordem essencial - Progresso irresistível - Revolução impossível*. Brasil, 2006.

FERNANDES, António Teixeira , *O conhecimento científico-social. Elementos para a análise do seu processo em Portugal. Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa, (1996) p. 9-41.

LACERDA, Gustavo Biscaia. *Os elementos estáticos da teoria política de Augusto Comte: as pátrias e o poder temporal*, Revista de Sociologia e Política, nº 23. Paraná p. 63-78.

ISAMBERT, François-André. *L'idée de politique positive*. Revista Francesa de Sociologia: Centre National de Recherche Scientifique. Paris, (1965) p. 291-304.

RAMOS, Rui (1992). *A ideia republicana e a história da república em Portugal*. Revista Análise Social, nº 115, p. 229-239.

RAMOS, Rui. *Para uma história política da cidadania em Portugal*. Anál. Social, out. 2004.

RUIVO; Isabel, *João de Deus: Método de leitura com sentido*, Actas do VI Encontro Nacional (IV Internacional) de Investigação em Leitura, Literatura Infantil e Ilustração. Braga: Universidade do Minho, Outubro de 2006.

SÁ, Vítor de. *Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa*, Análise Social, vol. XVII (67-68), 1981.

WHEELER, Douglas. *A Primeira Republica Portuguesa e a história*. Revista Análise Social, nº 56, p. 865-872.

Jornais e Revistas

A Lanterna, nº 1

A República, nº 1-8, 1848

A Vanguarda, nº 1, Lisboa, 1891.

A Pátria, nº 1, Lisboa, 1899.

Almanach Republicano para 1878, Lisboa, 1877.

La Philosophie Positive, Paris, 1867.

O Positivismo, Porto, 1878-1883.

O Paiz, nº 1, Lisboa, 1895.

O Partido do Povo, Coimbra, 1878.

O Rebate, nº 1, 1873

O Republicano, nº1, 1848

O Século, Lisboa, 1881.

Os Debates, nº 1-5, Lisboa, 1888

Documentos Oficiais

ESTADO, Lei da Separação das Igrejas e do (1911). *Lei da Separação das Repúblicas e do Estado*. Portugal, 1911.

PORTUGUESA, Constituição (1911). *A Constituição Portuguesa de 1911*. Portugal, 1911.

BRAGA, Teófilo. Correspondência de Teófilo Braga, Ponta Delgada, 1985

Manifesto do Partido Republicano, Lisboa, 1878

Anexos

Anexo 1 – Entrevista a Manuel Loff

Entrevista ao Professor Doutor Manuel Lopes concedida a 15 de Janeiro de 2011.

David Fernandes (DF): Em 1860/70 qual era a influência de Darwin?

: O Darwinismo, estritamente no campo da biologia, é um instrumento naturalmente importante para os Republicanos que se enquadram também no social darwinismo. Em grande parte, o particular peso que médicos têm no movimento republicano, que colocaram os intelectuais portugueses na vanguarda da importação do darwinismo social para Portugal, numa fase em que o darwinismo social não é de forma alguma, como será em determinado momento, exclusivo, do ponto de vista ideológico, da área da direita e da extrema direita.

DF: Nesta segunda metade do século XIX, como é que evoluiu a Ciência, em termos gerais? O próprio ensino da ciência, houve produção?

- Em geral, a avaliação que se faz da produção científica num País como Portugal é bastante pobre ao longo do séc. XIX. A produção científica é bastante pobre mas, insisto, nos últimos anos do séc. XIX e durante o período Republicano, já a partir da política do Estado, há uma preocupação de financiar estágios e períodos de formação científica no estrangeiro. Em algumas áreas técnicas e em áreas da educação, fizeram-se um número de investigadores que viram estadias financiadas no estrangeiro aumentou de forma coerente com a perspectiva positivista republicana de encarar o papel da ciência no metabolismo de transformação das sociedades.

DF: Podemos considerar então que a visão dos Republicanos traz uma evolução científica como consequência...

- Diria que sim. A atenção prestada a ciência, a valorização da ciência e de uma leitura racionalista e forçosamente laica da realidade e o papel prioritário que a educação e a ciência devem ter na transformação social, naquilo que é para os republicanos o chavão do Progresso (naquilo que é em todas as suas dimensões). A política específica do Estado Republicano em relação à ciência dentro das enormes limitações que um estado pobre como o português tinha naquele período, promoveu algum progresso nas ciências em Portugal.

DF: Passemos à religião. Acha que a posição dos Republicanos em relação à Igreja teve em conta factores políticos? Ou era uma convicção forte que estava sustentada?

- As duas coisas mas sobretudo a segunda. Um dos eixos centrais da transformação da emergência da modernização política na Europa contemporânea é a distinção evidente entre laicismo e um Estado confessional. A separação entre o Estado e as Igrejas e a emancipação da sociedade relativamente à tutela do religioso, do espiritual, é uma bandeira muito mais ampla do que a do republicanismo que cobre as luzes e o liberalismo, nas suas variadas variantes desde o séc. XVIII e ao longo de todo o séc. XIX. No âmbito das classes instruídas portuguesas era uma questão absolutamente central. Os republicanos são só, se quiser, um dos braços mais radicais, desse amplo espectro liberal onde todos manifestavam que o peso da religião na esfera pública deveria ser reduzido. Mas reconheçamos que a Igreja Católica tinha um peso institucional muito forte, apesar das sucessivas reduções de espaço de manobra na esfera pública desde o tempo de Marquês de Pombal e desde 1820. Mas a verdade é que chegados a 1910, a Igreja mantém um peso muito forte que se manifesta dentro das instituições (os bispos fazem parte da Câmara dos Pares, por exemplo). Nesse sentido, essa Igreja intrinsecamente monárquica pela forma como se confundia a sua presença institucional com o próprio Estado, era evidente que essa Igreja era também um inimigo político a abater para os republicanos. Hoje, a minha convicção é de que, ao contrário do que muito tempo se sustentou, aquilo que de forma grosseira se designa como o anticlericalismo e que eu designaria como a profunda suspeição anti religiosa de uma parte substancial da sociedade portuguesa (pequena burguesia ilustrada e do mundo operário politizado, uma minoria...) era partilhada por um espectro social e ideológico muito mais amplo do que o republicanismo.

DF: Nessas faixas contra a religião, algumas obras paralelas falam no papel do Homem que não gostava da influência da Igreja nas mulheres. Para além dos sectores já referidos, acha que haveria outros que estariam contra a Igreja?

- Um dos fenómenos mais significativos para a emancipação da burguesia no final do séc. XVIII e início do séc. XIX é a emergência do conceito de cidadão, estreitamente associado ao género masculino (não esqueçamos que nenhuma mulher tem direitos políticos na Europa até 1906 na Finlândia. Uma das manifestações evidentes do Homem Burguês é ele ser cidadão e politicamente soberano sobre a sua própria vida. É autónomo e patrão de si próprio e da sua própria moral. Não tolera que a figura de um padre venha dizer como se deve comportar. O liberalismo em geral não é democrático, evolui para a democracia. É elitista. Só uns quantos por mérito pessoal (na autonomia económica) não necessitavam da Igreja. O que não significa que o Estado não tenha percebido a importância das instituições eclesásticas para as mulheres e para as camadas populares, que não tendo formação escolar e dependendo de um empresário, não eram o cidadão activo e participativo nos negócios públicos, alguém que comprou o direito a

participar nas eleições.

DF: Ainda houve quem tentasse conciliar democracia e religião...

- Precisamos de contextualizar. A República portuguesa emerge num momento em que a evolução política da Igreja Católica entra de forma evidente em confronto com a perspectiva da laicização da sociedade. Não nos esqueçamos que os sucessivos Papas do séc. XIX condenaram o liberalismo. O Papado de Pio IX, que termina em 1878 e é o mais longo Papado da história, é um ponto de chegada. O liberalismo moderava-se e a Igreja radicalizava-se ainda mais contra a modernidade. A postura do Papa Pio IX dificultou a emergência dos católicos no mundo da política, forçando todos os católicos liberais a serem mais liberais do que católicos. [...] Em 1910, derrotada a monarquia em Portugal, o que permanecia vivo e organizado com potencial para minar o Estado, era a Igreja. Isso ajuda a explicar a radicalidade da primeira legislação anti eclesiástica que se concentra sobretudo nos primeiros anos da República. Ainda antes de Sidónio Pais, a República percebe, perante a Guerra Mundial, que tem de ter uma pax com a Igreja que permita recoser ligações.

DF: Falando dos movimentos democráticos - cristãos especificamente. Portugal chegou a ter algum movimento partidário democrata-cristão?

- Sim. O Centro Católico Português, criado em 1917. Mas anteriormente já havia existido outros. Em 1901 é criado o Partido Nacionalista sob patrocínio do Alto Clero, que reúne uma série de grupos católicos. Mas creio que não há nenhum deputado nacionalista eleito até 1910. Os partidos conservadores liberais monárquicos integravam alguns católicos mas não autónomos.

DF: Na monarquia temos uma série de críticas à democracia e aos próprios políticos que estavam rendidos à monarquia. Era mesmo assim na realidade?

- Os sistemas liberais, em todo o lado, têm enormes limitações no seu funcionamento. Havia corrupção? Havia. Havia uma evidente sensação de que o sistema liberal monárquico estava em entrar em disfuncionamento.

DF: Depois de 1910, uma crítica que se faz é que as colónias podiam ter sido melhor aproveitadas.

- Isso é uma das velhas críticas que todas as correntes políticas, mesmo à esquerda, fizeram. O

patriotismo servia como arma de arremesso. Desde 1820, uma revolução liberal que é feita contra aquilo que se entende ser a inversão da relação colonial entre o Estado Português e a sua colónia brasileira e a exigência de que o Rei regressasse, desde esse momento que todas as forças políticas em Portugal imaginaram sempre as colónias como a alavanca para o progresso. Pode-se dizer sempre “não se faz o suficiente para aproveitar as colónias” mas sobretudo ignorava-se o que era o tipo de colonos que Portugal tinha. Dos primeiros a quererem pedir uma situação de progresso sócio-económico são os próprios colonos que estão lá instalados. O que eles querem é reduzir a possibilidade que outros venham.